



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA,  
NATUREZA E DINÂMICA DO ESPAÇO – PPGeo



**CÍCERO HERMES BATISTA LOBO**

**TERRITÓRIO USADO E MODERNIZAÇÕES NA METRÓPOLE DE  
SÃO LUÍS: A SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DO SÍTIO GRANDE**

São Luís  
2019

**CÍCERO HERMES BATSTA LOBO**

**TERRITÓRIO USADO E MODERNIZAÇÕES NA METRÓPOLE DE  
SÃO LUÍS: A SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DO SÍTIO GRANDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito para obtenção do grau de mestre em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves

São Luís  
2019

Lobo, Cícero Hermes Batista.

Território usado e modernizações na metrópole de São Luís: a situação geográfica do Sítio Grande / Cícero Hermes Batista Lobo. – São Luís, 2019.

99 f. II.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves.

1. Uso territorial. 2. Situação geográfica – Modernização. 3. Metrópole – São Luís. 4. Sítio Grande. I. Título.

CDD 918.151

**CÍCERO HERMES BATISTA LOBO**

**TERRITÓRIO USADO E MODERNIZAÇÕES NA METRÓPOLE DE  
SÃO LUÍS: A SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DO SÍTIO GRANDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito para a obtenção do grau de mestre em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço.

Linha de pesquisa: Dinâmica do espaço urbano e rural.

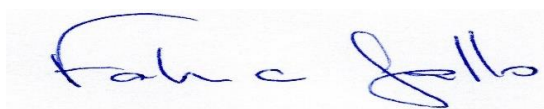
Orientador: Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**



**Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves (Orientador)**  
Universidade Estadual do Maranhão



**Prof. Dr. Fabrício Gallo**  
Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho



**Prof. Dr. Carlos Eduardo Nobre**  
Universidade Federal do Maranhão

“[...] as pedras nas entranhas da terra e os planetas nas esferas celestes se preocupavam ainda com o destino do homem, ao contrário dos dias de hoje, em que tanto no céu como na terra tudo se tornou indiferente à sorte dos seres humanos, e em que nenhuma voz, venha de onde vier, lhes dirige a palavra ou lhes obedece. Os planetas recém descobertos não desempenham mais nenhum papel no horóscopo, e existem inúmeras pedras novas, todas medidas e pesadas e com seu peso específico e sua densidade exatamente calculados, mas elas não nos anunciam nada e não têm nenhuma utilidade para nós. O tempo já passou em que elas conversavam com os homens [...]”

Nikolai Leskov.

## AGRADECIMENTOS

A Deus e aos meus santos protetores cuja providência não necessita de palavras.

A minha mãe, Maria Batista Pereira, fonte inesgotável de admiração e inspiração, nela encontro a síntese das lutas do povo nordestino.

A minha esposa, Gleicy Cristina e a Cícero Ernesto, meu filho, pelo amor, pela paciência e apoio, minha eterna gratidão, por terem sofrido, lado a lado, com as angústias relativas à consumação desse trabalho.

A minha sogra Maria de Fátima e meu sogro Júlio Silva pela disponibilidade e apoio durante o desenvolvimento da pesquisa.

Aos governos progressistas por terem tido a audácia de implementar política inclusivas num país oligárquico e vanglorioso de sua desigualdade institucionalizada. Tenho a convicção que “O Sol há de brilhar mais uma vez”.

Do ponto de vista profissional e acadêmico devo a realização desse trabalho a várias pessoas de forma direta e indireta. Paraphraseando a letra dos “Racionais Mc’s, o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa no Brasil “é uma trilha estreita em meio a selva triste”, felizmente a selva triste foi superada graças ao companheirismo e solidariedade de verdadeiros soldados da ordem proletária. Desse modo, agradeço:

Ao meu orientador Cristino Nunes Alves, tenha certeza camarada a trilha estreita seria intrafegável sem as suas orientações, seu rigor e sua paciência.

Aos professores Carlos Eduardo Nobre e Fabrício Gallo pelas observações e críticas durante o seminário de qualificação.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Geografia, em especial ao Professor Cláudio Eduardo de Castro pelas palavras, compreensão e incentivo. Guardarei na alma aquelas frases cravejadas de duras verdades necessárias.

Ao amigo e professor Manoel Fernandes por ter, ainda nos idos de dois mil e seis, semeado o desejo de ampliar a minha formação acadêmica.

As chefias e demais companheiros do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus Maracanã pela compreensão e incentivo.

Ao amigo Eduardo Celestino pelo incentivo e palavras trocadas, meu camarada sem aquela missão urgência nem iniciaria essa caminhada.

Aos companheiros e amigos professores por dividirem diariamente as angústias de quem busca educar, mesmo caminhando com um alvo nas costas.

Enfim, a todos que possibilitaram transpor a selva a triste.

A docência, sem ela nenhuma  
das descobertas aqui expostas faria sentido.

## RESUMO

No presente trabalho analisamos o território usado e as modernizações na metrópole de São Luís a partir da situação geográfica do Sítio Grande. Embora situada numa região com atividades típicas do meio rural, o Sítio Grande tem sofrido nos últimos anos fortes transformações socioespaciais em decorrências de novos objetos e ações oriundos da dinâmica urbana da metrópole São Luís. Procuramos analisar em que medida as mudanças socioespaciais na situação geográfica em questão podem revelar processos típicos da metropolização da Ilha do Maranhão. Para tal, realizou-se levantamento bibliográfico e documental, visitas técnicas a localidade e entrevistas. Usando o território como alicerce metodológico, apresentamos uma proposta de periodização para análise do território usado e suas modernizações na metrópole São Luís, destacamos as novas formas conteúdos e os vários aspectos indutores e induzidos pelas transformações no território usado do Sítio Grande. Dessa forma, a pesquisa contempla alterações no cotidiano do lugar, descrição e análise dos circuitos da economia urbana presente no Sítio Grande. Além de reflexões sobre as contradições entre o discurso econômico reinante e a crescente segregação socioespacial na metrópole São Luís.

**Palavras-chave:** Uso do território; Modernizações; Situação Geográfica; Metrópole São Luís; Sítio Grande.



## ABSTRACT

In the present work we analyze the territory used and the modernization in the metropolis of São Luís from the geographical situation of Sítio Grande. Although situated in a region with typical rural activities, Sítio Grande has undergone strong socio-spatial transformations in recent years as a result of new objects and actions arising from the urban dynamics of the São Luís metropolis. We sought to analyze the extent to which socio-spatial changes in the geographical situation can reveal typical processes of the metropolization of Maranhão Island. To this end, a bibliographic and documentary survey, technical visits to the locality and interviews were conducted. Using the territory as a methodological foundation, we present a periodization proposal for analysis of the used territory and its modernization in the São Luís metropolis, highlighting the new content forms and the various inducing and induced aspects of the changes in the used territory of Sítio Grande. Thus, the research contemplates changes in the daily life of the place, description and analysis of the circuits of the urban economy present in Sítio Grande. In addition to reflections on the contradictions between the reigning economic discourse and the growing socio-spatial segregation in the metropolis São Luís.

**Keywords:** Use of territory; Modernizations; Geographical situation; São Luís Metropolis; Sítio Grande.

## LISTA DE SIGLAS

ALUMAR	–Alumínio do Maranhão S/A
COHAMA	–Cooperativa Habitacional do Maranhão
COHAB	–Cooperativa Habitacional do Estado do Maranhão
COHATRAC	–Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores do Comércio de São Luís
CVRD	–Companhia Vale do Rio Doce
IBGE	–Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
BNH	–Banco do Nacional de Habitação
CEF	–Caixa Econômica Federal
CISAB	–Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico
IBGE	–Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PGC	–Programa Grande Carajás
RMGSL	–Região Metropolitana da Grande São Luís
MPE/MA	– Ministério Público Estadual do Maranhão

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exportações de Algodão e Açúcar (Ton.).....	26
Tabela 2 - Crescimento da população de São Luís.....	35

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conjuntos Habitacionais viabilizados pelo Estado – 1971/1980 .....	36
Quadro 2 - Mobilizações contra os abusos da praticados pela BRK Ambiental – Por uma Cartografia da Ação no Sítio Grande (RIBEIRO, 2011).....	59
Quadro 3 - Análise das alegações do MPE-MA sobre o processo de contratação da BRK	62
Quadro 4 - Densidade Normativa: a sentença do Magistrado .....	65
Quadro 5 - Vendedores volantes de juçara .....	74
Quadro 6 - Lojas e serviços oferecidos na Galeria do Posto Júlia Campos .....	80

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Sítio Grande .....	15
Figura 2 - Planta da cidade de São Luís em 1642.....	21
Figura 3 - Plano de Expansão da cidade de São Luís (1958).....	31
Figura 4 - Crescimento das áreas periférica.....	33
Figura 5 - Nível de integração dos municípios da aglomeração urbana de São Luís .....	37
Figura 6 - Crescimento da mancha urbana de São Luís.....	38
Figura 7 - Carta imagem: adjacências do Sítio Grande .....	41
Figura 8 - Localização do Sítio Grande em relação ao tabuleiro litorâneo .....	42
Figura 9 - Área de lazer na Lagoa da Jansen/ São Luís - MA .....	44
Figura 10 - Verticalização na orla de São Luís.....	45
Figura 11 - Expansão da lógica dos condomínios em direção ao Sítio Grande.....	46
Figura 12 - Mapa de Ocupações e loteamentos no entorno do Sítio Grande.....	48
Figura 13 - Avanço da mancha urbano no Sítio Grande entre 2004 e 2019 .....	49
Figura 14 - Condomínio Residencial Sítio Grande.....	51
Figura 15 - Localização do Sítio Grande em relação aos limites municipais e área de distribuição dos condomínios.....	52
Figura 16 - Condomínios Fechados Horizontais entre o tabuleiro litorâneo e os limites municipais do Paço do Lumiar e São José de Ribamar .....	53
Figura 17 - Foto dos Condomínios Fechados Júlia Campos e Lara Campos II.....	54
Figura 18 - Imagem área de casas de antigos moradores do Sítio Grande .....	55
Figura 19 – Barracão comunitário no Sítio Grande .....	56
Figura 20 – Poço comunitário no Sítio Grande .....	61
Figura 21 – Contradições na prestação dos serviços da BRK .....	63
Figura 22 – Print da homepage da BRK .....	64
Figura 23 - – Cláusula do contrato de Concessão .....	66
Figura 24 - Lançamento de esgoto no córrego Prata .....	69
Figura 25 – Morador, Senhor Gibico e sua carroça.....	69
Figura 26 - Avanço da urbanização sobre o Juçaral .....	72
Figura 27 – Fluxos dos vendedores de Juçara do Sítio Grande pela metrópole São Luís .....	73
Figura 28 - Localização do Sítio Grande em relação ao bairro da Divinéia e ao tabuleiro litorâneo. ....	75
Figura 29 – Vendedores de Juçara.....	76
Figura 30 - Fabricação de farinha no Sítio Grande.....	76

Figura 31 - Localização da Casa de Farinha em relação aos novas formas conteúdo no Sítio Grande.....	78
Figura 32 - Novas formas conteúdas: Posto de gasolina, galeria comercial e loja de conveniência no Sítio Grande .....	80
Figura 33 - Imagens dos serviços disponíveis na loja de conveniência.....	82
Figura 34 – Imagem dos produtos à venda na loja de conveniência .....	82
Figura 35 - Padaria L.L.F.....	82
Figura 36 - Fachada da Padaria L.L.F.....	83
Figura 37 – Circuitos da Economia Urbana no Sítio Grande – Paço do Lumiar/MA .....	84
Figura 38 – Circuito Inferior da Economia Urbana: a produção de hortifruti no Sítio Grande .....	85

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1 - TERRITÓRIO USADO E MODERNIZAÇÕES NA METRÓPOLE SÃO LUÍS: UMA PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO</b> .....	18
<b>1.1 A FORMAÇÃO DO NÚCLEO URBANO LUDOVICENSE: DISPUTAS MERCANTILISTAS PELA ILHA DO MARANHÃO E SUA INCLUSÃO ECONÔMICA NA PERIFERIA DO CAPITALISMO (1612 – 1870)</b> .....	19
<b>1.2 O SURTO FABRIL E A CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO DERIVADO NA PERIFERIA DA PERIFERIA (1870 – 1958)</b> .....	26
<b>1.3 O “MARANHÃO NOVO” E A PRODUÇÃO DA “CIDADE NOVA” (1958 – 2000): A URBANIZAÇÃO FORDISTA E O FORTALECIMENTO DO MERCADO IMOBILIÁRIO</b> .....	29
<b>CAPÍTULO 2 - A URBANIZAÇÃO CORPORATIVA E NOVAS FORMAS CONTEÚDO NO SÍTIO GRANDE</b> .....	40
<b>2.1 O SÍTIO GRANDE: APRESENTANDO A SITUAÇÃO GEOGRÁFICA</b> .....	40
<b>2.1.1 Da segregação socioespacial na metrópole de São Luís aos fatores locacionais Do Sítio Grande</b> .....	42
<b>2.2 A LÓGICA DO CONDOMÍNIO HABITACIONAL E A FRAGMENTAÇÃO DO LUGAR NO SÍTIO GRANDE: DA MODERNIDADE AO PARADOXO DA NEGAÇÃO DA URBANIDADE</b> .....	49
<b>2.3 DO USO COORPORATIVO DO TERRITÓRIO À CARTOGRAFIA DA AÇÃO: A BRK AMBIENTAL E O SANEAMENTO BÁSICO COMO MERCADORIA NA REGIÃO DE SÃO LUÍS</b> .....	57
<b>2.4 OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NO SÍTIO GRANDE</b> .....	67
<b>2.4.1 Entre o velho e o novo: transformações do uso do território, dissolução da metrópole São Luís e situação geográfica do Sítio Grande</b> .....	67
<b>2.4.2 O Mercado Socialmente Necessário e a arte de “resolver” a vida: a produção de juçara e a casa de farinha</b> .....	70
<b>2.4.3 O “espaço dividido”: a dialética entre atividades modernas e tradicionais no Sítio Grande</b> .....	79
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	86
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	84

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de industrialização deflagrado no “Velho continente”, no século XVIII, alterou profundamente as relações sociais até então vigentes. Relaciona-se ao desenvolvimento desse novo mundo a primazia da cidade como espaço indutor-induzido da sociedade capitalista, portanto obra espacial direta do mundo moderno. Esse processo é o motor das transformações da sociedade e do espaço (LEFEBVRE, 2001; [1969]), a natureza das cidades e do urbano.

Em outras palavras, temos que, as formas espaciais urbanas tomam outro processo, o espaço rural passa a ser articulado para satisfazer as demandas urbanas, contexto no qual grande massa de trabalhadores migra para espaços mais densamente construídos e cheios de novos objetos. Assim, as relações sociedade e urbano se alteram e, com os espaços de moradia e os espaços públicos ganhando novas conotações e valores, a segregação socioespacial<sup>1</sup> se amplia.

No início do século XIX, as cidades industriais contavam com linhas de trens, portos, geradores de energia, calçamento, iluminação pública, isto é toda sorte de infraestrutura disponível à época. As revoluções nos transportes, agricultura e indústria, agiam e reagiam mutuamente impulsionando-impulsionadas pela produtividade industrial, como forças abrindo um mundo novo (HUBERMAN, 2013; [1959]). Porém, as cidades que respiravam os ares das novas técnicas, verdadeiros símbolos das modernizações, eram as mesmas dos cortiços, das deficiências sanitárias, da violência e, logicamente, das disputas territoriais, econômicas e sociais.

Não por acaso, apontou Lefebvre (2001; [1969]), as forças produtivas ligadas à urbe, acabam por transformá-la na sede de um vasto processo contraditório, na medida em associa-se a industrialização a segregação espacial, que expulsa os pobres para as periferias e nega cidadania a milhares de seus moradores.

No Brasil, o acelerado processo de urbanização, planejado para manter a pobreza como um dado estrutural (SANTOS, 2003; [1979]) difundiu e intensificou a manifestação dessas contradições, já largamente presentes nas grandes cidades do período moderno, em especial a partir dos anos 1940 (SANTOS, 2013; [1993]). A esse termo, recorda-se que as

---

<sup>1</sup> O conceito de segregação é, entre as ferramentas do campo da Geografia urbana, um dos que tem a história mais longa. Sua origem remete a ideia de que o uso residencial do cidadão resultaria de um processo de competição gerando grandes áreas de homogeneidade interna (SPOSITO, 2013). Nesse caso, o conceito de segregação tem forte influência da Ecologia Humana. No entanto, o termo segregação é aqui empregado no sentido de radicalização e do aprofundamento de múltiplas formas de distinção de segmentação, de desigualdades que só pode ser compreendida nas articulações e codeterminações entre condições sociais e condições espaciais, daí o uso do termo “socioespacial”.



modernizações no Brasil atenderam aos interesses não só do próprio país, mas os interesses mundiais empenhados em articular as riquezas e o potencial produtivo da nação às necessidades da nova divisão internacional do trabalho (SANTOS, 2001), estando os problemas da formação socioespacial (SANTOS, 1977) das cidades brasileiras diretamente ligados a essa dinâmica.

Em São Luís, todos os processos de modernizações, da colônia aos dias atuais, também guardam fortes ligações com os interesses econômicos internacionais. Porém, mesmo sendo, desde sua fundação, um espaço fundamental para articulação da produção e exportação de *comodities*, as modernizações realizadas até a década de 1950 não ampliaram significativamente a área urbana do município. Tal fato explica, por exemplo, a existência de um robusto acervo arquitetônico concentrado nas proximidades do núcleo urbano inicial, bem como o surgimento de bairros nos arredores desse núcleo com estruturas urbanas que testemunham os diversos momentos da economia maranhense nos últimos séculos.

Desse modo, a metrópole São Luís<sup>2</sup> seria concretizada a partir da expansão da mancha urbana da Ilha do Maranhão, resultado em um primeiro momento, da construção de objetos urbanos como pontes e rodovias que possibilitaram o acesso à áreas isoladas do território, e em um segundo momento, resultado da chegada de grandes projetos, como o Projeto Ferro Carajás<sup>3</sup>, que aceleraram o crescimento demográfico, ampliaram os investimentos na construção de infraestrutura, consolidaram a dinâmica urbana nas áreas recém ocupadas, expandiram a mancha urbana na direção dos outros municípios da Ilha.

Face ao exposto, a metrópole São Luís chega ao atual período técnico com contradições como: um centro antigo pouco articulado às dinâmicas modernas, áreas modernas voltadas a interesses de atores hegemônicos<sup>4</sup>, imensos conjuntos habitacionais carentes de serviços públicos, além de um considerável estoque de terras entre as áreas que se modernizam. Logo, na atual metrópole São Luís, temos centros modernos localizados em áreas valorizadas com intenso processo de verticalização e segregação, o abandono de populações inteiras nas

---

<sup>2</sup> A Região Metropolitana da Grande São Luís foi criada oficialmente no ano 1989. Porém, o projeto de lei para efetivação da RMGSL seria aprovado no 11 de dezembro de 1997. Os municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, componentes da Ilha do Maranhão, são os primeiros a compor Região Metropolitana.

<sup>3</sup> O Projeto Grande Carajás foi um megaempreendimento político, econômico e social, implantado durante o início da década 1980 na Amazônia Oriental. As empresas Vale e Alumar são os dois pilares do projeto. O principal objetivo dessas empresas é transferir grandes somas de alumínio e minério de ferro (o ferro-gusa), através de seus terminais portuários localizados na baía de São Marcos (SANTOS, 2013, p. 43).

<sup>4</sup> Atores hegemônicos são aqueles ligados aos interesses das grandes empresas, os representantes da globalização econômica sobre o território (SANTOS, 1990)

áreas periféricas, a reconfigurando de zonas consideradas rurais e uma intensa disputa pelo gerenciamento do uso do território.<sup>5</sup>

A nossa formação geográfica acrescida da condição de ludovicense criado, nos anos 1980, entre as ruas de um conjunto habitacional e os campos de futebol de terra batida da zona rural vizinha, levou-nos aos primeiros questionamentos sobre o que seria, afinal, essa São Luís conhecida como “Cidade dos Azulejos”, mas vivenciada como cidade dos vazios, dos terrenos baldios, a “São Luís em tempo de murici”<sup>6</sup>(BURNETT, 2012), onde cada um cuida de si. Anos depois, já como professor de Geografia movido pelos questionamentos dos discentes, surge a necessidade de buscar maiores esclarecimentos não só sobre a São Luís que conhecemos na infância, mas sobre a São Luís do presente, a cidade metrópole.

Partindo dessa trajetória, estudamos o uso do território na metrópole São Luís e suas modernizações a partir da localidade do Sítio Grande. Assim, essa área rural do município de Paço do Lumiar assume centralidade no estudo em tela. Como demonstra a figura 01, o Sítio Grande é fronteiro com o conjunto Maiobão e relativamente próximo das áreas mais dinâmicas da capital do Estado do Maranhão, sofrendo nessas condições transformações com a chegada de novos objetos urbanos e suas lógicas, tais como: construção de condomínio fechado de casas, inviabilização de atividades extrativistas, poluição de mananciais e pressão corporativa sob o território.

---

<sup>5</sup> Desde o dia 17 de janeiro de 2019, a prefeitura de São Luís vem organizando audiências públicas para revisão do Plano Diretor do município. Entre as alterações propostas está a redução da zona rural do município o que permitirá, entre outros projetos, a instalação de um porto privado na porção oeste da ilha, ao sul da baía de São Marcos ameaçando o modo de vida de comunidades rurais como Taim, Juçaral e Santa Cruz, em benefício do mercado chinês grande demandante do projeto. Outro ponto polêmico do projeto apresentado pela prefeitura é a não delimitação das ZEIS (Zonas de Interesse Social) o que, na prática, permite via regularização fundiária a ampliação das atividades urbanas em áreas rurais, como tem acontecido com a instalação de conjuntos habitacionais financiados pelo programa Minha Casa, Minha Vida em áreas distantes do centro urbano da capital do Estado (DEFESADAILHA, 2019).

<sup>6</sup> Burnett (2012) faz uma analogia entre a falta de ordenamento urbano em São Luís e o ditado popular “em tempo de murici, cada um cuida de si”.

Figura 1 – Localização do Sítio Grande



**Elaboração:** Thomas Soares e Cícero Lobo, 2019.

Adotando a percepção de Santos (2017; [1996]) para quem os objetos e ações postos em sistema relevam o uso do território em determinado momento, já que a valorização do objeto está ligada à maneira com que a sociedade dele se utiliza (SANTOS, 2017; [1996], p. 156) propomos analisar os nexos entre o território e modernizações na metrópole de São Luís tomando como recorte a Região do Sítio Grande.

Dessa forma, a linha teórica aqui adotada considera o espaço como algo mais complexo “[...] do que a simples oferta de caminhos, ainda que também seja isso[...]” (SANTOS, 2017; [1996], p. 92). O espaço geográfico é aqui entendido como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e ações, é “[...] a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo do social e as formas espaciais [...]” (SANTOS, 2017; [1996], p. 109), sendo sempre dinâmico, portanto histórico.

Responsável por revelar as tramas dos agentes espaciais, o território usado será o centro metodológico do trabalho que usará relações multiescalares, visto que não raro cada ponto do território acaba por vincular-se diretamente com o centro principal (SILVEIRA, 2011).

Sendo o método um conjunto de reflexões, constituindo um norteador dos procedimentos e técnicas utilizadas para o desenvolvimento efetivo da pesquisa com respeito ao objetivo traçado para o estudo, o presente texto baseou-se em levantamentos bibliográficos e documental sobre a temática reunindo informações presentes em livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, mapas, fotos, entre outros. No desenvolvimento dessa metodologia além da

consulta a arquivos digitais, buscou-se informações em órgãos diretamente envolvidos com as políticas urbanas da Metrópole São Luís. Fora fundamental ainda reunião de informações primárias a partir de visitas técnicas à região do Sítio Grande e entrevistas realizadas junto a agentes ligados às novas dinâmicas espaciais, a moradores e demais interlocutores da localidade em questão.

O texto aqui exposto divide-se do seguinte modo: após essa introdução, no primeiro capítulo, problematizamos o processo de formação socioespacial do espaço urbano da metrópole São Luís, a partir do território usado lançando mão do recurso da periodização, visto que o tempo deve ser entendido como um interprete da realidade dos objetos que só existem em um lugar e, em determinado momento (SANTOS, 2017; [1996]). Logo, de certa forma, o lugar é a totalidade em constante transformação. Entendendo a totalidade como um conjunto de partes com relações mútuas em constante transformação, observa-se a necessidade de situar os agentes, objetos, funções, formas e conteúdos em seus respectivos períodos. Pois, sob essa ótica, sem a periodização o fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. (KOSIK, 1976).

No segundo capítulo, examinamos as novas formas conteúdo no Sítio Grande. Oferecemos ao leitor uma análise das transformações vividas e espacializadas na região em decorrência de processos de várias escalas, porém com resultados diferentes em cada lugar já que, processos mundiais, nacionais e estaduais tornam-se eventos geográficos peculiares no lugar, posto que o evento é uma ou alguma das possibilidades existentes no mundo (SILVEIRA, 1999). Analisamos a instalação dos condomínios fechados horizontais no Sítio Grande como parte dos novos processos urbanos na metrópole São Luís, bem como a terceirização do serviço de água e esgoto como integrante de um projeto de modernizações do lugar que guarda relações com intenso processo de mercantilização da cidade e da vida urbana, num país que teima em expulsar os pobres para as laterais das cidades (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Ainda no segundo capítulo, discutimos as contradições entre as modernizações no Sítio Grande e a dimensão econômica do lugar, por meio da teoria dos circuitos da economia urbana (SANTOS, 2008; [1979]) segundo a qual, devido ao caráter dependente e tardio das modernizações nas cidades dos países pobres, estas não funcionam como um bloco. Ao contrário, apresentam no seu interior a existência de dois subsistemas, dois circuitos

econômicos<sup>7</sup> (SANTOS, 2008; [1979]), com destaque para o circuito inferior e as atividades econômicas marginais dele resultante.

Com base nos diálogos com os moradores, apontamos alterações no cotidiano do lugar e a partir dos estudos de campo analisamos a comercialização da juçara e a situação da produção de farinha numa área em intenso processo de transformação.

Estando o Sítio Grande localizado numa área de expansão urbana e sofrendo alterações típicas do processo de urbanização da metrópole São Luís, sugiram os seguintes questionamentos: como as modernizações na metrópole São Luís influenciaram no surgimento de novas formas conteúdo na região do Sítio Grande? Como a lógica do condomínio fechado e os serviços a ela interligados alteraram a situação geográfica do lugar? Como o avanço da mancha urbana tem influenciado nos circuitos da economia urbana no Sítio Grande? Quais as principais alterações no cotidiano do lugar? Em busca dessas respostas a pesquisa foi desenvolvida.

---

<sup>7</sup> Da contradição entre a modernização necessária para o desenvolvimento das atividades econômicas no capitalismo e os padrões tradicionais de produção surgem o circuito superior da economia urbana – representado modernização tecnológica, capital intensivo e racionalidade do discurso econômico – e o circuito inferior – representado pelo capital não intensivo, comércio em pequena escala, baixa tecnologia e serviços não modernos (SANTOS, 2008; [1979]).

## CAPÍTULO 1

### **TERRITÓRIO USADO E MODERNIZAÇÕES NA METRÓPOLE SÃO LUÍS: UMA PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO**

O termo território<sup>8</sup> é evocado em várias circunstâncias recebendo significados variados. Assim, entre outros, se compreende o território como sendo uma área dominada por determinado grupo, como sinônimo de espaço, como área sobre o domínio de determinado grupo ou nação. No âmbito da Geografia, disciplina que historicamente esteve comprometida com a elaboração de discursos legitimadores de Estados e interesses imperiais, não é de estranhar que a categoria território tenha estado fixada a escala do “território nacional” (SOUZA, 2000). Nessa perspectiva, falar de território seria fazer referência explícita à noção de limite (RAFFESTIN, 1993).

Por outro lado, no presente trabalho, a categoria geográfica território será utilizada como “a extensão apropriada e usada” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 19), reflexão por meio da qual o “uso” figura como definidor por excelência do território. Falamos assim do território usado como sinônimo de espaço geográfico (SANTOS; SILVEIRA, 2001) ou seja, a união indissolúvel de sistemas de objetos e sistema de ações, e suas formas híbridas, as técnicas (SANTOS, 2017; [1996]). Nas palavras de Santos (2000, p. 3):

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo.

Esse “pensar processualmente” exige uma sistematização e uma periodização dos processos espaciais. Logo, um período histórico e seus processos correlatos podem ser reconhecidos a partir de determinada configuração do território, que por sua vez revela a existência de determinada base técnica e seus respectivos processos de modernizações. Portanto, o uso da categoria, território usado, estabelece a necessidade de analisar sistematicamente a constituição do território e para tal exige lançar mão do recurso da periodização (SANTOS, 2017; [1996]).

---

<sup>8</sup> Segundo Haesbaert (2011) as várias noções de território podem ser agrupadas em pelo menos três vertentes básicas: a) Política (referida às relações espaço-poder em geral ou jurídico-político (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas: onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder; b) Cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido; c) econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no debate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Nessa via, Arroyo *apud* Alves (2014, p. 98) sugere que o passado é um componente do presente e só pode ser explicado por ele, “o presente contém elementos de um futuro não realizado, e é apenas a partir dele que o futuro pode ser percebido”.

Substanciados por tais reflexões, apresentamos a seguir uma proposta de periodização para o uso do território da ilha do Maranhão desde a materialização do núcleo urbano da cidade de São Luís até a consolidação do aglomerado urbano da metrópole de São Luís, problematizando o tema das modernizações, processos espaciais criadores de desigualdades.

Parte desse esforço de reflexão acerca dos nexos entre uso do território e modernizações tomados ao longo do tempo, adotamos a proposta de Santos (2018; [1979]), para quem a urbanização brasileira pode ser dividida em três grande períodos: um que vai do fim do século XV até a revolução industrial; o segundo que se situa entre meados do século XVIII a meados do século XX e o período atual, que se inicia depois da Segunda Guerra Mundial.

Ressaltamos que devido a situação periférica de São Luís, em relação a própria dinâmica do território brasileiro, a periodização proposta apresenta algumas peculiaridades, como é o caso do processo de urbanização acelerada que no Brasil se faz sentir nos anos 1940, mas em São Luís mostraria seus efeitos apenas uma década depois.

### **1.1 A FORMAÇÃO DO NÚCLEO URBANO LUDOVICENSE: DISPUTAS MERCANTILISTAS PELA ILHA DO MARANHÃO E SUA INCLUSÃO ECONÔMICA NA PERIFERIA DO CAPITALISMO (1612 – 1870)**

A expansão ultramarina realizada pelas nações europeias fora o mote da ocupação francesa da Ilha do Maranhão, chamada pelos índios tupinambás de Upaon – Açú, lugar onde hoje se encontra a capital do Estado do Maranhão, a cidade de São Luís, única capital brasileira fundada por franceses.

A fundação francesa da cidade de São Luís, em 1612, é um dos muitos eventos que ajudam a produzir as peculiaridades espaciais da capital Maranhense, uma vez que, o momento histórico, o modelo do empreendimento e os atrativos simbólicos atuaram na apropriação e na formação dos territórios coloniais. Sendo, a colonização, antes de tudo, uma relação sociedade-espaço (MORAES, 2005), pode-se entender o empreendimento colonial como um processo de apropriação do espaço, ou seja: pode-se dizer que os espaços coloniais eram constituídos de *territórios usados*<sup>9</sup>(MORAES, 2005). Logo, a colonização com sua lógica, suas formas-

---

<sup>9</sup> Usados de modo alienado em relação aos seus habitantes originais, pois frutos da empresa colonial-imperialista.

conteúdo, seus objetos e suas modernizações constrói os lugares, bem como se reconstrói a partir desses lugares.

Assim, a compreensão da formação territorial do Brasil, do Maranhão e de sua capital São Luís passa pelo entendimento espaço temporal do que foi o empreendimento da sociedade europeia sobre fragmentos do espaço brasileiro (PRIETO, 2018). Sobre a importância da relação tempo, espaço e mundo nos estudos geográficos Santos (2017; [1996], p. 54) nos fala:

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; as materialidades e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições.

O uso do território brasileiro, como possessão apropriada por europeus, se inicia com tratado de Tordesilhas<sup>10</sup>. Por intermédio desse acordo celebrado entre nações de outro continente, o território brasileiro teve seus limites delineados, mesmo sem existir oficialmente. Ou seja, a inexistência oficial do espaço nacional não impediu que por intermédio das normas já se tentasse moldar a lógica e, conseqüentemente, as feições do território demonstrando a força do mercantilismo colonial no remodelamento do novo mundo aos seus interesses.

No caso brasileiro, naquele momento, território pertencente ao Estado Nacional Português, o sucesso do comércio lusitano nas Índias Orientais relegou a “descoberta” do Brasil, em 1500, a um segundo plano. Dessa forma, o vasto território brasileiro, e particularmente o Maranhão dos franceses e o Pará, onde holandeses e ingleses pirateavam, não constituíam objetos de grandes cuidados do Reino Lusitano (CARVALHO, 2014). Isto, pois, a rigor, com uma população pouco superior a 1 milhão de habitantes e frente as suas demais conquistas ultramarinas da África e da Ásia, pouco sobrava a Portugal, em população e capital, para dedicar ao ocasional achado de Cabral (PRADO JR., 2012; [1933]).

Por isso, durante certo tempo, a vasta área ficou reservada para o futuro. Mas a concorrência internacional, ameaças estrangeiras e os questionamentos acerca do bilateral tratado de Tordesilhas não permitiram que a calma ali fosse eterna. Espanhóis já estavam na costa nordeste da América do Sul, ingleses e franceses, contestando a divisão luso-espanhola do globo, logo invadiram diferentes pontos do litoral (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 30).

A fundação francesa da cidade de São Luís foi resultado direto dos dois fatores descritos acima: primeiro, a pouca atenção dada por Portugal ao Brasil, especialmente na sua

---

<sup>10</sup> Concebido em 1494 o tratado, na prática, dividia e dava a posse das terras a serem descobertas, além das ilhas de Cabo Verde, à portugueses e espanhóis.



porção Norte e por último, a contestação por parte dos franceses da divisão das terras recém descobertas entre Portugueses e Espanhóis.

Os anos de pirataria no litoral norte do Brasil permitiram aos franceses celebrarem alianças com povos autóctones, em especial os índios tupinambás, ao que tudo indica, os primeiros habitantes da Ilha do Maranhão, facilitando a ocupação galesa.

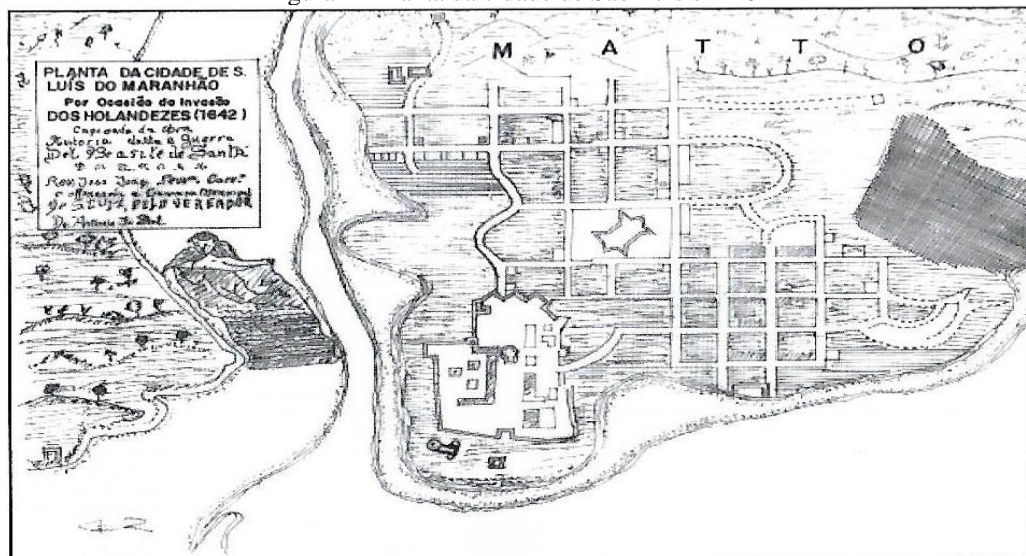
Segundo o Frei Capuchinho D'ABEVILLE (1975, p. 57), integrante da esquadra francesa:

Escolheram uma bela praça, muito indicada para esse fim por se achar numa montanha e na ponta de um rochedo inacessível e mais elevado do que todos os outros donde se descortina o terreno a perder de vista; assim entrincheirado, formando um baluarte ao lado da terra firme, é inconquistável e tanto mais forte quanto cercado quase por completo por dois rios muito profundos e largos que desembocam no mar ao pé do dito rochedo.

A narrativa do frei capuchinho evidencia o caráter estratégico na escolha do lugar onde seria construído o forte de *Saint-Louis*<sup>1</sup>, visando proteger o empreendimento francês. O forte fora construído em poucas semanas e nas proximidades ergueu-se também um grande armazém, um conjunto de cabanas denominado Convento de São Francisco (MEIRELLES, 2012) além de choupanas para abrigar os recém-chegados (MARIZ; PROVENÇAL, 2011).

Para Meirelles (2012) a *Saint-Louis*<sup>11</sup> primitiva em pouco excederia a área atual da Avenida Pedro II, estendendo-se até à Rua do Egito. Essa povoação inicial, seria aquela que, na planta de 1643, aparece circundada por uma muralha.

Figura 2 - Planta da cidade de São Luís em 1642



Fonte: Antonio Raiol apud Ferreira, 2014.

<sup>11</sup> A cidade recém fundada, recebeu o nome de Saint-Louis em homenagem ao rei de França e Navarra, Luís XIII, o justo (1601 – 1643).

Com a fundação da cidade, em 8 de setembro de 1612 e o arcabouço das primeiras construções estrangeiras, tem-se o rascunho inicial da urbe ludovicense, com seus objetos e formas introdutórias voltadas para defesa da colônia e a articulação de uma divisão territorial do trabalho pensada para atender os interesses de territórios distantes, processo que como veremos se tornará marca da cidade do período colonial aos dias atuais.

Uma vez instalada a aglomeração súditos do Rei de França, Luís XIII, em plena capitania do Maranhão, as autoridades portuguesas, visando salvaguardar o empreendimento colonial na região, precisavam ampliar sua presença no litoral norte brasileiro, porém para tal era necessário expulsar os Franceses da Ilha do Maranhão.

Assim, o então Governador Geral, Gaspar de Sousa, com o auxílio do capitão-mor Jerônimo de Albuquerque, militar pernambucano descendente de índio, e da aliança com os índios Tremembés<sup>12</sup>, inimigos dos Tupinambás – grupo aliado dos franceses no Maranhão – os portugueses retomam a posse efetiva da Ilha do Maranhão

Conquistada a Ilha do Maranhão, Jerônimo de Albuquerque torna-se o primeiro governador português do Maranhão (1616-1619) e de pronto ordena a instalação da olaria (MEIRELLES, 2012) buscando melhorar as residências dos oficiais, restaurar os fortes, bem como dá novos traços ao aspecto geral da povoação.

Jerônimo de Albuquerque aconselhou e conseguiu que os moradores mudassem a antiga fábrica dos seus tugúrios em edifícios mais asseados, que na correspondência e boa arrumação das ruas fizessem aquela povoação, senão soberba, ao menos repartida com melhor direção e aparato (MARQUES *apud* RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p. 60).

A ocupação efetiva e proteção da cidade de São Luís exigiu medidas administrativas correspondentes, e já em 1619, São Luís passa de povoação a vila e recebe os primeiros imigrantes açorianos. Em 1621, em decorrência das reformas propostas pelo Estado Luso-Hispânico <sup>13</sup>(1580 – 1640), a cidade torna-se capital do estado colonial do Maranhão. A mudança de status na administração colonial implicou na construção de um muro, para defesa da urbe, em torno da área original da cidade. A saber, do Forte de São Luís, agora chamado

---

<sup>12</sup> Partindo de Camocim os portugueses e índios Tremembés enfrentaram e venceram os Franceses e os índios Tupinambás, em novembro de 1614, na batalha de Guaxemduba, tendo como *locus* principal a baía de São José, nas proximidades do que é hoje a cidade de Icatú (CARVALHO, 2014).

<sup>13</sup> O termo faz referência ao período conhecido como União Ibérica. Período em que, com o fim da dinastia Avis em 1580, o trono português passou para a Coroa espanhola, ficando as monarquias sob o controle da Casa Real espanhola, durante a dinastia denominada “filipina” (SCHWARCZ & STARLING, 2015).

pelos lusitanos de São Felipe<sup>14</sup>, até o convento e igreja dos jesuítas, nas proximidades do Ribeirão, abrangendo o terreno que viria a ser a Praça Benedito Leite (MEIRELLES, 2012).

São Luís sobre o domínio português é elevada à categoria de cidade no ano de 1677, e ganha importância na geopolítica lusa para região norte do Brasil, chegando inclusive a disputar com Belém o cargo de principal ponto de contato com a região.

Porém, entre a condição de vila e a passagem para categoria de cidade a “cidade portuguesa que nasceu francesa”, ainda viria a sofrer a invasão holandesa<sup>15</sup> entre os anos de 1641 e 1644<sup>16</sup>. É certo, que a fundação francesa, a tardia ocupação portuguesa e a invasão holandesa atrasaram sobre maneira a inclusão da Ilha Grande na lógica mercantilista lusitana, dificultando assim o crescimento da área urbana da cidade. Dessa forma, em 1653, portanto mais de um século e meio após a chegada de Pedro Álvares Cabral a Bahia, São Luís era apenas um *núcleo urbano, por enquanto habitada de seiscentas famílias, com renques de casas ao longo de duas ribeiras* (AZEVEDO *apud* MEIRELLES, 2012, p. 72).

Como parte integrante do território colonial português São Luís passaria ainda mais ou menos um século como uma cidade típica do que Moreira (2014, p. 289) classifica como combinado cidade-câmara-município<sup>17</sup>, isto é uma cidade administrativa que garante a posse do território, porém sem grande importância para a economia mercantilista portuguesa.

A capital Maranhense só sofreria mudanças significativas no seu espaço urbano, na segunda metade do XVIII, e na natureza de um território alienado a interesses externos, as mudanças só poderiam estar relacionadas a alterações na geopolítica europeia, que por sua vez resultavam em modificações administrativas na metrópole.

Durante o século XVIII, os impactos da revolução industrial na Europa espalham-se pelo mundo. Portugal, potência mercantilista baseada na produção de monoculturas em grandes glebas, com a utilização da mão de obra escravizada, logo viu a demanda por seus produtos coloniais aumentar. Face ao exposto, reorganizou o desenho de seu empreendimento

---

<sup>14</sup> Alexandre de Moura impôs a mudança do Forte de São Luís construída pelos franceses para Forte São Felipe, em homenagem ao rei espanhol que se instalará no trono de Portugal. Segundo MEIRELLES (2012, p. 32): os portugueses não aceitaram a mudança e preferiam o nome de São Luís, o rei menino de França, o 9º “capetiano”, e que, seria canonizado pelo Vaticano – São Luís, Rei de França.

<sup>15</sup> As invasões holandesas no Nordeste do Brasil, a primeira na Bahia (1624), a segunda em Pernambuco (1630-1654) e a terceira no Maranhão (1641-1644) devem ser entendidas no contexto da dominação espanhola sobre Portugal e sobre território da Holanda (MEIRELLES, 2015). Ou seja, no caso holandês as invasões não eram só uma contestação da divisão das colônias, como uma luta por emancipação política, uma luta pelo reconhecimento de sua nacionalidade.

<sup>16</sup> A invasão holandesa no Maranhão, devido sua curta duração, praticamente, não deixou marcas sobre espaço ludovicense.

<sup>17</sup> É na Câmara que se definem rumos e detalhes do cotidiano da cidade. Seu prédio, ao lado da igreja, é o centro de referência de governo da cidade, ali se reunindo num só domínio o que hoje são o Executivo, o Legislativo e o judiciário enquanto formas separadas de poder.

colonial, criando para região norte do Brasil a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão sob a responsabilidade de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Como resultado da política pombalina, a Companhia passou a financiar culturas, especialmente a exportação do algodão, do arroz e da cana de açúcar, e a partir do monopólio do tráfico de escravos estimulou a chegada de navios. Afinal, com a revolução industrial, “estar perto do porto era estar perto do mundo” (HOBSBAWM, 2016).

Sobre os efeitos da política pombalina no Maranhão e o cenário externo encontrado por essa política, Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil (2007[1959])* é enfático:

Essa região se beneficiou inicialmente de uma cuidadosa atenção do governo português, a cuja testa estava Pombal [...] Pombal ajudou-os criando uma companhia de comércio altamente capitalizada que deveria financiar o desenvolvimento da região, tradicionalmente a mais pobre do Brasil. Tão importante quanto a ajuda financeira, entretanto, foi a motivação no mercado mundial de produtos tropicais, provocada pela Guerra da Independência dos EUA e logo em seguida pela Revolução Industrial inglesa. Os dirigentes da companhia perceberam desde o início que o algodão era o produto tropical cuja procura estava crescendo com mais intensidade, e que o arroz produzido nas colônias inglesas e principalmente consumido no sul da Europa não sofria restrição de nenhum pacto colonial. Os recursos da companhia foram assim concentrados na produção desses dois artigos (FURTADO, 2007; [1959], p. 139-140).

Assim, movida novamente por fatores externos, a produção maranhense encontrou condições para capitalizar-se e a colônia conheceu excepcional prosperidade no fim da época colonial, no reinado de D. José I (1750-1777), recebendo em seu porto de 100 a 150 navios por ano e chegando a exportar 1 milhão de libras (FURTADO, 2007; [1959]).

Segundo Ribeiro Júnior (2001):

[...] é nesse período que começam a emergir casarões e sobrados azulejados, marcando com traços barrocos a arquitetura local, onde os ricos fazendeiros e os faustos comerciantes residiam, pondo à mostra a pujança econômica de então (RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p. 62).

Porém, se a prosperidade advinda da inserção do Maranhão no comércio internacional produzia luxuosos casarões, além de outras formas-conteúdo, como praças e passeios públicos, a sociedade escravocrata e as deficiências típicas de uma economia voltada para o exterior se encarregavam de ampliar a desigualdade. Cerne de nossa reflexão, a “modernidade” do centro urbano contrastava com a pobreza que se a lastrava por outras partes da cidade, processo associado ao crescimento populacional. Se em 1720 a população pouco passava de um milheiro, pelo recenseamento promovido em 1788, já estavam radicadas na capital maranhense 16.580 pessoas (MARANHÃO REVIVER, 1994, p. 113).

O inglês Henry Koster, em viagem ao Maranhão, em 1811, traça com alguns detalhes a desigualdade abrigada na área urbana de São Luís:

As ruas são, em sua maioria, calçadas, mas não há conservação. As casas são limpas e bonitas, tendo apenas um andar. O térreo é aproveitado pelos criados, lojas, armazéns, sem janelas[...] As igrejas são numerosas e entre elas estão os conventos dos Franciscanos, Carmelitas e outros. O interior das igrejas é ricamente decorado, mas não há ordem arquitetural seguida na construção, excetuando, os conventos, aos quais pertencem as melhores impressões. O palácio do governo está sobre um terreno elevado não distante da beira d'água, e com a fachada para o lado da cidade[...] Diante está uma praça oblonga, vestida de relva que lhe dá um formoso e sugestivo aspecto [...] O solo desta praça é composto de uma espécie de pedra vermelha, de forma que as pequenas ruas que vão à cidade e que não estão ainda calçadas, ficam cheias de regos onde as águas escorrem na época das chuvas. Essas ruas são constituídas de habitações térreas e cobertas de palha. Com as janelas sem vidro, as casas têm uma aparência humilde e triste (KOSTER, 2003, p. 233).

Koster também constatou a imensa concentração de riqueza presente na cidade: “[...] as principais riquezas da região estão nas mãos de poucos homens possuidores de propriedades com extensões notáveis, grupos de escravos, e ainda comerciantes”.

Portanto, São Luís chega ao período imperial com uma sociedade hierárquica e escravagista, com ares de fidalguia, porém o crescimento da cidade e de seus serviços ocorria de maneira seletiva, atendendo principalmente uma minoria privilegiada (ABRANCHES, 2012).

Um pouco mais de uma década após a visita do Inglês Henry Koster, a estreita ligação da burguesia maranhense com os negócios de Portugal, levaria o Maranhão a aderir a independência do Brasil com um ano de atraso. Tal fato evidencia também um certo isolamento dos negócios praticados no Maranhão em relação à dinâmica econômica do Império, o que, aliás, segundo Santos (2013; [1993], p. 29) foi uma marca do processo de formação socioespacial do Brasil:

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia sem dúvida, para cada um desses subespaços, polos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes.

A deficiente articulação entre as economias regionais e as flutuações nos preços das principais *comodities* maranhenses, durante a segunda metade do século XIX, consolidou um processo clientelista onde o orçamento era moldado para as necessidades das elites ignorando qualquer planejamento urbano ou implantação de infraestrutura coletiva. Desse modo, evitou-se gastos públicos em atividades que não contribuíssem para produção ou a exportação e os curtos períodos de crescimento econômico significaram melhorias apenas nos aparelhos urbanos que serviam a pequena elite ludovicense como nos logradouros públicos, no abastecimento de água através de chafariz (1856), na iluminação à base de gás, nos bondes (1870), nos serviços de educação e saúde (FERREIRA, 2014).

Portanto, concluímos que durante o longo período que perpassa toda a colônia, perpassando até quase o fim do período imperial, as modernizações sofridas pela urbe ludovicense ocorreram na busca de organizar o território para viabilizar as demandas de mercados além mar. Tanto na disputa pela inclusão da Ilha do Maranhão na lógica mercantilista europeia, no contexto de Brasil colônia, quanto durante o dito crescimento econômico provocado pela produção de monoculturas para exportação, no contexto de uma nação independente, alicerçaram o caminho de São Luís para uma posição periférica na divisão internacional do trabalho. E Nem mesmo a valorização de seus produtores em decorrência de fatores externos foi capaz de produzir a alocação de investimento para a melhoria de vida dos cidadãos. Com o fim da Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1865), o uso do território da cidade de São Luís sofreria mudanças, porém mantendo sua dependência dos mercados internacionais, conforme trataremos a seguir.

## 1.2 O SURTO FABRIL E A CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO DERIVADO NA PERIFERIA DA PERIFERIA (1870 – 1958)

Na segunda metade do século XIX, ocupando uma posição periférica no comércio internacional, com a economia voltada para satisfazer as demandas externas, tanto a província do Maranhão quanto sua principal cidade, São Luís, sofriam reestruturações produtivas em decorrência de alterações de ordem geopolítica.

O fim das guerras de independência da América normalizou o suprimento internacional do algodão, principal matéria prima exportada pela província (REIS, 2013), gerando depreciações e forçando mudanças na matriz produtiva, como mostra a Tabela 1, logicamente, sem alterar o papel de fornecedor de matéria prima para o mercado europeu e estadunidense.

Tabela 1 – Exportações de Algodão e Açúcar (Ton.)

PERÍODOS	ALGODÃO		AÇUCAR	
	Média anual	% Brasil	Média anual	% Brasil
1851/60	4.227	30,0	-	-
1861/70	4.664	16,0	1.896	1,7
<b>1871/80</b>	<b>4,512</b>	<b>12,0</b>	<b>6.966</b>	<b>4,0</b>

Fonte: REIS, 2013.

Adaptação: Próprio autor, 2019.

Os números expostos na tabela acima evidenciam o impacto do fim dos conflitos nos Estados Unidos sobre a produção estadual, forçando uma queda na produção do algodão e

um rápido crescimento da produção de açúcar no Maranhão. Obviamente tais mudanças explicitam as alterações produtivas que a província passou a sofrer.

A constante flutuação dos preços internacionais dos principais produtos da província somado as modificações na política econômica do governo central, nos primeiros anos da República, ampliando a oferta de moeda e facilitando o crédito, impulsionaram o surgimento da indústria têxtil, consolidando São Luís como um centro de capital mercantil no setor de serviços, especialmente ligados ao setor têxtil, incorporado à forma de iniciativa empresarial de capital aberto (REIS, 2014) seguindo a tendência de outras cidades do Brasil.

No século XIX, a tecelagem teve papel saliente no desenvolvimento urbano. No fim do império, havia umas 100 fábricas têxteis na cidade do Rio de Janeiro, nos Estados de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo [...] Considerando-se todos os ramos industriais, havia no fim do Império, perto de 600 fábricas, representando um capital investido de 400.000 contos (então 25 milhões de libras inglesas), sendo 60% na indústria têxtil (GEIGER, 1963, p. 80).

O fortalecimento do setor de capitais voltado para a atividade industrial, a baixa tecnologia necessária para o incremento de fábricas têxteis, a disponibilidade de mão de obra, resultado do fim da escravidão, e o crescimento populacional da capital produziram novas funcionalidades para os espaços da cidade. São Luís outrora habitada pela elite oligarquia rural, escravos e mestiços, agora passa a abrigar fábricas de tecidos, distribuídas em áreas para além do núcleo urbano original, contexto da formação de bairros de operários nas proximidades dos centros de manufatura. Assim,

[...] os industriais emergiram como principais detentores de capital, os quais em se tratando de produção do espaço influenciaram substancialmente, considerando a área e a infraestrutura requerida para viabilizar o empreendimento e ainda mediante a instalação de núcleos residenciais operários adjacentes às seis fábricas (50% do total estadual) como as Companhias de Fiação e Tecidos Maranhenses (que contribuiu para o surgimento de áreas residências como Vila Passos e Areal, 1891), de Fiação e Tecidos Cânhamo – 1893 (atualmente é o Centro de Produção Artesanal do Maranhão – CEPRAMA) e a de Fiação e Tecelagem São Luís – 1894 (que originaram as áreas residenciais denominadas São Pantaleão, Madre Deus, Goiabal e Lira), Santa Amélia (1895), além da Fiação e Tecidos do Rio Anil – em que hodiernamente funciona o Centro Integrado Rio Anil (CINTRA). Dessa última derivou o bairro do Anil, distante aproximadamente oito quilômetros do Centro Histórico de São Luís, isto é, das demais unidades industriais, sendo interligado através de bonde (FERREIRA, 2014, p.41).

O fato exposto demonstra a importância da industrialização da cidade de São Luís para entender o território usado a partir da chegada de novos instrumentos técnicos típicos de cidades industriais no lumiar do século XX, bem como a partir das alterações socioespaciais decorrente da criação de um mercado de trabalho industrial. Tal processo aprofundou gradativamente a divisão do trabalho entre a cidade e o campo. A cidade tornou-se *locus* da

regulação do que se faz no campo, isto é, as relações de primazia do campo foram substituídas por relações e valores urbano-industriais (SANTOS, 2013).

Logo, o bonde vai substituindo o cavalo, a burguesia industrial subjuga a rural, o trabalho assalariado vira base das relações capitalistas, as distâncias físicas são alargadas. Ou seja, o *tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária (LEFEBVRE, 1999).

Enfim, a cidade passa a apresentar novas formas conteúdo: áreas distantes do centro foram incluídas na dinâmica urbana pelas linhas dos bondes, pescadores e agricultores tornaram-se trabalhadores fabris, as chaminés se destacavam em meio aos mirantes dos casarões, córregos foram desviados para suprir as necessidades das fábricas, casebres foram erguidos no entorno das fábricas, o tempo passou a ser controlado pela sirene das fábricas e pelo som da movimentação dos bondes.

Nas primeiras décadas do século XX, a dinâmica das fábricas de tecido, a circulação do capital resultante destas e a condição de centro administrativo do Estado impulsionavam a dinâmica urbana da ilha. Nesse período, a descentralização das fábricas foi o principal indutor do alargamento da cidade para além do núcleo antigo.

Assim, o parque fabril que surgiu como alternativa de investimento diante da crise da agroexportação, no final do século XIX, contribuiu para a suburbanização nos limites da cidade, surgindo bairros como Fabril, Camboa e Anil (MORAIS, 2012), consolidando o eixo Centro – Anil como principal área urbana da cidade.

Todavia, a ampliação da área urbana da cidade de São Luís não significou a redução dos velhos problemas habitacionais, visto que as fábricas nem de longe supriam a demanda por emprego. Além disso, a descentralização das atividades fabris diminuiu a dinâmica econômica do Centro que agora sofria com um relativo abandono de seus prédios construídos nos períodos de bonança.

Novos bairros e favelas, surgem na periferia, “enquanto na região central para a grande massa da população o que fica são os baixos de sobrados, os cortiços mais ou menos disfarçados que infestam a cidade, as pocilgas e baiúcas de todo gênero” (JORNAL PACOTILHA, 1920 *apud* REIS, 2013, p. 105).

Nesse contexto, concluímos que surto fabril vivenciado pela cidade de São Luís entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, em que pese ter introduzido uma nova matriz produtiva na cidade, não alterou a lógica socioespacial secular da capital ludovicense. Isto é, as melhorias urbanas continuavam concentradas em poucas áreas, a imensa maioria dos seus habitantes permanecia na pobreza e a economia continuava voltada para



satisfazer a demanda dos mercados externos, tanto internacionais quanto nacionais, uma vez que com a industrialização nacional a burguesia ludovicense passará também a atender a demanda do parque fabril nacional.

São Luís, desse modo consolidou-se como uma espécie de *Espaço Derivado*, ou seja, espaço cuja sua racionalidade é encontrada a partir de demandas externas, e no qual os princípios de organização atendem mais a vontades longínqua do que as necessidades locais (SANTOS, 2013).

Por conseguinte, a economia estadual que historicamente participava da divisão internacional do trabalho de forma periférica, passou também a integrar de forma periférica a matriz produtiva nacional tornando-se uma periferia da periferia do mercado internacional.

### **1.3 O “MARANHÃO NOVO” E A PRODUÇÃO DA “CIDADE NOVA” (1958 -2000): A URBANIZAÇÃO FORDISTA E O FORTALECIMENTO DO MERCADO IMOBILIÁRIO**

Dividida pelo papel de articulação da produção primária exportadora do Estado e pela recente participação na produção de manufaturas para a indústria local, São Luís chegava à década de 1950 com o território usado caracterizado pela compacidade e continuidade, sem vazios urbanos e com grande miscigenação social resultante da proximidade física entre os bairros pobres e ricos (BURNETT, 2012). Mesmo o vultoso crescimento econômico dos países centrais e a promessa de modernização dos países periféricos, tradicionais exportadores de matéria-prima para as indústrias europeias e estadunidenses não trouxeram, no imediato, significativas transformações na realidade urbana da capital. Somente o processo nacional desenvolvimentista baseado na articulação de setores produtivos e no urbanismo automotivo irão trazer maiores impactos.

O Brasil, que durante muitos séculos foi um arquipélago formado por subespaços que evoluíam a partir de suas relações com o mundo exterior (SANTOS, 2013; [1993]), com influência considerável das comunicações e transportes sobre a formação do país (PRADO JR., 2011; [1942]), passava por um processo de industrialização dependente baseada no endividamento externo e arrocho salarial como pilares para o nascimento de uma nação industrial integrada à nova dinâmica da economia mundial. A espacialização dessas mudanças era evidente:

No Brasil que nasceu dos vários projetos modernistas do início do século figuraria um mundo de ambivalências: o passado a conviver com o presente; maxixe e lundu com música clássica; cordel com literatura acadêmica; transportes acelerado com o ritmo do lombo de burro; uma país urbano ladeado pela realidade isolada dos sertões

distantes; exclusão com processos de inclusão; clientelismo combinados a processos até então desconhecidos de institucionalização política e social [...] Não por acaso a rua se converteu em local privilegiado, recebendo a moda, o footing, a vida social, mas também os jornaleros, os grevistas, as manifestações políticas e as expressões da cultura popular. (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 350).

A implantação de estradas de ferro, a melhoria de portos, a construção de rodovias e a criação de meios de comunicação contribuiu para o surgimento de uma nova fluidez no território brasileiro acelerando e consolidando o processo de urbanização nacional:

Entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia (SANTOS, 2013; [1993], p.31).

No Brasil que se industrializava e se urbanizava aceleradamente, não bastava produzir, era indispensável pôr a produção em movimento. Para tal, o Governo Federal investe na construção de fixos que viabilizam o desenvolvimento de fluxos capazes de alimentar a economia e dinamizar o processo de industrialização nacional. Esse processo para Santos & Silveira (2001, p. 167) retrata “[...] a dialética entre frequência e a espessura dos movimentos no período contemporâneo e a construção e modernização dos aeroportos, portos, estradas, ferrovias e hidrovias [...]”.

No final dos anos 1950, a dialética entre a frequência e a espessura anunciada por Santos & Silveira (2001) será simbolizada, especialmente, pelos planos rodoviários que alteram as dinâmicas socioespaciais e o uso dos territórios no país.

O desenvolvimento dos meios transportes e a diversificação da produção industrial no território nacional vai abrindo caminho para a manifestação do capitalismo mais maduro. Se desenha uma nova geografia regional fruto de uma nova divisão territorial do trabalho que se impõe. Gradativamente, o aprofundamento da divisão do trabalho vai difundindo formas novas de cooperação e controle. As regiões vão se dividindo entre regiões de mandar e regiões de fazer (SANTOS, 2013; [1993])

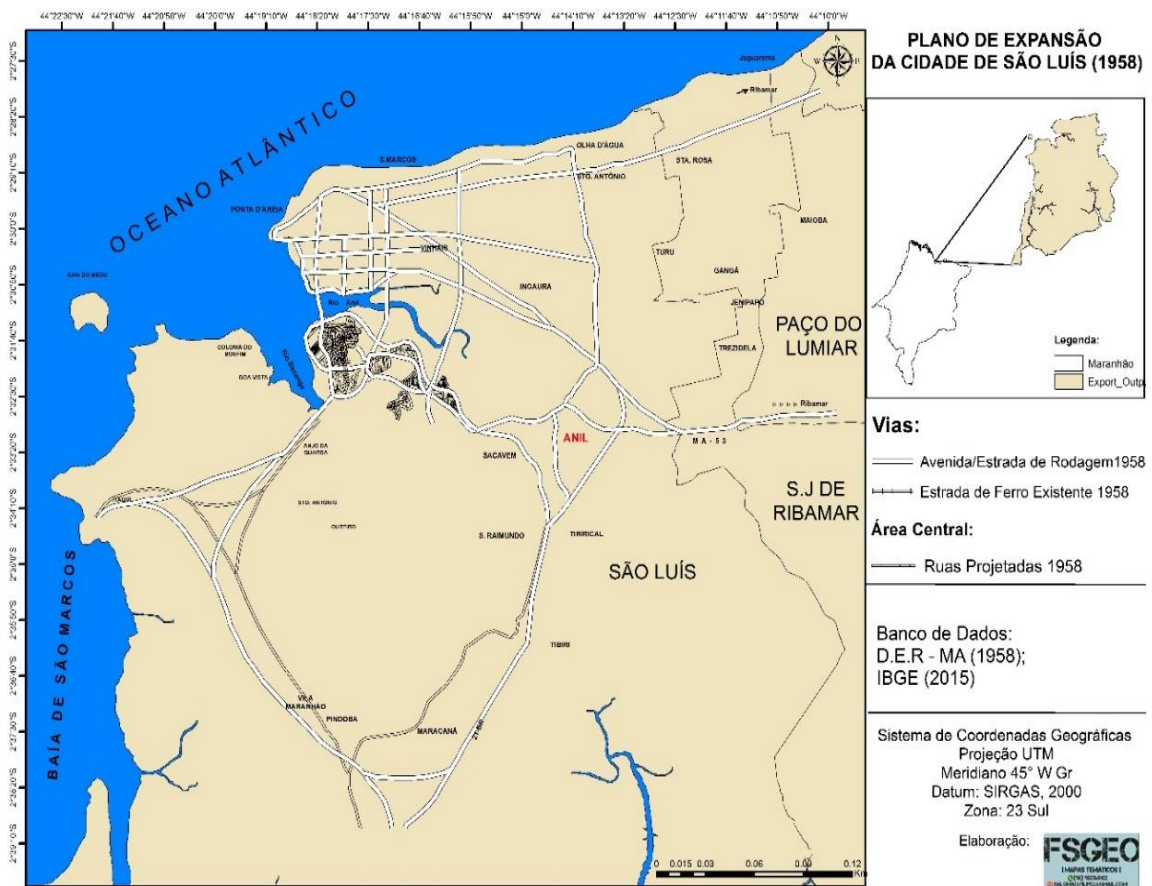
A união entre política rodoviarista e política de incentivo a indústria automobilística, aumentou a frota de veículos no Brasil em 7,6 vezes entre 1950 e 1970 (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Envolve nessa lógica, a São Luís que se pretendia moderna necessitava construir novos fixos, conceber formas que permitissem uma maior circulação de pessoas e produtos pela cidade.

Nos anos 1950, São Luís apresentava uma população absoluta de 119. 785 habitantes, que viviam entre as bacias do Rio Bacanga e o Rio Anil e seu entorno. Como a

rápida industrialização nacional exigia adequações da capital à nova realidade, em 1958, o diretor do Departamento de Estradas e Rodagem, o engenheiro Rui Mesquita, traça o “Plano Rodoviário da Ilha de São Luís”.

A Figura 3, mostra que o plano de expansão da cidade previa a construção de grandes avenidas estendidas a toda a ilha, principalmente as que permitiriam o deslocamento da população às áreas de praia, bem como a construção da estrada sobre as águas do rio Anil.

Figura 3 - Plano de Expansão da cidade de São Luís (1958)



Fonte: FSGEO, 2019.

Vale ressaltar que, embora tenha ocorrido um aumento da circulação e uma ampliação da área urbana entre 1950 e 1960, durante oito anos (1953-1961), São Luís não registrou produção habitacional estatal, muito embora a população estivesse crescendo (FERREIRA, 2002). Tal fato, somado ao crescimento populacional acarretou periferação através do crescimento dos bairros no entorno da malha viária construída ou em fase de construção, tais como: Liberdade, Monte Castelo (Areal), Apeadouro, Fátima, Alemanha, João Paulo, Caratatiua, Jordoa e Sacavém.

Durante os anos 1960, mais uma vez, os eventos operam a ligação entre os lugares e uma história em movimento (SANTOS, 2017; [1996]), permitindo a ligação entre a unidade

nacional e a diversidade local. Assim, o golpe militar de 1964 levou a entrada de novos atores políticos no cenário nacional, estadual e local.

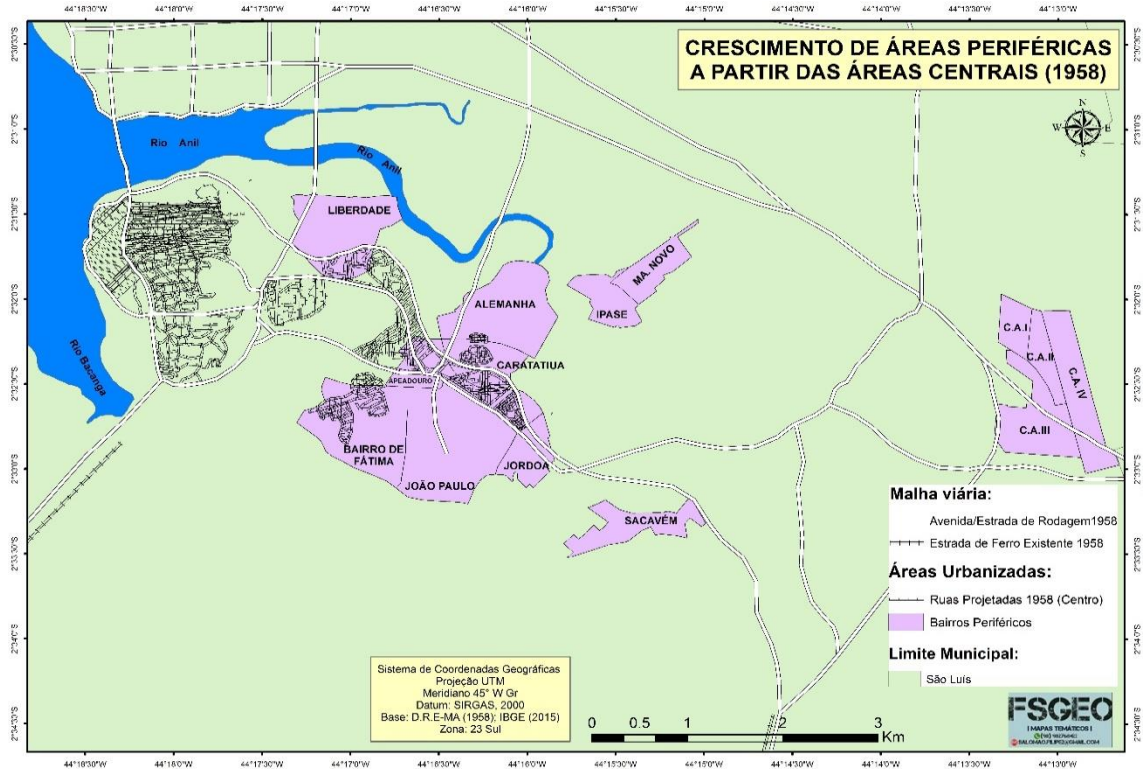
No Maranhão, a personificação dos “novos” ares lançados pelo golpe militar foi o deputado federal, José Sarney. Em campanha pelo Estado, José Sarney discursava por um novo governo que promoveria a justiça social e o desenvolvimento econômico, “[...] o manifesto compromisso de servir o povo, de trabalhar pelo Povo, com o Povo por um Maranhão de dignidade, de liberdade e progresso e de grandeza, que, sob a imagem de um passado glorioso há de projetar-se ainda mais num futuro.” (SARNEY, 1970, p. 15).

A afirmação do novo nasce a partir do discurso de criação de oportunidades, prometendo a salvação pela modernidade e mitificação do novo, com alusão ao passado longínquo de prosperidade econômica (MORAIS, 2012).

Eleito governador, José Sarney, logo imprimiria nas obras a marca do “Maranhão Novo”. A esse termo, em 1968, seria concluída a primeira ponte de concreto sobre o Rio Anil, batizada com o nome de Ponte do Caratatiua. A nova ponte abriu uma rota de ligação para o setor leste da Ilha, levando ao surgimento dos seguintes condomínios habitacionais: Residencial Caratatiua (1967), Cohab Anil I (1968), Cohab Anil II (1969), Cohab Anil III (1970), Maranhão Novo (1970) e Ipase (1970).

A Figura 4, dimensiona a abrangência do processo de expansão da área urbana de São Luís. Se até os anos 1950 a área urbana tinha ultrapassado em muito pouco o eixo Centro-Anil, no início dos anos 1970 praticamente toda área do entorno da Ponte do Caratatiua estava ocupada. Segundo Ferreira (2002, p. 28), entre 1951-1970, o crescimento horizontal de São Luís “foi de 9,87 Km<sup>2</sup> ou 137, 66% em relação ao período 1612 – 1950”.

Figura 4 - Crescimento das áreas periféricas



Fonte: FSGEO, 2019.

Durante os anos 1960/1970, não obstante as modificações na fisionomia da capital Maranhense resultantes dos programas federais de investimento e das obras tocadas pelo Governo do Estado, a desigualdade socioespacial continuava em curva ascendente. Por exemplo, em 1969, de uma população estimada em 251.389 habitantes, “[...] aproximadamente 40.000 residiam em palafitas, representando 16% do total de pessoas de São Luís” (GOMES, 1988, p. 23).

Apesar da crescente desigualdade, o discurso oficial foi transformando os novos objetos urbanos em símbolo do “Novo Maranhão”. Nesse sentido, as pontes seriam a própria materialização do futuro e do progresso.

A leitura do Jornal O Imparcial, do dia 14 de fevereiro de 1970, não deixa dúvida sobre o simbolismo das pontes para o processo de formação da “Grande de São Luís”:

O povo do Maranhão recebe hoje, do Governo José Sarney, a desejada ponte do São Francisco, com muita justiça denominada “Ponte José Sarney”, obra que afirma a administração, testemunha a capacidade do nosso trabalhador e emoldura a “Grande São Luís”, dando-lhe silhueta nova. Mas essa não é a primeira e nem a maior ponte desse Governo (O IMPARCIAL *apud* MORAIS, 2012).

Face ao exposto, com a força simbólica das novas formas-conteúdo, escapava ao discurso oficial o papel desses novos sistemas de objetos para a ocupação de novas áreas e

consequente avanço da mancha urbana. Mais uma vez, as modernizações intensificavam a segregação espacial, agora com a novidade de permitir a expansão dos problemas urbanos para as áreas abertas a dinâmica urbana pela instalação dos novos fixos, como estradas e pontes.

A inclusão dessas novas áreas na mancha urbana da Ilha foi marcada pela valorização imobiliária das áreas próximas as praias e dos novos empreendimentos, por novas periferizações nas proximidades da cidade legal<sup>18</sup> e pela instalação seletiva dos serviços urbanos (RIBEIRO JÚNIOR, 20011; SANTOS, 2013).

Assim, as novas construções e os novos planos para a cidade cumprem um papel ideológico e ajudam a encobrir o motor que comanda os investimentos urbanos (MARICATO, 2013). A especulação imobiliária e a transformação do solo urbano em mercadoria vão convivendo com ocupações ilegais, aliás inegavelmente passam a fazer parte do mesmo modelo de desenvolvimento urbano e vão construindo o território usado para além dos instrumentos legais de planejamento.

Entre as décadas de 1970 e 1990, o Estado Brasileiro induziu um remodelamento dos espaços nacionais, a partir das perspectivas abertas pelo surgimento do meio técnico-científico-informacional<sup>19</sup> (SANTOS & SILVEIRA, 2001), nesse cenário São Luís passa a ser peça chave na consolidação do corredor norte de exportação na Amazônia Oriental<sup>20</sup> e na viabilização do chamado Projeto Grande Carajás (PGC). Tal projeto representou a instalação do Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), da Companhia Vale do Rio Doce (Vale) e construção de seus respectivos terminais portuários, porto do Itaqui e porto da Madeira.

Segundo Ferreira (2002, p.29) “[...] só o consórcio Alumar, formado pela Alcoa, Alcan, Abalco e BHPBillinton, investiu US\$ 224 Milhões em 1980”, fato que somado a concentração fundiária do Estado e a recessão na economia do país durante essa década, levaram a um forte crescimento populacional na capital do Estado, como fica evidente a partir da análise dos números expressos na tabela 2.

Somente entre 1980 e 1991 a população da capital maranhense cresceu 51%, o que representou em números absolutos o incremento de 174.829 mil habitantes, ou seja, na década

---

<sup>18</sup> O termo cidade legal é utilizado por MARICATO (2013, p. 123) no sentido a contrapor a ideia de cidade ilegal, utilizada como sinônimo de loteamento periféricos.

<sup>19</sup> Fase atual da História da Humanidade, marcado pela união da ciência com a técnica revolucionando especialmente os fluxos de informação, formando o meio técnico-científico-informacional. Esse novo patamar da densidade técnica permite, entre outros fenômenos: a multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; a generalização do crédito, mundialização e instantaneidade dos fluxos econômicos dando novos papéis aos bancos e aos Estados Nacionais. (SANTOS, 2008 [1994]).

<sup>20</sup> O corredor norte de exportação da Amazônia Oriental é composto fundamentalmente pelo corredor da Serra do Navio (AP) ao porto de Santana (AP), pelo corredor de Trombetas ao porto de Vila do Conde em Barbacena (PA) e pelo corredor de Carajás (PA) aos portos de Itaqui e Madeira (MA) (COELHO, 2008).

em questão, São Luís teve um acréscimo de habitantes que superou a população total da cidade na década de 1960.

Tabela 2 - Crescimento da população de São Luís

Ano	População		
	Maranhão	São Luís	Aumento relativo
1960	2.492.139	158.292	.....
1970	2.999.678	265.489	66,52%
1980	3.996.444	449.877	74,63%
1991	4.930.253	695.199	51,00%
2000	5.651.475	870.028	24,83%
2010	6.574.789	1.014.837	19,97%

Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

Elaboração: Próprio Autor, 2019.

Durante as décadas 1980 e 1990, os empreendimentos mineradores levaram São Luís a condição de centro atrativo de fluxos migratórios. A concentração fundiária, agravada pela valorização da terra nas áreas atingidas pelo PGC, a inclusão da cidade no sistema-mundo primário exportador de minérios e as melhorias no meio técnico explicam o crescimento populacional de 265.489 habitantes em 1970 para 695.199 habitantes em 1991.

Entre 1980/90, São Luís foi o maior centro de atração dos fluxos migratórios interurbanos (84,92% de migrantes urbanos), caracterizando-se como uma área de concentração dos mais elevados estoques de migrantes, cuja a taxa de urbanização apresenta uma porcentagem da população de mais de 50% sobre o total do Estado, atingindo densidade demográfica de 50 hab./Km<sup>2</sup> (DINIZ, 1993, p. 13).

Esse grande contingente populacional que chega à São Luís, nesse período, se caracteriza por sua origem camponesa, pobre e com baixa qualificação para os serviços oferecidos na cidade (BURNETT, 2016). Marginalizados pelos baixos salários, essa população viu sua cidadania comprometida nos mais diversos aspectos, incluindo o acesso aos serviços e direitos urbanos como transporte e moradia.

Na esteira da viabilização dos empreendimentos e do acelerado crescimento populacional, o capital Estatal via investimentos do BNH e Caixa Econômica Federal viabilizava a construção de inúmeros conjuntos residenciais na capital maranhense, estimulando a construção civil, gerando empregos temporários e mal pagos e construindo novos fixos e fluxos nas proximidades dos novos conjuntos habitacionais.

Quadro 1 - Conjuntos Habitacionais viabilizados pelo Estado – 1971/1980

Ano de implantação	Financiadora	Conjunto	Nº de Unidades	Nº de empregos Gerados
1971	Cohab	Sacavém	476	1.904
1973	Cohab	Radional	366	1.344
1975	Cooperativa	Cohama	700	2.800
1976	Cohab	Anil IV	1.111	4.444
1977	Cooperativa	Cohapa	41	164
1978	Cooperativa	Cohaserma	364	1.456
	Cohab	Cohapam	100	400
		Cohajap	331	1.324
		Cohatrac I	875	3.500
		Cohajoli	50	200
		Bequimão	1.190	4.760
		Vinhais	1.627	6.508
Turú	767	3.068		
1979	Cohab	Rio Anil	365	1.380
		Angelim	654	2.616
	Cooperativa	Coharev	160	640
		Cohajapa	38	152
1980	Cooperativa	Cohafuma	482	1.928
<b>Total</b>	----	----	9.697	38.588

Fonte: CEF-MA *apud* FERREIRA, 2014.

De acordo com o Quadro 1, entre 1971 e 1980 foram construídas 9.697 unidades habitacionais distribuídas em 19 conjuntos habitacionais. A construção desses conjuntos e suas localizações foram fundamentais para consolidação do Aglomerado Urbano da Grande São Luís e ajudam a explicar o uso do território na RMGSL.

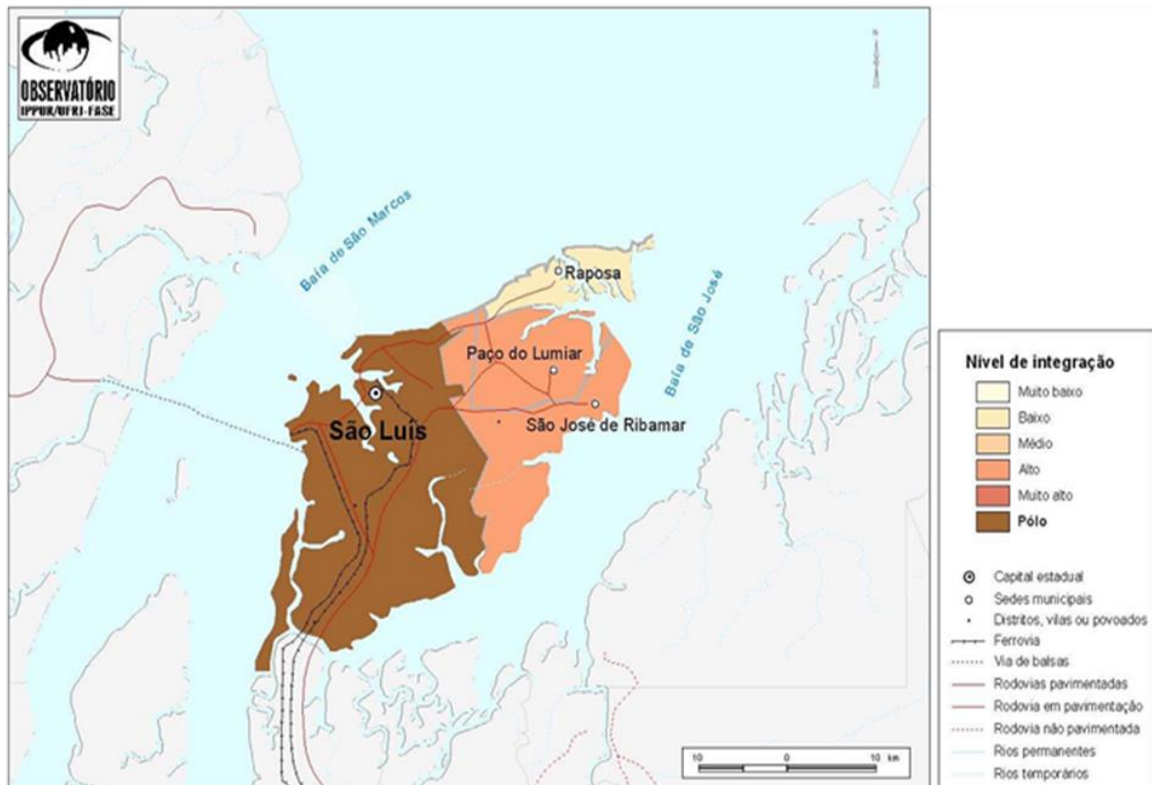
A construção dos conjuntos exigiu a instalação de serviços urbanos como vias de acesso, linhas de transportes e energia elétrica. Como, na sua maioria, os novos conjuntos foram construídos em áreas próximas aos limites do município de São Luís ou mesmo no território de outros municípios, evidencia-se a importância dessa política habitacional para a formação RMGSL e a produção de vazios urbanos entre áreas de elevado adensamento.

Dialeticamente, a construção de conjuntos habitacionais distantes do centro urbano, além de criar vazios entre as áreas urbanas na metrópole São Luís, intensificou o processo de metropolização da Ilha, como mostra a Figura 5, ao detectar, já em 2004, um alto nível de



integração entre os municípios de São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, todos contando com conjuntos habitacionais dentro dos seus domínios municipais. Ao passo que o município da Raposa, único da Ilha do Maranhão a ter seu nível de integração considerado baixo, era, também, o único dos quatro municípios a não possuir, até então, conjuntos habitacionais entre suas divisas.

Figura 5 - Nível de integração dos municípios da aglomeração urbana de São Luís.



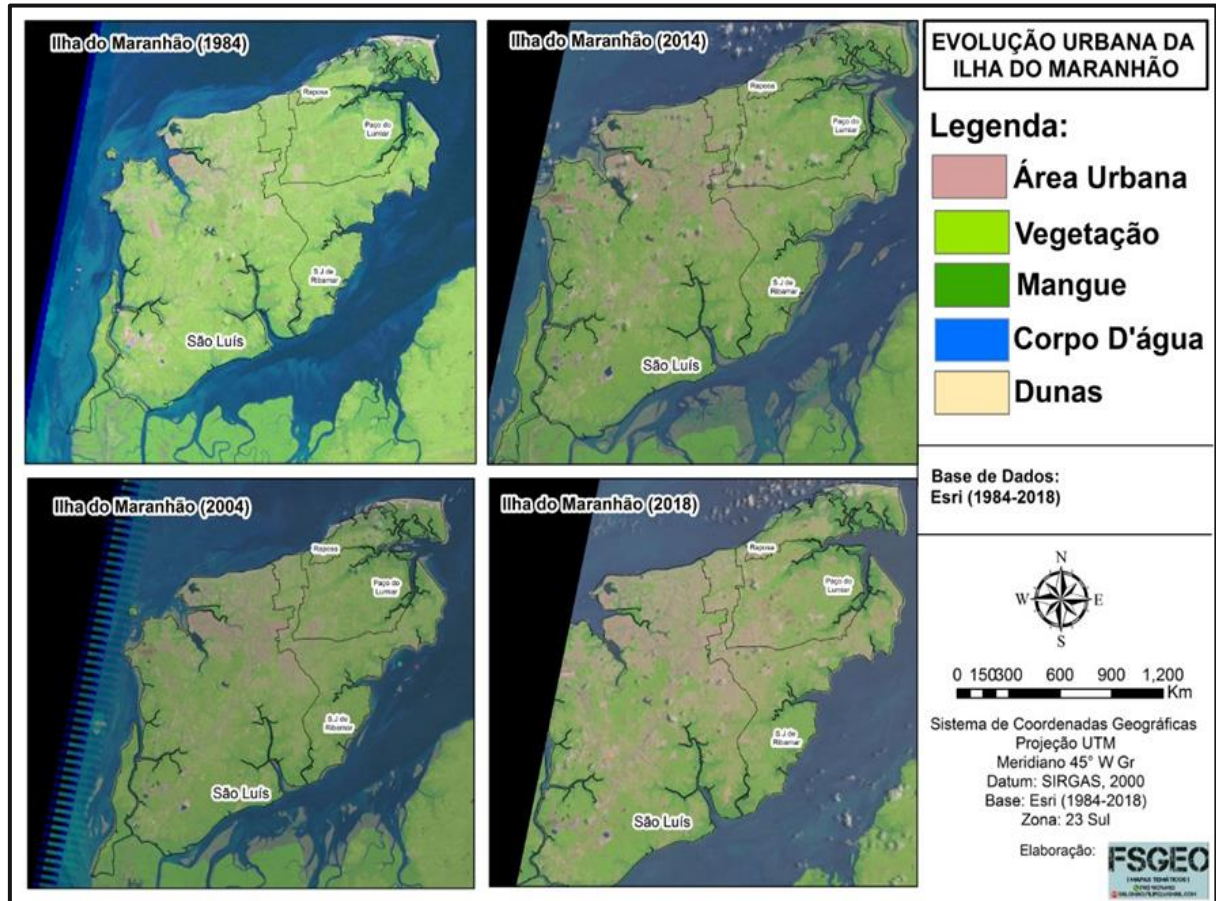
Fonte: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2004, p.123).

Se por um lado, os vazios entre as regiões de urbanização consolidada são verdadeiros estoques de capital aos moldes do modelo de financeirização da habitação, por outro lado uma imensa parte da população sem acesso ao financiamento habitacional buscou o direito à moradia ocupando justamente as áreas de vazio próximas a novas áreas com dinâmica urbana em processo de consolidação. Diante desse quadro:

O fenômeno das ocupações tornou-se uma constante no dia a dia: o surgimento das *vilas* – a *favela maranhense*. Inumeráveis terrenos públicos e particulares foram e estão sendo precariamente ocupados: Vila Cafeteira, Vila Itamar, Vila Isabel, Vila Mauro Fecury, Vila Pavão Filho, Vila Kiola, Vila Jaracati, Vila Brasil, Vila Janaína, Vila Santa Clara, Jardim Tropical, Divinéia, São Bernado, Vila Cascavel (DINIZ, 2017, p. 177).

Logo, a construção dos conjuntos habitacionais, a expansão da mancha urbana e produção de espaços periféricos no entorno dos novos conjuntos são faces indissociáveis do mesmo processo e ajudam a entender do uso do território na metrópole São Luís.

Figura 6 - Crescimento da mancha urbana de São Luís



Fonte: FSGEO, 2019.

A expansão da mancha urbana de São Luís demonstrada pela figura 06 coincide temporalmente com instalação dos conjuntos habitacionais no limite ou além do território municipal de São Luís, evidenciando o papel indutor dos novos objetos urbanos, gerando o aglomerado urbano da Ilha do Maranhão cuja capital do Estado, São Luís, é a cidade-polo, desenvolvendo entorno de si uma expressiva rede de relações socioeconômicas, além de oferecer um estoque considerável de equipamentos urbanos (DINIZ, 1999), porém criando espaços de descontinuidades urbana, território como recurso (GOTTMANN, 2012), como reserva imobiliária para empreendimentos futuros.

O escopo trazido por meio da análise do espaço ao longo do tempo na capital do Maranhão, lançando luz sobre os processos de modernização, implica que em nossa análise uma série de variáveis sejam consideradas.

Nesse viés, asseveramos que o estudo do território usado da metrópole São Luís deve levar em consideração: (i) o avanço da mancha urbana em direção aos novos municípios, a formação dos conjuntos habitacionais; (ii) a implicação dos grandes projetos; (iii) os vazios entre os empreendimentos imobiliários; (iv) a dinâmica resultante da transformação de áreas com atividades rurais em locais transformados pela chegada de novos aparelhos urbanos alterando as formas e os sentidos do lugar, constituindo novas formas conteúdo.

Assim, pensando na territorialização de tais variáveis, problematizadas com vistas ao entendimento do uso do território na Metrópole São Luís, no próximo capítulo abordamos as novas-formas conteúdo presentes na situação geográfica (SILVEIRA, 1999) do Sítio Grande.

## **CAPÍTULO 2**

### **A URBANIZAÇÃO COORPORATIVA E AS NOVAS FORMAS CONTEÚDO NO SÍTIO GRANDE**

Sendo o movimento do espaço o resultado do movimento dos lugares (SANTOS, 2017; [1996]), compreender os lugares é entender seus objetos, não só como forma, mas como conteúdo que em parte explica a forma, “uma forma que por ter conteúdo, realiza a sociedade de uma maneira particularizada que se deve a forma” (SANTOS, 1999. p. 16). Logo, desvendar a formação das novas formas conteúdos no lugar é entender a sua dinâmica articulando diversas escalas, “revelando o uso do território a partir do passado e futuro que aparece como presente” (SANTOS, 1999, p. 16) tal qual o próprio espaço.

Seguindo a categoria território usado, o presente capítulo discute como o conjunto de sistema de objetos e ações que formam o território usado na metrópole São Luís contribuíram para o surgimento das novas formas conteúdo na situação geográfica do Sítio Grande, além de analisar eventos que transformaram o lugar e suas relações socioespaciais elaborando um sentido para a situação geográfica que é sempre real e singular (SILVEIRA, 1999).

Dessa forma, o capítulo 2 apresenta a situação geográfica do Sítio Grande, no subitem 2.1; analisa a chegada da lógica dos condomínios fechados no lugar e seus impactos, no subitem 2.2; discute o uso cooperativo do território a partir da ação da empresa BRK Ambiental, no sub item 2.3 e descreve vários aspectos dos circuitos da economia urbana no Sítio Grande, no subitem 2.4.

#### **2.1 O SÍTIO GRANDE: APRESENTANDO A SITUAÇÃO GEOGRÁFICA**

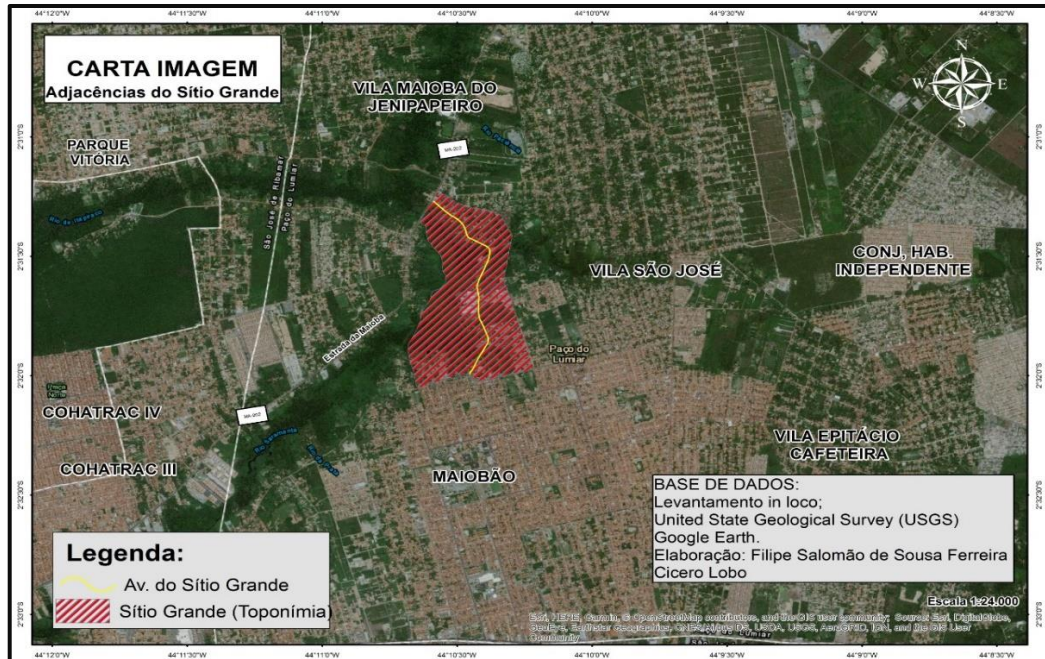
O Sítio Grande, recorte empírico escolhido para investigar os processos urbanos inerentes a metropolização da Ilha do Maranhão, constitui-se em um importante dado da realidade, subsídio para pensar a respeito da dialética entre áreas urbanas e áreas rurais na aglomeração maranhense.

Ora, distante cerca de 20 km do centro histórico da cidade de São Luís, a região do Sítio Grande é de certa forma um vazio espremido entre conjuntos habitacionais, loteamentos periféricos e limites municipais, como pode ser observado na Figura 7.

Ao que tudo indica, não parece demais afirmar tratar-se de uma mosaico da intrincada dinâmica contemporânea da Ilha do Maranhão na medida em que: (i) situa-se

próximo geometricamente e geograficamente ao Conjunto Maiobão (Paço do Lumiar), um dos conjuntos habitacionais de maior vulto construídos na fase da urbanização “fordista”; (ii) mantém atividades típicas do meio rural mesmo passando por processos de urbanização; (iii) apresenta construções de condomínios residenciais na sua área e entorno; (iv) possui localização privilegiada em relação área de maior valorização imobiliária da Ilha, o tabuleiro litorâneo.

Figura 7 - Carta imagem: adjacências do Sítio Grande

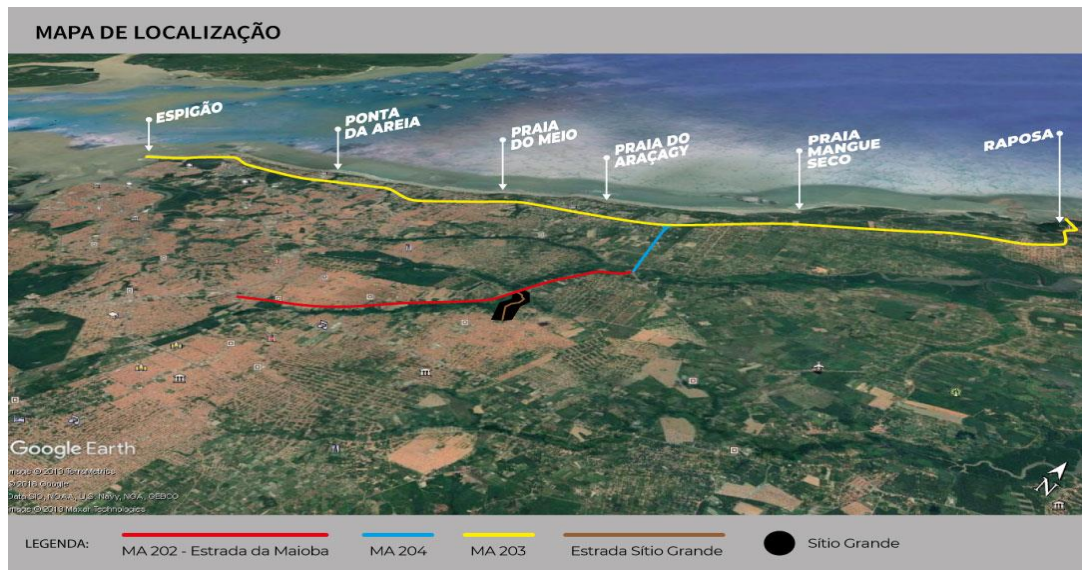


Fonte: FSGEO, 2019.

Ainda na Figura 7, observamos o avanço da mancha urbana sobre a região do Sítio Grande, notando-se a ligação da área do estudo com o conjunto Maiobão, a periferação do entorno com o surgimento de loteamentos como a Vila Epitácio Cafeteira, a proximidade com limites territoriais de outros municípios, além presença da estrada da Maioba (MA 202) via de acesso que interliga o município de Paço de Lumiar ao município de São Luís.



Figura 8 - Localização do Sítio Grande em relação ao tabuleiro litorâneo



Fonte: Lobo (2019).

Elaboração: Thomas Soares e Cícero Lobo, 2019.

Na Figura 8, observa-se a posição privilegiada do Sítio Grande em relação ao tabuleiro litorâneo. Tal fato deve-se tanto a pequena distância em relação as praias, quanto a proximidade das estradas estaduais que dão acesso ao litoral, com a vantagem de percorrerem áreas com menor densidade demográfica, e por isso, com menor intensidade de trânsito. Podemos dizer, inclusive, que a partir do entroncamento entre a Estrada da Maioba (MA 202) e o início da MA 204, a via estadual transforma-se numa espécie de via expressa, tamanha a redução do tráfego e a agilidade do trânsito em direção ao litoral da metrópole São Luís.

Considerando a importância da acessibilidade dos lugares em relação aos novos centros podemos inferir que a posição geográfica da Sítio Grande é um dos condicionantes para as transformações ocorridas no lugar e um dos elementos a serem investigados para compreensão de sua situação geográfica.

### 2.1.1 Da segregação socioespacial na metrópole de São Luís aos fatores locais do Sítio Grande

Após a instalação dos Grandes Projetos – PGC’s<sup>21</sup>, ligados a consolidação de um corredor norte para exportação de *commodities* via porto do Itaqui e porto Ponta da Madeira, o capital imobiliário e o Estado passaram a agir de forma conjunta, realizando uma *urbanização*

<sup>21</sup> O a sigla PGC faz referência ao Projeto Grande Carajás, porém quando empregada com o acréscimo da partícula “s” alude ao conjunto de empreendimentos mineradores que alteraram o uso do território da Ilha do Maranhão no mesmo período, como é o caso da instalação do consórcio de alumínios do Maranhão S.A.

*coorporativa*<sup>22</sup>, a partir da valorização de áreas específicas da Ilha do Maranhão, notoriamente na porção terrestre da orla marítima<sup>23</sup> ou tabuleiro litorâneo.

O capital imobiliário concentrou imensas glebas e loteamentos nas áreas próximas as praias, por outro o Estado direcionou investimentos, especialmente em estrutura para áreas como Avenida Litorânea, Avenida dos Holandeses e Lagoa da Jansen (SANTOS, 2013), transformando áreas isoladas, principalmente na porção Norte/Noroeste do tabuleiro litorâneo, em lugares valorizados, privilegiados em serviços e infraestrutura. Deixando entre os conjuntos habitacionais construídos no limite dos municípios da Ilha e os novos empreendimentos imobiliários “vastas extensões de terras ociosas com infraestrutura na porta” (Burnett, 2012, p. 85), garantindo um movimento de estocagem fundiária e ampliando a segregação socioespacial numa São Luís que assistia à proliferação de ocupações periféricas e a consequente piora da qualidade da maioria de seus habitantes.

Esse cenário revela como as modernizações realizadas na metrópole São Luís, com o objetivo de viabilizar o seu papel primário exportador na divisão internacional do trabalho, mostraram-se seletivas e excludentes, pautadas na ideia do território como recurso (GOTTMANN, 2012).

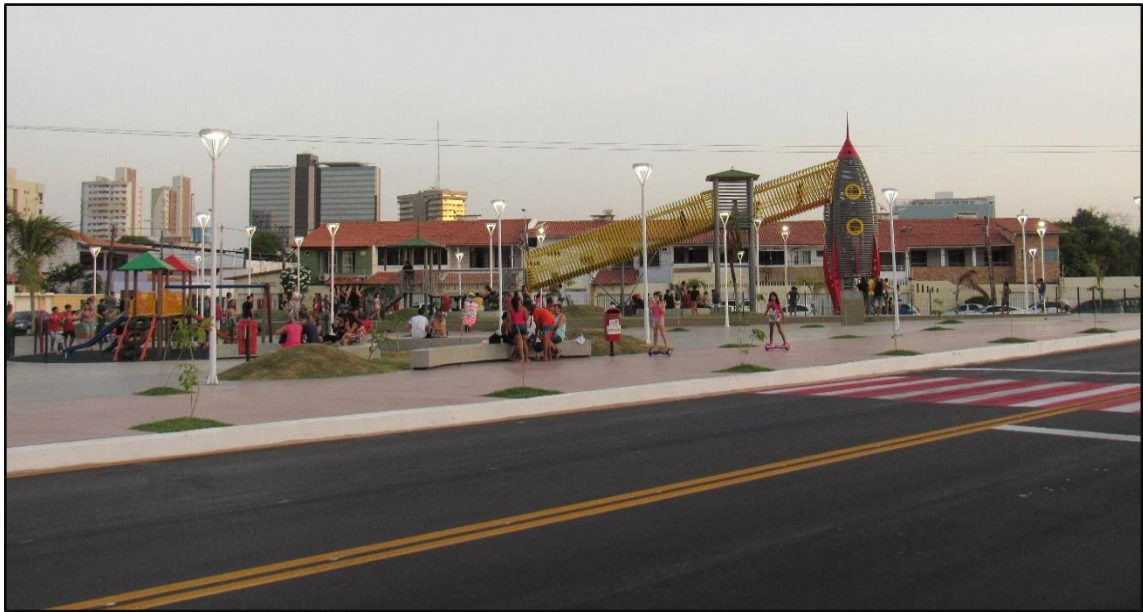
Como bem observou Eduardo Galeano (1971) em *As veias Abertas da América Latina* (1971): “A divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder” (2014, p. 17). Ao que parece, em territórios usados com a formação socioespacial alienada, como é o caso da metrópole São Luís, a especialização em perdas se traduz em concentração de renda e em mais seletividade no espaço e dos espaços, pois os empreendimentos urbanos voltados para os que podem pagar “não se localizam de forma cega” (SANTOS, 2017; [1996], p. 125).

---

<sup>22</sup> Articulação entre agentes espaciais, especialmente corporações econômicas, visando concentrar investimentos e políticas urbanas em áreas de interesse mútuo. (SANTOS, 2001)

<sup>23</sup> Segundo o Decreto Federal nº 5300 de 2004, que regulamenta a Lei Federal nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, “Orla marítima é a faixa contida na zona costeira, de largura variável, compreendendo uma porção marítima e outra terrestre, caracterizada pela interface entre a terra e o mar”.

Figura 9 – Área de lazer na Lagoa da Jansen/ São Luís - MA



**Fonte:** Próprio autor, 2018.

A seletividade no espaço e dos espaços é visível quando se trata da distribuição dos aparelhos urbanos, como no caso retratado na Figura 9 que mostra uma área recentemente urbanizada pelo Estado, conhecida como “Pracinha da Lagoa da Jansen”, nela encontramos vias bem sinalizadas, brinquedos para crianças, chão emborrachado e até um mirante em forma de foguete<sup>24</sup>. Tudo isso construído na porção mais valorizada da Ilha, evidenciando o caráter seletivo dos investimentos públicos.

Desse modo, ao analisarmos a dimensão contraditória do conjunto de sistemas e objetos que formam a realidade socioespacial da Metrópole São Luís, podemos afirmar que as contradições do capitalismo não são apenas projetadas no espaço, mas produzidas por uma formação social antagônica, com dinâmica própria cuja à força propulsora encontra-se na dialética da organização socioespacial (GOTTDIENER, 1993).

---

<sup>24</sup> A contradição entre a construção desse tipo de aparelho urbano e a realidade da estrutura de outras áreas “prioritárias” da prefeitura é tão gritante que no mesmo período da inauguração do brinquedo ocorriam greves nas escolas municipais, por melhores condições de trabalho. Por isso, jocosamente parte da população de São Luís defendia que o poder municipal estava construído o mirante em forma de foguete para enviar os alunos do sistema municipal de ensino para o espaço.



Figura 10 - Verticalização na orla de São Luís



Fonte: Próprio autor, 2017.

Outro exemplo dessa força propulsora e ação nada “cega” do Estado ao eleger as áreas a serem assistidas pelos processos de modernizações urbana da Ilha do Maranhão, encontramos materializado na verticalização da porção litorânea da metrópole São Luís como demonstrado na Figura 10. Nesse caso, a infraestrutura instalada pelo poder público valorizou o solo urbano levando as incorporadoras a multiplicar o solo por meio da construção de edifícios verticais (SOMEKH, 1997).

Assim, no caso do litoral, os empreendimentos públicos e privados alargaram a mancha urbana em direção a territórios pertencentes aos outros municípios que compõem a Ilha, visto que a valorização concentrou serviços na porção litorânea permitindo o espraiamento da lógica imobiliária para outras porções do litoral e circunvizinhança.

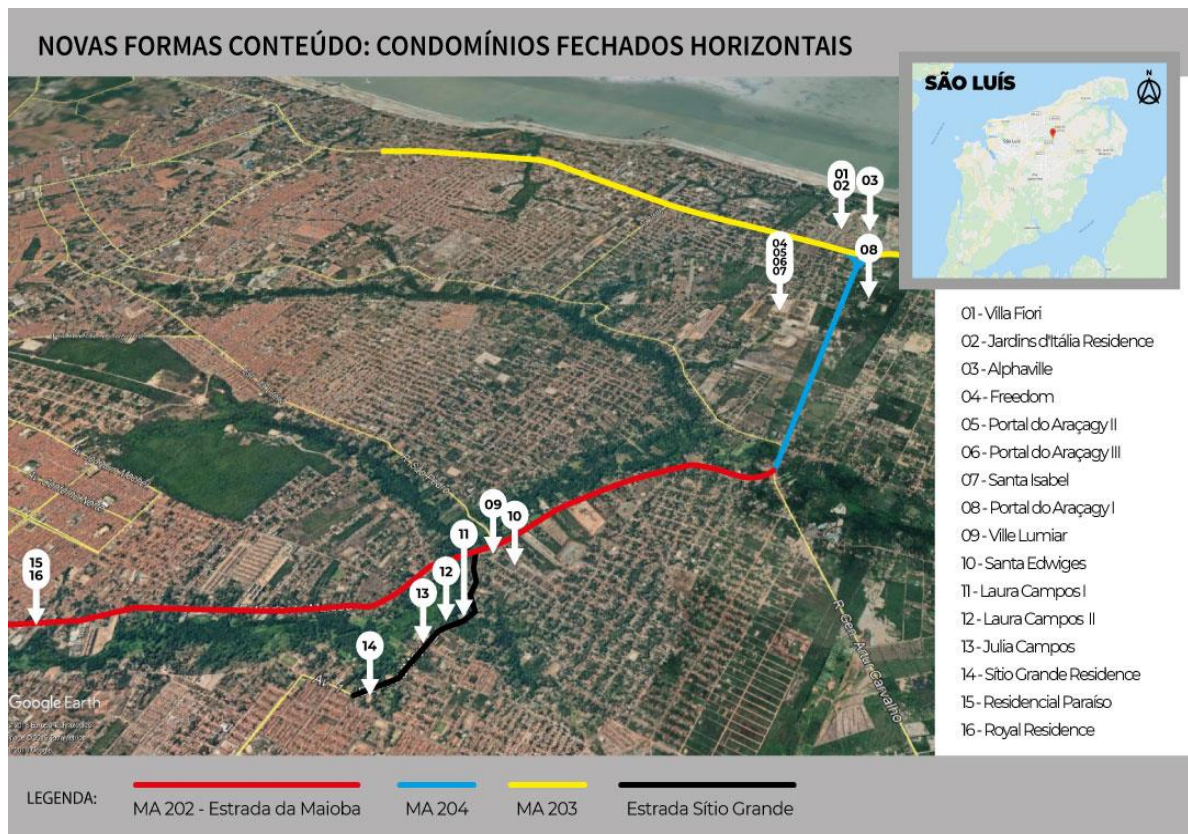
Esse processo desigual e combinado gerou novas centralidades contribuindo para o surgimento de novas formas conteúdo nas porções mais longínquas da orla, estando essa *ordem espacial*<sup>25</sup> associada ao modelo de habitação e de cidade consolidado pelo capital empreendedor (GOMES, 1996).

A Figura a seguir mostra como a lógica dos condomínios fechados horizontais, hoje presente no Sítio Grande, é fruto do prolongamento desses empreendimentos em direção a outras áreas da metrópole São Luís, deslocando-se do litoral para o interior motivados por vários fatores.

---

<sup>25</sup> Diz respeito a lógica como as formas físicas se organizam e interagem em coerência com as práticas sociais (GOMES, 1996).

Figura 11 - Expansão da lógica dos condomínios em direção ao Sítio Grande



**Elaboração:** Cícero Lobo e Thomas Soares (2019).

Por certo, fatores como: a valorização do solo urbano na porção litorânea, as novas centralidades, os investimentos públicos e privados, os vazios urbanos, a localização e a consolidação da lógica do condomínio como representação de uma urbanidade perdida, são fundamentais para entender a situação geográfica do Sítio Grande e presença desses condomínios por lá.

De todos os fatores destacamos a localização pelo seu papel totalizador em relação a dinâmica da cidade. Isto é, a localização está associada ao espaço urbano como um todo, “[...] pois refere-se às relações entre um determinado ponto do território urbano e todos os demais” (VILLAÇA, 2001, p. 355). No caso da situação geográfica do Sítio Grande, a sua localização, entre estradas estaduais e o conjunto habitacional do Maiobão, é um grande atrativo para instalação de empreendimento imobiliários e comerciais.

A localização do Sítio Grande, por um lado facilita o deslocamento de pessoas para os novos centros e por outro oferece aos investidores e moradores acesso a um robusto mercado consumidor e de serviços ligados ao circuito inferior da economia. Tais características

localizacionais dão uma *racionalidade invasora*<sup>26</sup> a esse espaço aparentemente opaco da metrópole São Luís (SANTOS, 2008; [1979]).

O problema para a lógica racional dos empreendedores reside no fato de que a nova dinâmica não representa oportunidades apenas para aqueles que podem pagar pelos novos serviços, mas, também, para os excluídos da cidade que são atraídos pelas novas acessibilidades<sup>27</sup>. Dessa maneira, o Sitio Grande vai sendo transformado tanto pela instalação de condomínios fechados horizontais quanto pela construção de moradias populares e ocupações irregulares.

A Figura 11, além de demonstrar o avanço para o interior da lógica dos condomínios fechados horizontais, deixa claro a existência de vazios entre área do estudo e a porção do litoral, bem mostra a instalação de diversos loteamentos, reproduzindo o processo fundiário das décadas anteriores, tanto na criação de reservas terras quanto no surgimento de ocupações irregulares próximas as novas estruturas urbanas.

Esse novo ciclo de periferizações no entorno das novas centralidades, em tempos de irradiação do meio técnico-científico-informacional, justifica-se pela necessidade dos pobres se instalarem nas proximidades das áreas mais dinâmicas. Nesse cenário, é imposto aos excluídos o papel de linha de frente - por meio das ocupações e luta por moradia - na transformação de terrenos irregulares em áreas regulares, estas rapidamente incluídas no mercado fundiário urbano (SANTOS, 2013; [1993]).

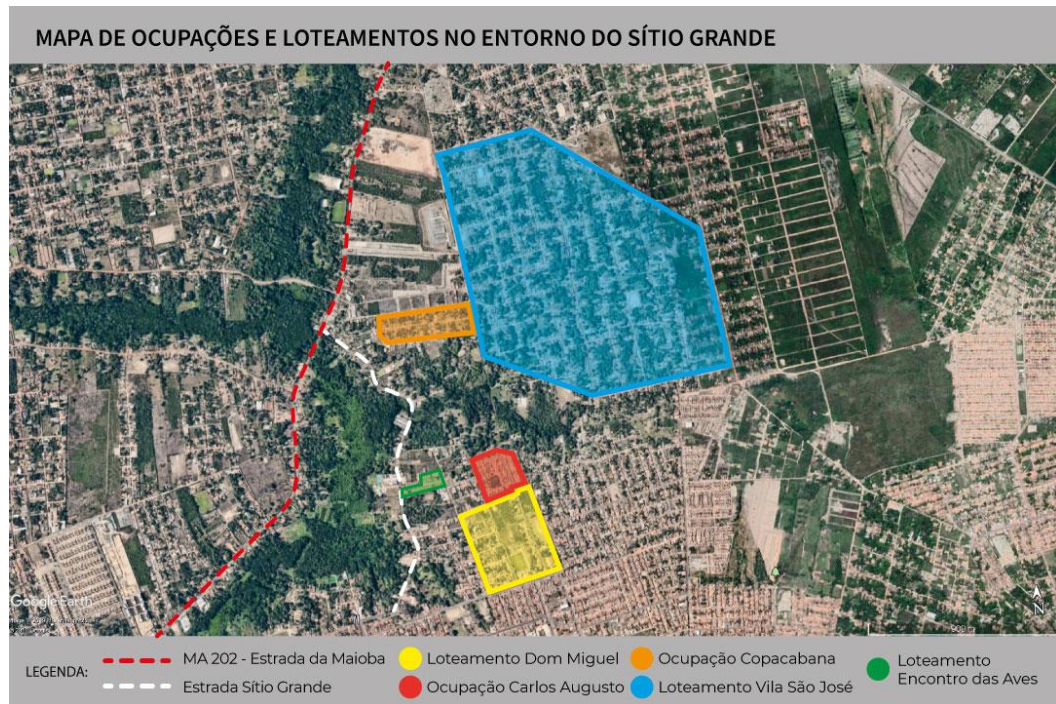
---

<sup>26</sup> Diz respeito as transformações técnicas inseridas no espaço para atender uma lógica que foge a necessidade e aos sentidos dos seus moradores.

<sup>27</sup> “Da acessibilidade depende a possibilidade de viver na cidade” (VILLAÇA, 2001, p. 355).



Figura 12 - Mapa de Ocupações e loteamentos no entorno do Sítio Grande



**Elaboração:** Cícero Lobo; Thomas Soares (2019).

A Figura 12, mostra os loteamentos e ocupações surgidos na última década no entorno do Sítio Grande, comprovando a reminiscência do processo: novos empreendimentos constroem novas centralidades e novas centralidades atraem novas demandas, especialmente a demanda por moradia, essa por não ser suprida pelo poder público gera ocupações e luta pelo direito básico da moradia.

Em muitos casos, após muita luta, o Estado<sup>28</sup> reconhece a legalidade das ocupações, ora para atender ao interesse imobiliário, ora para reduzir as tensões urbanas. Quando se conquista a regularização fundiária, o Estado possibilita o acesso à cidade, porém nega aos mais pobres a urbanidade<sup>29</sup> (LEFEBVRE, 1999; MOREIRA, 2014), visto o distanciamento entre a localização das moradias e as estruturas urbanas necessárias para tornar factível a cidadania aos renegados urbanos, os chamados “invasores”, aquela gente sem “categoria”.<sup>30</sup>

Na Figura 13, percebemos o aumento da mancha urbana no Sítio Grande, tal fato resulta da afluência dos fatores: chegada de novos empreendimentos; instalação de novos

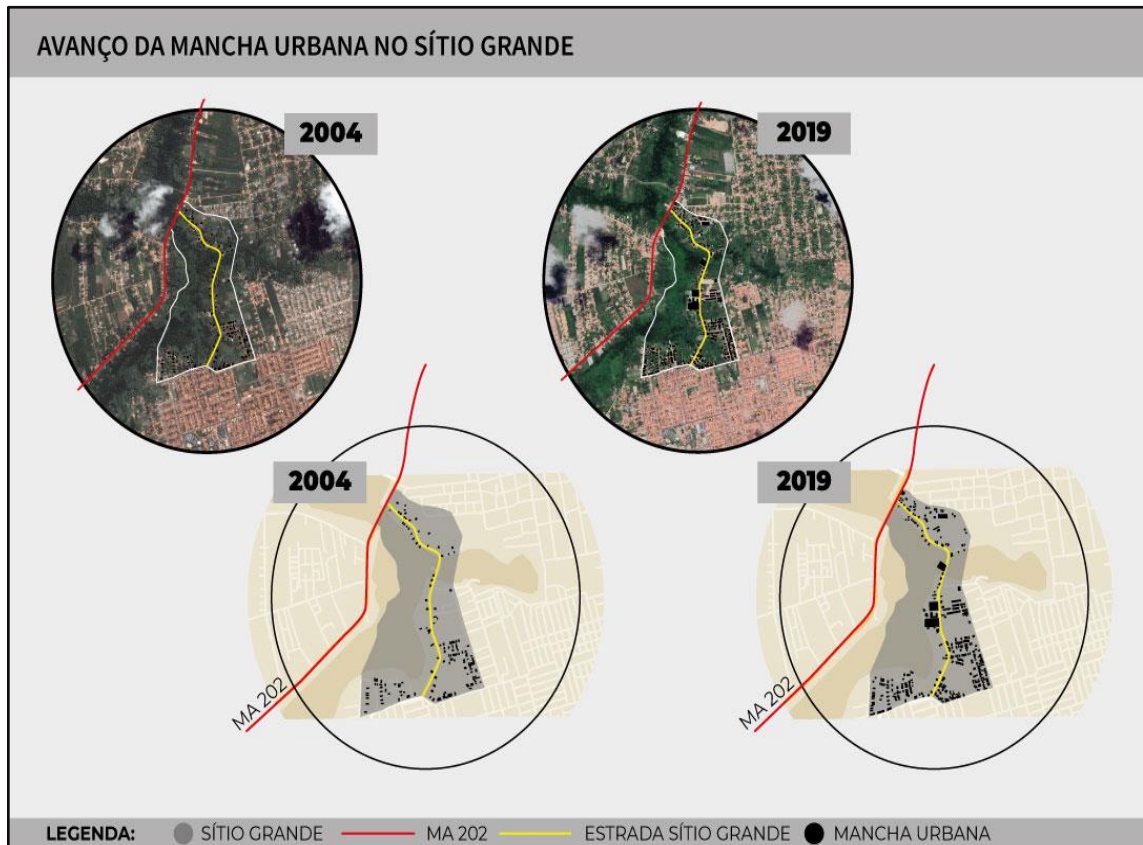
<sup>28</sup> Entendido como “a totalidade do poder organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas, os agricultores e os trabalhadores” (ENGELS, 2015, p. 100)

<sup>29</sup> Os autores consideram a urbanidade como o completo acesso aos serviços e direitos do cidadão. Desse modo, a cidade moderna “é geograficamente um produto da revolução burguesa e o urbano um produto da revolução popular” (MOREIRA, 2014)

<sup>30</sup> Circula nas redes sociais um vídeo em que uma moradora de São Paulo justifica a colocação de cancelas para impedir a passagem dos transeuntes, pela via pública, com a frase “aqui moram pessoas de categoria”. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/?s=moradora+>

fixos e posição geográfica em relação aos limites municipais, sendo a localização do Sítio Grande, entre o conjunto habitacional do Maiobão e as estradas estaduais (MA 202, MA 204 e MA 203), fundamental para explicar a atual situação geográfica do lugar.

Figura 13 - Avanço da mancha urbano no Sítio Grande entre 2004 e 2019



**Elaboração:** Cícero Lobo e Thomas Soares, 2019.

Como geralmente ocorre nas regiões metropolitanas, cuja modernizações obedecem a lógicas que não condizem com as necessidades de suas populações, a chegada de aparelhos urbanos alterando abruptamente a dinâmica do lugar, acaba por trazer efeitos colaterais custosos aos moradores das áreas atingidas. Como veremos, é o caso da situação geográfica em questão.

## 2.2 A LÓGICA DO CONDOMÍNIO HABITACIONAL E A FRAGMENTAÇÃO DO LUGAR NO SÍTIO GRANDE: DA MODERNIDADE AO PARADOXO DA NEGAÇÃO DA URBANIDADE

No Brasil, país com um déficit habitacional entorno de 8 milhões de unidades, escolher a moradia e sua localização é, inegavelmente, um privilégio. Logo, a opção por morar em determinada localidade e/ou em determinado modelo de moradia pode estar diretamente

ligado: a funcionalidade da localidade; ao preço do imóvel ou do solo urbano e ao modo de vida vinculado ao *status*<sup>31</sup> que a escolha habitacional lhe atribui.

Portanto, escolher um modelo de habitação revela um processo social que se materializa no espaço, tanto como forma quanto como conteúdo. Sendo os processos e eventos espaciais datáveis (SANTOS, 2017; [1996]), podemos dizer que optar pela lógica da moradia em condomínios fechados representa uma visão atual de determinada fração de classe, ao que diz respeito ao modelo de vida urbana e a sociedade. Como nos lembra Caldeira (2000): “Os condomínios fechados não são um fenômeno isolado, mas a versão residencial de uma nova forma de segregação nas cidades contemporâneas” (CALDEIRA, 2000, p. 258)

Por tentar, através de muros, guaritas e sistemas de segurança, construir uma ilha privada de prosperidade em meio ao caos urbano de nossas cidades, podemos afirmar que os condomínios horizontais fechados ajudam na fragmentação do espaço urbano, e por conseguinte numa transformação do espaço público. Pois, à medida que a lógica do condomínio avança, os espaços públicos vão perdendo importância na urbanidade: o estacionamento vai expulsando a rua, os terreiros e quintais vão deixando de ser “o lugar do encontro e da festa.” (SANTOS, 2008 [1994], p. 71).

Segundo Dunker (2015, p. 52), “[...] a lógica do condomínio tem por premissa justamente excluir o que está fora de seus muros; portanto, no fundo, não há nada para pensar na tensão entre esse local murado e o exterior”. Logo, torna-se premente analisar as tensões decorrentes da instalação de uma nova forma conteúdo baseada na escolha de um lugar justamente para negá-lo, ao excluir o que está de fora, externo ao muro do condomínio.

Hoje, no Sítio Grande, existem quatro condomínios horizontais fechados, sendo o condomínio Residencial Sítio Grande (Figura 14) o mais próximo da modalidade quitinete<sup>32</sup>, com unidades compostas por dois quartos, sala e cozinha, sem itens como: quintal, estacionamento privativo, guarita de segurança e área de lazer.

---

<sup>31</sup> “A construção de símbolos de status é um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para a afirmação de distância e desigualdade sociais” (CALDEIRA, 2000, p. 259).

<sup>32</sup> Trata-se de unidades habitacionais reduzidas com ou sem oferta de serviços complementares a habitação. Nas quitinetes, partes dos espaços domésticos sofrem miniaturização, quando não simplesmente desaparecem (BARBOSA, 2002).

Figura 14 - Condomínio Residencial Sítio Grande



**Fonte:** Próprio autor., 2019.

No que concerne aos outros três condomínios horizontais fechados, podemos dizer que são voltados para o que se poderia chamar de classe média, com unidades habitacionais separadas e em formato duplex, três ou quatro quartos, estacionamento privativo, guarita de segurança, quintal e área de lazer com piscina. Embora os preços dos imóveis tenham sofrido um declínio nos últimos anos, no condomínio Júlia Campos, o último a ser construído e o único com unidades ainda à venda, o valor do imóvel chega a custar 330 mil reais<sup>33</sup>.

Há condomínios de luxo e condomínios de pobreza, condomínios institucionais e condomínios de consumo, condomínios de educação e de saúde. Em todos eles, encontramos traços semelhantes de racionalização: fronteiras, muros, regulamentos e catracas (DUNKER, 2015, p. 78).

A existência no Sítio Grande de condomínios fechados para públicos com rendimentos financeiros diferentes reforça a tese de que a instalação desses empreendimentos é fruto da expansão da lógica dos condomínios, já concreta na porção litorânea da Ilha, para outros pontos da metrópole, se adequando a outros públicos, porém mantendo “[...] o regime murado orientado para olhar o que se passa dentro dos muros” (DUNKER, 2015, p. 69). O que a rigor significa expandir a fragmentação da cidade.

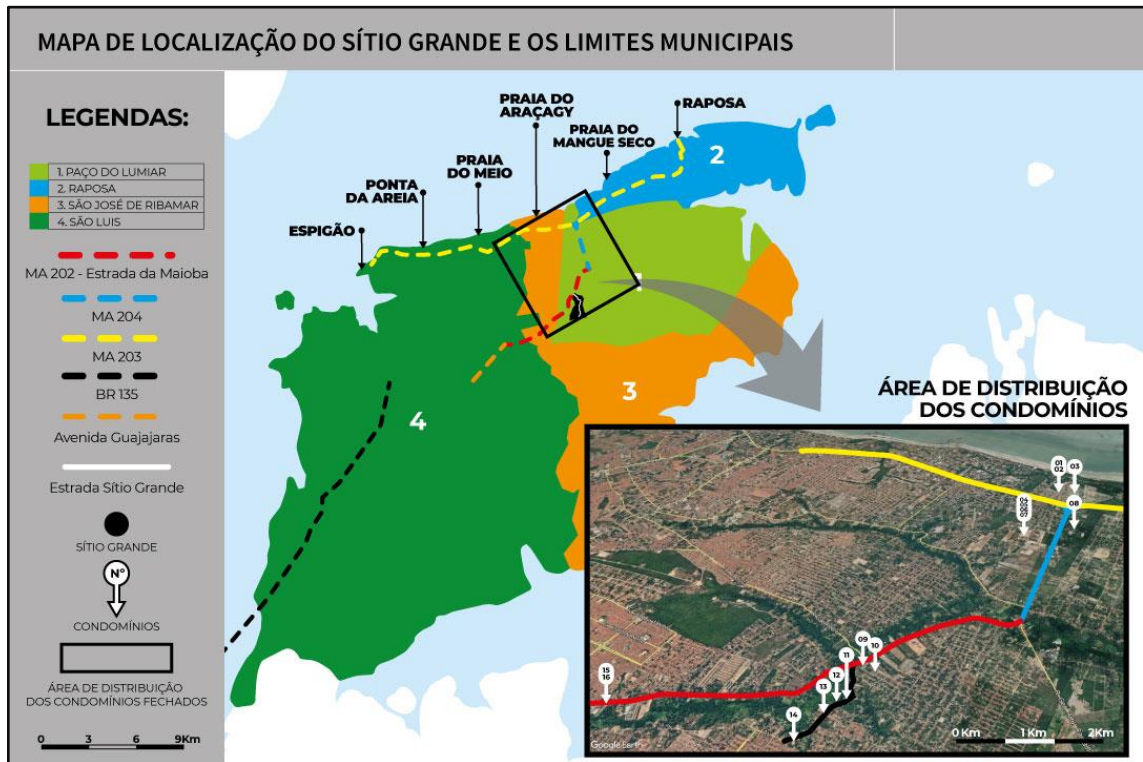
Essa expansão segue do litoral rumo as áreas interioranas com estoque de terra desocupada e preço do solo urbano menor por estar no território pertencentes a outros

<sup>33</sup> O valor foi obtido a partir de conversas informais com moradores e corretores de imóveis.



municípios. Na Figura 15 vemos a posição do Sítio Grande em relação aos limites municipais, destacando área de distribuição dos condomínios que será analisada a seguir.

Figura 15 - Localização do Sítio Grande em relação aos limites municipais e área de distribuição dos condomínios.



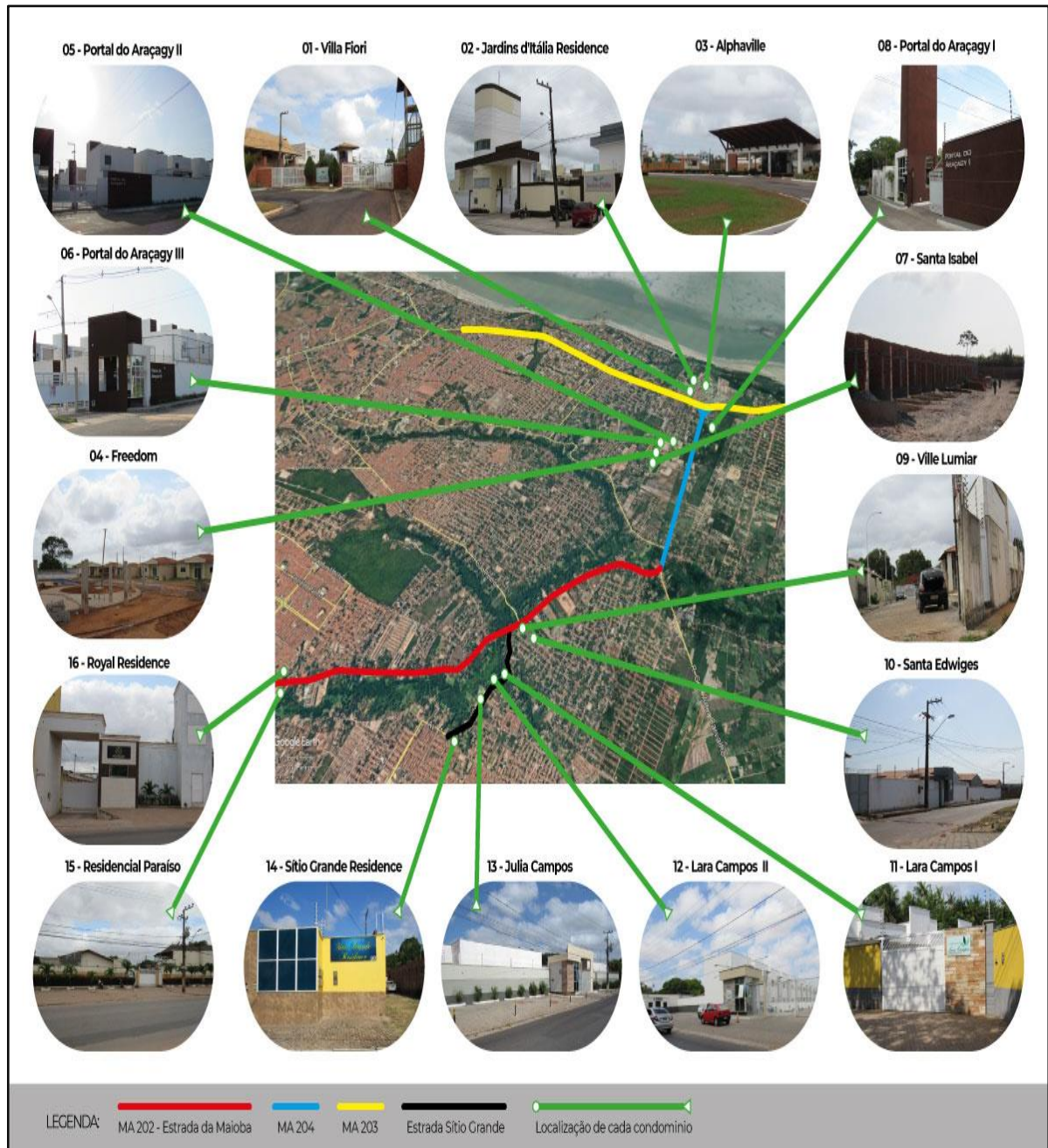
**Elaboração:** Cícero Lobo e Thomas Soares (2019).

A análise da área destaca na Figura 15 e posta em destaque na Figura 16, revela a existência de dezesseis condomínios horizontais fechados encontrados entre o limite da porção litorânea – área de maior valorização imobiliária - e a divisa entre os municípios de Paço do Lumiar e São José de Ribamar, incluindo a área do Sítio Grande.

Notamos que, com exceção do Condomínio Santa Isabel, ainda em construção, o padrão dos condomínios vai caindo à medida que nos distanciamos da orla da Ilha. Porém, o modelo de moradia baseado em condomínios horizontais fechados continua em direção ao interior buscando públicos das mais variadas classes sociais



Figura 16 - Condomínios Fechados Horizontais entre o tabuleiro litorâneo e os limites municipais do Paço do Lumiar e São José de Ribamar.



**Elaboração:** Próprio autor, 2019.

**Fotos:** Próprio autor, 2010.

No caso da metrópole São Luís, além da proximidade com o litoral, a presença dos objetos urbanos ligados ao oferecimento de serviços, também influi no padrão dos condomínios. Por exemplo, entre todos os condomínios cartografados na Figura 15, os condomínios Residencial Paraíso e Royal Residence são os mais distantes do litoral e não possuem nem guarita, nem área de lazer. Já no Sítio Grande, dos três condomínios voltados para classe média, o condomínio Lara Campos, o primeiro a ser construído e o mais distante dos novos objetos

instalados – Galeria de Lojas, restaurante, lanchonete e Posto de Combustível – é o único a não possuir guarita, nem área de lazer.

Figura 17 - Foto dos Condomínios Fechados Júlia Campos e Lara Campos II.



**Elaboração:** Próprio autor, 2019.

**Foto aérea:** Yata Anderson Gonzaga Masullo, 2019.

**Fotos:** Próprio autor,, 2019

Na Figura 17, observamos que entre o condomínio Júlia Campos (a esquerda) e o condomínio Lara Campo II (a direita) foram construídos um posto de combustível e uma galeria de lojas, trata-se da versão local do padrão Shopping-Condôminio onde a concentração de serviços gera valorização dos espaços como consequência de um novo estágio de acumulação técnica voltada para economia de serviços que requer novas formas de estruturação do espaço.

Como a metrópole São Luís é deficitária na circulação de grandes capitais e possui uma dinâmica econômica fraturada pela baixa renda<sup>34</sup> per capita de sua população, são poucos os empreendimentos que podem agregar objetos como Shopping Center, restando a opção de articular a construção dos condomínios a vida urbana moderna a partir de símbolos cuja construção demanda menores investimentos, como são os casos das galeria de lojas, lojas de conveniências e postos de gasolina.

<sup>34</sup> 38,8% da população possui rendimento mensal per capita de até ½ salário mínimo (IBGE, 2016)



Figura 18 - Imagem aérea de casas de antigos moradores do Sítio Grande



Foto: Yata Anderson Gonzaga Masullo, 2019.

Aspecto importante ligado ao surgimento de condomínios fechados na situação geográfica do Sítio Grande são as alterações decorrentes da valorização dos terrenos e da implementação sobre o lugar de uma lógica que privilegia o espaço privado. Perceba que na Figura 18 a maioria das casas não possuem muros, e nem mesmo os quintais são delimitados.

Enquanto pesa sob a opção de morar em condomínios fechados a questão da segurança urbana e o medo do crime<sup>35</sup>, o medo do outro, ambos concretizados na figura do muro “[...] cujo objetivo militar é impedir a entrada, ocultar a presença de recursos estratégicos e facilitar a observação do inimigo” (DUNKER, 2015, p. 50), para o Senhor Elias, morador do Sítio Grande a três décadas, “*Tá provado que muro não é garantia de segurança pra ninguém, aqui se um sujeito estranho aparece o vizinho do lado logo avisa*”. Ou seja, enquanto para os moradores dos condomínios fechados o muro simboliza segurança, mesmo que gerando isolamento, para os integrantes da comunidade (moradores antigos) a vigilância é feita pelo olhar do outro, paradoxalmente possível graças a inexistência de muros.

<sup>35</sup> Para Teresa Pires do Rio Caldeira no livro *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo* (2000), foi a ampla difusão do medo do crime um dos mais importantes fatores que levou pessoas de todas as classes sociais a buscar formas mais seguras de moradia.

Figura 19 - Barracão comunitário no Sítio Grande



**Fonte:** Próprio autor, 2018.

Outra diferença fundamental entre a lógica do condomínio e os signos cotidianos do Sítio Grande é encontrada na representação social dos espaços de lazer. Enquanto as áreas de lazer intramuros privilegiam a convivência entre iguais, isolando a festa e a diversão do mundo exterior, para a comunidade do Sítio Grande as festividades são acontecimentos abertos ao público e sediados no barracão comunitário (Figura 19) que serve, também, de sede do clube das mães, sede do time de futebol amador da comunidade, “Os Onze da Ilha”, além de receber apresentações do bumba boi da Maioba <sup>36</sup> durante a temporada junina.

Em suma, os condomínios fechados e a segregação que eles produzem abdica muito dos elementos básicos da vida urbana dentro do ideário de modernidade ao negarem a rua, a via pública, dando as costas para o resto da cidade (CALDEIRA, 2000). Nesse caso, podemos afirmar que os moradores antigos são mais modernos por permitirem a livre circulação de pessoas e privilegiarem encontros públicos nos espaços comunitários de sociabilidade.

---

<sup>36</sup> O barracão comunitário do Sítio Grande está a poucos metros da sede do boi da Maioba onde acontecem a maioria dos ensaios. Porém como o boi da Maioba mantém a tradição de visitar todas as comunidades da Maioba, é comum apresentações do boi no barracão do Sítio Grande assim como em outras comunidades, tais como: Bacuritua, Mocajituba, Jenipapeiro, Trizidela da Maioba.

### 2.3 DO USO COORPORATIVO DO TERRITÓRIO À CARTOGRAFIA DA AÇÃO: A BRK AMBIENTAL E O SANEAMENTO BÁSICO COMO MERCADORIA NA REGIÃO DO SÍTIO GRANDE

Do ponto de vista ambiental<sup>37</sup> as modernizações resultantes da expansão mundial do capitalismo e de suas conseqüentes adaptações produtivas passaram a cobrar um preço equivalente a voracidade do mundo da mercadoria e sua explosão consumista. Recursos naturais, fontes de energia, territórios, florestas, ar puro, acesso a água, dentre muitos outros, são disputados chão a chão, palmo a palmo. A mundialização do capital, possível graças a construção de uma verdadeira tecnosfera<sup>38</sup>, concentrou um gigantesco volume de dinheiro nas mãos de poucos, exigindo, por sua vez, um constante processo de reinvestimentos e aquisições, ocasionando o que Santos (2001) chamou de *tiranía do dinheiro*. Nesse cenário de concentração de capital e rápida degradação ambiental os grupos hegemônicos transformaram em mercadoria o meio ambiente e a proteção ambiental.

De um lado o meio técnico-científico-informacional permitiu a constituição de mercados em escala global, do outro surgiram novas necessidades, dotando os objetos de uma significação especial, tornando “indispensáveis” objetos que dias antes inexistiam.

Munidos dessa capacidade de subjetivação dos objetos e de sua valorização baseada na utilidade efêmera (SANTOS, 2017[1996]), as empresas globais transmutaram direitos como o saneamento básico e acesso água em simples produtos regidos pela lei do mercado, incluindo o pagamento adicional pela preservação dos recursos que o próprio estímulo ao consumo se encarrega de exaurir. Ou seja, na prática, paga-se pelo direito de ter acesso aos recursos naturais, e devido ao caráter privado do fornecimento desse direito, paga-se por sua proteção. Tal fato criou um aparente antagonismo, pois os grupos que vendem a proteção ambiental estão diretamente ligados – especialmente pelo mercado de ações – aos grupos responsáveis por colocar o planeta a beira de um colapso socioambiental. Dito de outra forma, o mesmo sistema ideológico que justifica o processo de globalização impõe uma certa visão crise e a aceitação dos remédios sugeridos (SANTOS, 2001).

Entendendo esse processo de degradação ambiental como corolário do uso do território inserido no contexto das relações capitalistas e a metrópole moderna como produto da economia de mercado (CORRÊA, 2014) torna-se previsível o aguçamento do quadro de

---

<sup>37</sup> O termo ambiente está sendo empregado dentro do paradigma da modernidade, ou seja, separando o Homem do meio natural. O ambiente é a primeira natureza que vai sendo alterada a medida que o homem aumenta a densidade técnica (SANTOS, 2017; [1996]).

<sup>38</sup> “A tecnosfera é o resultado da crescente artificialização do meio ambiente. A esfera natural é crescentemente substituída por esfera técnica, na cidade e no campo” (SANTOS, 2008; [1979], p. 30).

colapso ambiental representado pela deficiência hídrica, acúmulo de lixo, disseminação de epidemias, falta de esgotamento sanitário, dentre outros problemas, justamente nas cidades de crescimento acelerado, industrialização tardia, rede urbana desarticulada e papel subalterno na divisão internacional do trabalho. Logo, sendo as cidades brasileiras dotadas de problemáticas parecidas, com diferenças apenas no grau de intensidade estas passaram a ser ótimos laboratórios para venda da mercadoria “proteção ambiental” e a aplicação das “medicações” sugeridas pelos atores hegemônicos, tais como privatização dos recursos minerais, dos recursos hídricos e do saneamento básico (SANTOS, 2013; [1993]).

Por conseguinte, considerando a baixa capacidade de investimento<sup>39</sup> do Estado Brasileiro para dirimir problemas agudos que fazem parte da formação socioespacial do país, como cem milhões de habitantes sem coleta e tratamento de esgoto e outros 35 milhões sem acesso a rede de abastecimento potável<sup>40</sup>, o discurso em defesa da terceirização dos serviços de saneamento básico face a necessidade de proteger os recursos naturais e expandir a rede de saneamento, apareceu como solução plausível, levando o Governo Federal a aprovar a Lei 11.445/2007<sup>41</sup>, conhecida como lei do saneamento básico, abrindo a possibilidade de parcerias público-privadas ou de terceirização na prestação de serviços ligados ao saneamento básico.

Dessa maneira, em 2014, seguindo uma tendência nacional e motivados pelo novo lastro normativo, os municípios de São José de Ribamar e Paço do Lumiar iniciaram um processo de privatização dos serviços de saneamento básico criando o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico -CISAB. O consórcio passou a exercer temporariamente a gestão do saneamento nos dois municípios até que o processo de licitação de uma concessionária fosse concluído (SERRA, 2018). No dia 26 de janeiro de 2015, a Odebrecht Ambiental, ganhadora do processo licitatório, assumiu a concessão dos serviços de água e esgoto de São José de Ribamar e Paço do Lumiar por 35 anos<sup>42</sup>.

---

<sup>39</sup> Devido ao elevado endividamento, só em 2016 o governo gastou 9,7% do PIB em pagamentos de juros da dívida pública enquanto destinou apenas 2,4% do PIB em educação. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/12/19/brasil-gasta-muito-com-juros-previdencia-e-justica-aponta-tesouro.htm>

<sup>40</sup> Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, do Ministério de Desenvolvimento Regional. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/10/mantido-ritmo-brasil-vai-atrasar-em-30-anos-meta-de-saneamento-universal.shtml?loggedpaywall>.

<sup>41</sup> A lei 11.445/2007 – Lei nacional de Saneamento Básico - regulamentada pelo decreto-lei nº 7.217/2010 é considerada um marco legal para o estabelecimento das parcerias público-privadas para o setor de saneamento básico. Para os defensores da iniciativa, a abertura do setor à iniciativa privada possibilitaria avanços no investimento em saneamento básico no Brasil. Já para os críticos a lei delega um direito básico da população aos ditames do mercado.

<sup>42</sup> O contrato inicial previa investimentos por parte da Odebrecht Ambiental da ordem de 450 milhões de reais.



O início dos trabalhos da empresa ganhadora da licitação foi marcado por forte discurso modernização dos serviços, ampliação da rede de abastecimento de água potável e aditamento do serviço de coleta e tratamento de esgoto a baixo custo para o USUÁRIO<sup>43</sup>, porém o aumento nas tarifas pagas pelo abastecimento de água e esgotamento sanitário gerou imediata insatisfação.

Assim, nos primeiros meses de ação da concessionária, os usuários “assistidos” pela Odebrecht Ambiental já contestavam o discurso oficial e ampliavam dia a dia sua revolta tanto com o preço das tarifas quanto com os tais “serviços complementares”<sup>44</sup> que disfarçados de melhoramentos dificultavam o acesso a água, como apontaram durante os trabalhos de campo os moradores do Bacuritiua<sup>45</sup> ao narrarem o fechamento arbitrário de poços comunitários pela concessionária e a interligação forçada de suas habitações ao sistema de abastecimento de água da empresa mediante, inclusive, pagamento de taxas.

Esse conjunto de arbitrariedades provocou a organização de movimentos de resistência por parte da população resultando na 1ª Marcha em defesa das águas, ocorrida no conjunto Maiobão, na pressão dos movimentos sociais pela realização de Audiências Públicas para discutir o aumento nas tarifas e em medidas jurídicas contra a transferência de um serviço público, baseado no direito universal de acesso água, para mãos de uma empresa privada e sua lógica comercial, reduzindo tudo a um valor de mercado, representável nos códigos do capital (LEFF, 2001, p. 25).

Quadro 2 – Mobilizações contra os abusos da praticados pela BRK Ambiental – Por uma Cartografia da Ação no Sítio Grande (RIBEIRO, 2011).

Evento	Local	Data	Atores
<b>Marcha em defesa da água</b>	Maiobão – Paço do Lumiar	08/08/2015	Urbanitários em luta – CSP/Conlutas Lideranças locais Representantes de movimentos sociais Moradores locais

<sup>43</sup> O termo aparece no contrato de concessão sempre com a grafia em maiúscula, significando segundo esclarece o próprio documento: “pessoa ou grupo de pessoas que se utiliza dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário e dos serviços complementares na área de concessão”. Salienta-se que embora narre os termos para prestação de um serviço ligado a garantia de um direito fundamental, em momento algum, o contrato utiliza termos que liguem o saneamento básico a ampliação da cidadania. “O cidadão é não raro ensombrecido pelo usuário e pelo consumidor” (SANTOS, 2001, p. 121). Não por acaso, no contrato, o termo usuário suprime o termo cidadão (SANTOS, 2014 [1987]). Outra demonstração dessa lógica encontramos nos documentos sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos onde o cidadão é reduzido a categoria *consumidores* e o verbete *usuários* designa os setores que se utilizam dos múltiplos usos da água.

<sup>44</sup> Segundo o contrato de concessão os serviços complementares compreendem ações que objetivem ou possibilitem o fornecimento regular da água potável e do esgotamento sanitário. Pelo contrato os serviços complementares são passíveis de cobrança.

<sup>45</sup> Comunidade limítrofe com o Sítio Grande onde a delimitação só é perceptível por meio das divisões historicamente construídas pelos moradores das duas comunidades.

<b>Audiência Pública da Tarifa de Água e Esgoto</b>	Colégio Erasmo Dias- Maiobão	16/11/2015	Movimento Forte é a Comunidade Lideranças políticas e sociais locais Representantes do legislativo estadual População em geral.
---	------------------------------	------------	--

Fonte: SERRA, 2014 adaptado por LOBO, 2019.

No Sítio Grande o embate pelo livre acesso a água ganhou contornos simbólicos, tendo em vista o choque entre a ligação histórica da população com as atividades dependentes diretamente da disponibilidade da água e a instalação dos novos empreendimentos e seus novos consumidores, cuja a lógica da modernidade, disfarçada pela falácia do bom serviço e o discurso da competência<sup>46</sup>, foi mais convincente do que o livre acesso a um bem coletivo negociado entre os pares como ocorria até então no local.

A construção de soluções coletivas para o problema de abastecimento de água no Sítio Grande remete a fundação do conjunto Maiobão, em 1981, quando os moradores, ao se defrontarem com o problema da poluição das águas, passaram a construir poços comunitários (Figura 20) cujo o uso passou a ser arbitrado pela própria comunidade, incluindo os valores a serem pagos pelo acesso ao recurso hídrico. Desse modo, de forma coletiva, foi garantido o abastecimento hídrico para as atividades diárias, pequenas hortas e criações, além de terem sido fortalecidos os laços de pertencimento entre os moradores do lugar e seus sistemas de objetos e ações.

No entanto, com a chegada da Odebrecht Ambiental Maranhão S.A<sup>47</sup>, que passou a chamar-se BRK Ambiental após a venda de 70% da Odebrecht Ambiental para o grupo canadense Brookfield Business Partners LPas<sup>48</sup>, a relação dos moradores do Sítio Grande com o saneamento básico, especialmente fornecimento de água, foi novamente transformada. A empresa de capital majoritariamente canadense passou a interligar a área do Sítio Grande ao sistema de fornecimento e tratamento de esgoto sob o poder da empresa, mantendo a política de aumento das tarifas e, no caso do Sítio Grande, selecionando as áreas a serem “beneficiadas”

<sup>46</sup> “O discurso competente pode ser assim resumido: não é qualquer um que tem o direito de dizer alguma coisa a qualquer outro em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente, portanto, é aquele proferido por especialista que ocupa uma posição ou lugar na hierarquia organizacional” (CHAUI, 2016, p. 57).

<sup>47</sup> A venda de 70% da Odebrecht Ambiental para a canadense Brookfield ocorreu em meio a desestabilização das empresas brasileiras após a execução da Operação Lava Jato. A operação tinha o objetivo de combater a lavagem de dinheiro e o fornecimento de valores velados a lideranças políticas em troca de contratos públicos. A despeito de combater a corrupção, a operação transformou-se num processo de perseguição política revelando-se um instrumento de guerra não convencional contra o avanço das empresas brasileira no mercado mundial. Para tanto, a Lava Jato impediu acordos de leniência entre as empresas investigadas e o Estado, dificultando a obtenção de créditos, levando-as a abandonar projetos em execução e a vender ativos para outras empresas, especialmente companhias estrangeiras.

<sup>48</sup> Segundo reportagem da revista Isto é, a empresa é especializada em comprar companhias em crise e tem conseguido ‘pechinchas’ nas aquisições no Brasil devido à crise das empresas nacionais após a deflagração da operação Lava Jato. Disponível em: <https://istoe.com.br/brookfield-avanca-com-lava-jato-e-pechinchas/>. Acesso: 23/10/2019.



pelos seus serviços. Assim, somente as áreas constituídas pelas novas formas conteúdo, tais como condomínios fechados, posto de gasolina e loteamentos legalizados, receberam abastecimento de água e rede de esgoto, em detrimento de outras áreas do próprio Sítio Grande.

Figura 20 - Poço comunitário no Sítio Grande



**Fonte:** Próprio autor, (2019)

Cabe salientar que embora não seja fruto de contestação por parte dos moradores, principalmente pelo temor do aumento dos gastos com o fornecimento de água, a seleção de áreas para o oferecimento dos serviços por parte da BRK desrespeita frontalmente o contrato, porém colabora com a tese de que as modernizações não chegam de forma uniforme aos lugares construindo dialeticamente uma unidade fragmentada.

No caso da relação da BRK com o Sítio Grande comprovasse, também, a influência sob o território usado de decisões tomadas a distância e voltadas para atender lógicas contrárias as necessidades do lugar, posto que a sombra do discurso de “satisfação do usuários” descansa a lógica do equilíbrio-financeiro do contrato<sup>49</sup> que obedece as expectativas de lucro de seus acionistas, majoritariamente sediados ao norte do planeta, reproduzindo no século XXI o discurso criminoso que justificou, nos trópicos, o genocídios de povos nativos e a destruição de biomas em nome da civilização e do desenvolvimento mercantil.

Mediante o cenário de confronto, o Ministério Público do Estado do Maranhão ajuizou ação civil pública apontando supostas irregularidades na formação do consórcio público

<sup>49</sup> O termo é merecedor de uma cláusula inteira no contrato, além de aparecer dezenas de vez em outras partes do documento. A cláusula 22, a do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, põe, na prática, questões como revisão de tarifas, prazo de concessão, alterações de metas, supressão ou inclusão de encargos e indenizações sob a égide do lucro da concessionária. Posto que todos os itens anteriormente descritos podem ser revistos em nome do “equilíbrio econômico – financeiro”.

intermunicipal e no processo de licitação que culminou na contratação da corré, então Odebrecht Ambiental S.A. Considerando que os interesses da empresa em questão, estão diretamente ligados ao emaranhado das geografias em redes que formam esse “[...] mundo confuso e confusamente percebido [...]” (SANTOS, 2011, p. 17) da globalização, o Quadro 3 mostra as alegações do Ministério Público Estadual e as analisa utilizando os pares dialéticos *fábula* e *perversidade* presentes na obra *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (2001) do geógrafo Milton Santos. Para Santos (2001, p. 19) o mundo da fábula é aquele que nos querem fazer crer, seria o mundo de uma suposta morte dos Estados e da homogeneização do planeta. Já o mundo da perversidade seria o mundo tal qual ele é, com aumento da pobreza, da prevalência dos interesses hegemônicos sobre as necessidades reais dos territórios e seus povos.

Quadro 3 - Análise das alegações do MPE-MA sobre o processo de contratação da BRK

<b><i>Alegações do Ministério Público</i></b>	<b><i>Agravante</i></b>	<b><i>Fábula</i></b>	<b><i>Perversidade</i></b>
<i>Irregularidades na Publicação dos anexos da Lei Municipal nº 553 /2017</i>	- Entre os documentos não publicados estariam as Disposições Gerais do Regulamento do Serviço Público e a Instituição de taxas de Resíduos Sólidos Urbanos - TRSU	- A ausência dos anexos não influencia na proposta geral da concessão, visto que o objetivo principal seria melhoria dos serviços prestados à população	- Sem as disposições gerais do regulamento dos serviços públicos não é possível estabelecer legalmente os limites e obrigações da concessionária na prestação dos serviços.
<i>A Câmara de Regulação do CISAB não foi regularmente constituída</i>	- A Câmara de Regulação seria o órgão responsável pela fixação/revisão das tarifas	- Não houve lesão ao direito do consumidor	- A falta de regulamentação permitiu o aumento abusivo das tarifas do serviço ao consumidor.
<i>Irregularidade na transferência de 25% do Fundo de Participação do Município a conta dos concessionários ou de seus financiadores, por meio do CISAB ou diretamente.</i>		- A prestação do serviço justifica a obrigatoriedade do pagamento	- A possibilidade de aumento de tarifas sem regulamentação somada a falha legal na descrição das obrigações juntamente com a garantia incondicional do pagamento pode significar lucro para os concessionários independente da qualidade do serviço.

**Elaboração:** Autoria própria, 2019.

**Fonte:** Autoria Própria (2019) adaptado de MARANHÃO. Ação Civil Pública nº 0800435-60.2015.8.10.0001, de 10/08/2015. Proposta pelo Ministério Público do Estado do Maranhão contra BRK ambiental e os municípios de Paço do Lumiar e São José de Ribamar, que trata das irregularidades na formação do consórcio público intermunicipal. Brasil, 2015.

Ao nosso juízo, a peça do ministério público analisada a luz da fabulação e da perversidade revela o foço entre o discurso oficial, utilizado para justificar a entrega de um bem público aos ditames do mercado e a realidade concreta do território usado.

A ausência de documentos como os que detalham as formas e as disposições gerais para a instituição de taxas de resíduos sólidos urbanos somados as reclamações dos moradores sobre o aumento das tarifas dificulta a crença na boa fé da concessionária. Além do exposto, e contradizendo a fábula da melhoria dos serviços independente dos documentos necessários para legalização do contrato, a distribuição dos serviços de saneamento básico sob a responsabilidade da BRK, no Sítio Grande, mostrou-se seletiva ao escolher prioritariamente as áreas onde foram instalados novos objetos urbanos, garantindo maior lucratividade com menor investimento.

Assim, cai por terra o discurso de trabalhar para a melhoria de vida da população e proteção do meio ambiente, bem como confirmando que “hoje, ainda mais do que ontem, as características do espaço herdado – incluindo os bens naturais e culturais – são submetidas a um detido exame de sua possível inserção nas condições necessárias à acumulação capitalista”, o que infelizmente inclui escolher entre os sujeitos merecedores de acesso ao saneamento básico e os excluídos da condição de usuários por conta do “equilíbrio econômico - financeiro” dos empreendimentos.

Figura 21 - Contradições na prestação dos serviços da BRK

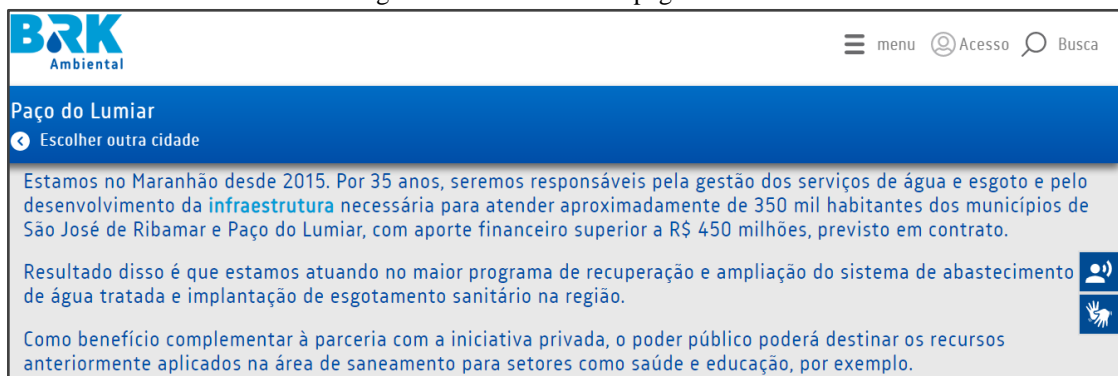


Fonte: Próprio autor (2019)

A Figura 21, apresenta um poço tabular construído no loteamento Encontro das Aves, localizado em frente aos condomínios Júlia Campos e seus empreendimentos homônimo (Loja de Conveniência, posto de gasolina e galeria de lojas), bem como o lançamento de esgoto

no córrego Prata, na área próxima à estação elevatória de tratamento de efluentes. A disparidade nas ações da empresa, escolhendo espacialmente as formas de uso do território e de oferecimento dos serviços, conforme a lucratividade, expõe o verdadeiro elã de interesses do negócio saneamento ambiental, embora o site oficial da empresa propague a realização do “maior programa de recuperação e ampliação do sistema de abastecimento de água tratada e implantação de esgotamento sanitário na região”.

Figura 22 – Print da homepage da BRK



Fonte: BRKAMBIENTAL, 2019.

As contradições entre o discurso oficial da empresa e a sua prática espacial escancara a incompatibilidade entre os interesses comerciais e as reais necessidades da população. Segundo a filósofa Marilena Chaui essa discrepância entre o real e a propaganda é possível graças a construção do *discurso da competência* e sua racionalidade administrativa que “consiste em sustentar que não é necessário discutir os fins de uma ação ou de uma prática, e sim estabelecer meios eficazes para a obtenção de um objetivo determinado” (CHAUI, 2014, p. 44).

No entanto, como os *fins* do trabalho prestado pela concessionária diz respeito a serviços de primeira necessidade - a água e o esgotamento sanitário – o discurso da competência e a sua racionalidade administrativa foram ineptos no que tange a aceitação da população quanto ao preço, as condições e as deficiências do serviço. Dessa forma, provocado pela população e pelas flagrantes irregularidades praticadas, o juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos emitiu sentença cancelando o contrato de concessão dos serviços públicos de água e esgotamento sanitário a empresa BRK ambientações. Segue abaixo o quadro sobre a sentença do magistrado.



Quadro 4 – Densidade Normativa: a sentença do Magistrado.

<b>DENSIDADE NORMATIVA: A Sentença do Magistrado sobre a nulidade do contrato de concessão dos serviços de saneamento básico</b>		
<b>Itens</b>	<b>Fundamentação</b>	<b>Decisão</b>
<b>Da execução de funções públicas de interesse comum em Regiões Metropolitanas</b>	<p>A lei Complementar Estadual nº 174/2015 aponta que a região metropolitana da Grande São Luís compreende 13 municípios sendo, portanto, irregular a constituição do CISAB apenas entre os municípios de São José de Ribamar e Paço do Lumiar.</p> <p>No entendimento do Magistrado:</p> <p>“o serviço de saneamento básico, embora em regra seja de interesse local e de titularidade do ente municipal, adquire relevância regional, quando assim previsto na lei que criou a região metropolitana, e sua titularidade passa ao colegiado firmado entre os municípios dela integrantes e o ente federado”.</p>	<p>Por consequência do reconhecimento incidental da inconstitucionalidade, bem como diante da incompetência dos municípios de São José de Ribamar e de Paço do Lumiar para delegarem as funções de saneamento ao CISAB, são nulos, de pleno direito, o contrato de constituição do consórcio público e contrato de rateio, bem como todos os atos deles decorrentes.</p>
<b>A ilegalidade da delegação das competências de regulação e fiscalização ao mesmo ente prestador do serviço</b>	<p>O art. 11 da Lei no 11.445/2007 prevê que constitui condição de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento a existência de normas de regulação, incluindo a designação da entidade de regulação e fiscalização. A designação, neste caso, deve recair sobre entidade distinta do ente que presta o serviço.</p>	<p>Nulo o contrato de constituição do consórcio público em razão de conferir a um único ente (CISAB) as funções de regular, fiscalizar e prestar o serviço.</p>
<b>Ausência de plano de saneamento básico.</b>	<p>O art. 5o, da Lei no 11.107/2005, prevê que “o contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções.”.</p> <p>O protocolo de intenções foi publicado antes da aprovação dos Planos de Saneamento Básico de Paço do Lumiar</p>	<p>Nulo o contrato de constituição do consórcio por ter sido firmado sem que antes houvesse nos municípios consorciados os respectivos planos de saneamento.</p>

**Elaboração:** Próprio autor, 2019.

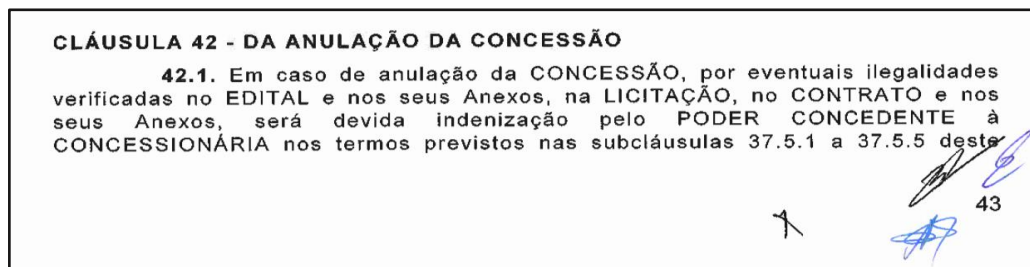
**Fonte:** MARANHÃO. Sentença. Vara de Interesses Difusos e Coletivos nº 0800435-60.2015.8.10.0001, de 27/02/2018.

Como descrito no quadro, o magistrado considerou inconstitucional a criação do consórcio intermunicipal de serviços de saneamento básico entre dois municípios sendo a Região Metropolitana da Grande São Luís composta oficialmente por 13 municípios, reconhecendo a importância de articular os serviços sanitários entre todos os membros da RMGSL, especialmente entre os municípios da Ilha do Maranhão.

A sentença considerou, ainda, nulo o contrato de concessão pelo fato delegar o CISAB como único órgão responsável por fiscalizar, regular e prestar o serviço, ou seja, o próprio consórcio fiscalizaria os serviços de sua concessionária, estabelecendo evidente conflito de interesses. Chamou atenção na decisão, também, a constatação processual de que o contrato foi aprovado estabelecendo que “a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir os objetivos e metas da CONCESSÃO, bem como as alterações promovidas nos PLANOS<sup>50</sup>”, sem que os referidos planos municipais de saneamento básico existissem oficialmente.

Com a sentença anulando o contrato, a BRK ambiental mantém suas atividades por força de liminar e em regime de continuidade operacional<sup>51</sup>, contudo preservando as mesmas práticas contestadas pela população, porém lucrativas para seus acionistas. Embora, esteja explícita a incongruência entre os objetivos do mercado e o interesse público, no que tange a atuação da BRK ambiental na área regular da concessão, ao contrário do que se possa imaginar, uma decisão em última instância contrária aos interesses da concessionária não significará prejuízo para *holding* canadense. Posto que de acordo com o relatório ao mercado<sup>52</sup> divulgado em junho de 2019 “em caso de anulação a companhia será totalmente indenizada por seus investimentos”. Tomando como referência a cláusula destacada abaixo, estamos diante de um caso em que o capitalismo corporativo ganha apesar da derrota.

Figura 23 – Cláusula do contrato de Concessão



**Fonte:** Contrato de Concessão dos serviços de saneamento básico, 2014.

<sup>50</sup> Conforme a cláusula 6ª do contrato de concessão que trata dos objetivos e metas da concessão.

<sup>51</sup> Esse é o termo utilizado pela empresa no relatório ao mercado datado de 30 de junho de 2019.

<sup>52</sup> A parte correspondente do relatório encontra-se em anexo.

Tal fato prova que as ações, especialmente no mundo globalizado, nascem predestinados a um certo tipo de racionalidade, sendo a norma instrumento fundamental para fazer valer a os interesses das grandes corporações, nesse aspecto podemos dizer que o ordenamento jurídico é um instrumento de desordem calculada (PRIETO, 2018).

Face ao exposto, o caso da privatização dos serviços de saneamento básico, em dois municípios da RMGSL, revela problemas concretos surgidos com a entrega ao setor privado de tão flagrante serviço de interesse público. No atual cenário político e econômico do país as trombetas em favor da entrega do patrimônio pública se fazem ouvir por todos os lados. Ao mesmo tempo que se reduz o investimento público circulam teses propagando as maravilhas e proezas que só o mercado pode realizar. No caso do saneamento básico, a universalização custaria 700 bilhões de reais, valor, dizem os “competentes”, facilmente levantado pelo mercado. Só não propagam é o custo dessa façanha. A julgar pelo caso do CISAB e das outras experiências privatistas pelo país, não será com redução do preço ao consumidor nem com garantia de melhoria do serviço (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019).

## **2.4 OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NO SÍTIO GRANDE**

O processo de urbanização acelerada dentro do contexto de modernizações periféricas, como é o caso do Brasil, e mais especificamente da metrópole São Luís, gerou distorções socioespaciais que culminaram com as maneiras como território da metrópole foi usado ao longo da história, que por sua vez, são concretizadas nas dinâmicas e formas urbanas.

Daí o território usado incluir não apenas a topologia das grandes empresas, mas um conjunto de todos os agentes (SILVEIRA, 2011). Esse capítulo busca refletir sobre o conjunto desses agentes que agem mutualmente a partir da construção de uma modelo de organização econômica dualista (SANTOS, 2013) dividida entre setores modernos e circuitos inferiores da economia urbana, como é típico das cidades de países de industrialização tardia e economia dependente.

### **2.4.1 Entre o velho e o novo: transformações do uso do território, dissolução da metrópole São Luís e situação geográfica do Sítio Grande**

Durante as modernizações da capital ludovicense, até o início da década de 1980, o Sítio Grande permanecia como comunidade rural pertencente ao município de Paço do Lumiar e com precárias ligações com São Luís. Os contatos eram limitados a venda de mercadorias

produzidas na localidade e levadas para serem comercializadas no mercado central, a época principal mercado de São Luís. Nas palavras da moradora Teresinha de Jesus Rubim:

Naquela época, meu pai era criador e matador de porco, meu marido também. Levavam para o centro da cidade [...]. Tinha um caminhão pau de arara. Aí iam lá para pista<sup>53</sup>, o carro não entrava aqui, o dono do carro morava lá no São Pedro<sup>54</sup>, assim a gente chegava no mercado central, bem cedinho para vender a mercadoria.

A vida no Sítio Grande se desenrolava com criações de animais, produção de hortaliças e extração de Juçara. Os novos empreendimentos que chegavam à Ilha do Maranhão como a instalação do Porto do Itaqui (1971) e incentivos para instalação do distrito industrial de São Luís pareciam não influenciar a dinâmica do lugar. No entanto, a chegada desses novos fixos acelerou o crescimento populacional da Ilha demandando, gradativamente, o surgimento de diferentes fluxos, visto a atratividade desses empreendimentos, mudando paulatinamente à significação da cidade para seus moradores (SANTOS, 2014 [1987]).

Movidas por essas novas significações, sempre baseadas no discurso de modernidade e desenvolvimento, as políticas de planejamento urbano vão espraiando a mancha urbana da capital ao construir conjuntos habitacionais nos limites do perímetro urbano interligando-os por meio de longas avenidas criando vazios urbanos e ampliando a influência direta da cidade de São Luís, claramente uma metrópole em construção, sob os municípios constituintes da Ilha.

Nesse contexto, nas proximidades do Sítio Grande, em área pertencente ao município de Paço do Lumiar, porém fronteira com os municípios de São Luís e São José de Ribamar, foi construído o conjunto habitacional do Maiobão. Os impactos da construção desse conjunto sobre o cotidiano dos moradores do Sítio Grande comprovam a influência da política habitacional daquela época sob as áreas rurais circundantes a mancha urbana. Nas palavras do morador, o Senhor Gibico, a “[...] primeira mudança foi na água depois que eles começaram a mijar aí pra cima<sup>55</sup>, depois a gente não pôde plantar mais nada e começamos a fazer serviços para eles do Maiobão”.

Recorrentes nas falas dos moradores do Sítio Grande sobre o passado e o presente da comunidade, os riachos Prata e Riachinho tiveram suas águas preservadas, até o início a entrega das unidades habitacionais do conjunto Maiobão (Julho de 1982), período em que constituíam a base da economia local irrigando as plantações e fornecendo água potável para

<sup>53</sup> A expressão “lá na pista” faz referência a estrada da Maioba, hoje MA 202.

<sup>54</sup> São Pedro é uma capela localizada nas proximidades da comunidade do Mocajituba um dos territórios que integram a região da Maioba, distante aproximadamente uns dois quilômetros do Sítio Grande.

<sup>55</sup> O entrevistado faz referência ao conjunto Maiobão construído em área a montante do córrego prata afluente da bacia do rio Paciência.



as demais atividades diárias. Hoje, como resultado da intensa ocupação no entorno do Sítio Grande e da bacia do rio Paciência<sup>56</sup> os córregos estão poluídos pelo lançamento dos mais variados dejetos, como retrata a Figura 24.

Figura 24 – Lançamento de esgoto no córrego Prata



Fonte: Próprio autor, 2018.

A redução da disponibilidade de água potável prejudicou a autonomia econômica dos moradores levando-os a um processo lento, porém contínuo, de desestruturação e minoração da capacidade de organização do seu próprio espaço (SANTOS, 2008 [1979]), além da perda da autonomia econômica ao levando-os para setor da prestação de serviços condicionados à dinâmica do conjunto, como fica explícito na frase do morador Seu Gibico: *“fazer serviços para eles do Maiobão”*.

Figura 25 – Morador, Senhor Gibico e sua carroça



Fonte: Próprio autor, 2019.

<sup>56</sup> A bacia do Paciência situa-se nos municípios de São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar na porção nordeste da Ilha do Maranhão, entre as coordenadas Universais Transversa de Mercator – Projeção UTMs, fuso 23S; N 9706000 / 9713000 m e E 577000 / 584000 m. (CASTRO, 2017)

Sobre vários aspectos a chegada de novos objetos urbanos nas proximidades do Sítio Grande significou uma “involução<sup>57</sup>” urbana (SANTOS, 2013 [1993]) para os moradores das áreas rurais circundantes. Antigos produtores rurais, como o Seu Gibico, passaram a ganhar a vida prestando serviços esporádicos aos moradores do conjunto habitacional vizinho, que por sua vez utilizam dos serviços terceirizados por deficiência financeira ou carência de acesso a serviços básicos como coleta seletiva de lixo.

#### 2.4.2 O mercado Socialmente Necessário e a arte de “resolver” a vida: a produção de juçara e a casa de farinha

A atual modernização imposta pela lógica capitalista tem a capacidade de financeirizar relações comerciais concretas, bem como de massificar padrões de consumo e buscar homogeneizações das mais variadas ordens, pressionando pela transformação do território numa superfície lisa e sem marcas (RIBEIRO, 2005, p. 12467). Aliás, o próprio ideário da dita globalização incorpora um projeto de modernidade em que o mundo deveria ser um único lugar a “[...] partir dessa proposição é que o progresso tem um sentido regressivo e naturalizador, buscando a barbárie da unificação de tudo a qualquer preço, onde evoluir significa involuir, abolir o diverso e celebrar a unicidade a qualquer custo” (SOUSA NETO, 2008, p. 21).

Parte do “qualquer custo” salientado por Sousa Neto, advém da violência em tentar enquadrar a imensa diversidade do planeta, nas mais variadas escalas, em um projeto único. É de se esperar que mesmo disfarçado pelo discurso hegemônico se descubra que a planificação do mundo, a dita estabilidade do mercado global, só pode significar entropia, morte lenta (BERMAN, 2001). A unificação dos espaços significa na verdade desintegração das relações sociais construída sobre outros valores.

Na prática, as forças da modernização são seletivas agindo a partir de espaços eleitos, transformando-os em ilhas do domínio da técnica cercada por espaços marginalizados cujos pobres sobrevivem com acesso precários a direitos básicos e mantêm práticas tradicionais ou mesmo híbridas, mesclando a tradição com as novas realidades técnicas modernizantes. Temos, então, o cenário do conjunto de sistemas e objetos que ajudam a explicar o desequilíbrio organizacional dos espaços urbanos em países dependentes e/ou antigos territórios coloniais.

---

<sup>57</sup> O termo é empregado no sentido de apontar a contradição entre a expansão da área metropolitana e a incapacidade da metrópole de expandir seus serviços possibilitando maior qualidade de vida para maioria dos moradores das áreas sob sua influência.

Desse modo, a modernização que se pretende, no discurso, universalizante limita-se como positividade a poucos, tanto na acessibilidade aos objetos como na possibilidade de ações. Para o resto, a maioria da população, o mundo moderno apresenta-se na forma de práticas cotidianos com racionalidades alternativas chamadas por Ana Clara Torres Ribeiro, em seu artigo *O desenvolvimento local e a arte de ‘resolver’ a vida* (2005).

É com “a arte de ‘resolver’ a vida” elaborando práticas sociais, e evidentemente espaciais, consideradas tradicionais ou alternativas que as populações marginalizadas vão resistindo a exclusão. São exemplos dessas práticas o camelô, o transporte lotação, a compra e venda na base do escambo, os ditos gatos elétricos, o empréstimo de crédito de celular, o registro das compra a prazo em cadernos, a autoconstrução, os produtos piratas dentre várias outras atividades que vão se adequando as necessidades momentâneas ou as novas dinâmicas que se consolidam.

Na base dessa contradição encontramos a desigualdades de renda que impõe a coexistência de atividades de mesma natureza, mas com níveis diferentes (SANTOS, 2008; [1979], p.21) levando a sobrevivência ao campo da resistência, o que transforma as práticas tradicionais e alternativas em possibilidades concreta de luta contra a modernização excludente, pois utiliza as novas possibilidades técnicas para construir mercados socialmente necessários.

O mercado socialmente necessário, como memória e projeto, possui raízes ancestrais, ainda anteriores àquelas que alimentam a concepção hegemônica de mercado. O ator proposto – pensando literalmente de baixo para cima, corporificado e territorializado – corresponde, potencialmente, ao circuito inferior reconhecido por Milton Santos, em *O espaço dividido* (1979), para compreensão íntegra da economia urbana. Mas, este ator também corresponde às formas sociais sobreviventes das sucessivas modernizações e às formas mais modernas que tiveram, historicamente, a capacidade de interagir com práticas ancestrais, como aquelas produções e comércios em que a negociação predomina sobre a conquista e a destruição do Outro. Existe, portanto, uma vida de relações, resistente e tenaz, que se opõe à abstração exigida pela operação sistêmica da concepção hegemônica de mercado (RIBEIRO, 2005 p. 12468)

No Sitio Grande, a atual modernização, como no restante da metrópole ludovicense, tem provocado o esgarçamento de atividades econômicas que subsistem a técnicas e fluxos que cada vez mais afastam o homem de sua parte do território (SANTOS, 2008; [1979]).

Assim, com a valorização do território pela presença de novos condomínios e novas vias de acesso tem levado a derrubada de juçarais para viabilização de projetos imobiliários, como retratado na Figura 26. O avanço da mancha urbana, entre outros processos, contribui para a poluição do ecossistema, reduz a disponibilidade de água e isola terrenos de uso comum através da construção de muros e cercas utilizadas para delimitar os terrenos valorizados pela nova dinâmica espacial.

Figura 26 – Avanço da urbanização sobre o Juçaral



Fonte: Yata Anderson Gonzaga Masullo, 2018.

Para os diversos agentes do território envolvidos direta ou indiretamente na extração da polpa na Juçara, o avanço de novos sistemas de objetos e ações típicos da urbanização moderna, ao contrário do discurso dominante, representada ameaça para manutenção de suas atividades econômicas que mesmo marcada por uma dinâmica não contemporânea, por um mercado consumidor reduzido, por técnicas rudimentares e nenhum capital intensivo, mantém o sustento de diversas famílias por intermédio da extração de um fruto *in natura* sem prejuízo para o ecossistema e sem aditivos industriais na produção do alimento (Polpa da fruta), daí a caracterização desse mercado como socialmente necessário.

Nesse contexto, a resistência aos instrumentos padronizados (RIBEIRO, 2005) e arte de “resolver” a vida consistem em fazer uso dos novos meios de comunicação e transporte para cruzar parte significativa da metrópole e vender a polpa da Juçara aos mais variados cantos da Ilha do Maranhão, como mostra a Figura 27.

Assim, ressignificando as novas técnicas por intermédio das particularidades dos lugares, construindo uma nova lógica ao demonstrar que a dinâmicas dos lugares não se deixa apreender através de instrumento padronizados, úteis para produção da mais valia na cidade vista como mercadoria, mas prejudiciais ao desenvolvimento econômico que valide a realidade local.



Figura 27 – Fluxos dos vendedores de Juçara do Sítio Grande pela metrópole São Luís



**Elaboração:** Cícero Lobo; Thomas Soares, 2019.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2019.

Em plena vivência do meio técnico-científico-informacional, onde aplicativos como *ifood* permitem por meio dos smartphones escolher refeições de restaurantes e lanchonetes próximas diretamente do celular, inclusive sem gastar créditos com ligações, sobrevive no Sítio Grande um processo de venda direta, com uso de meios de locomoção físicos, como bicicletas e motocicletas não só para entrega do produto como para a consolidação da venda e sedução do consumidor.

Os vendedores volantes de Juçara vão ao ponto de entrega do produto, no Sítio Grande, compram o litro da polpa por 7 reais e revendem, em vários bairros da Grande São Luís, por valores entre 10 e 12 reais, a depender do bairro e do ritmo das vendas. Em média revendem entre 20 e 35 litros da polpa por dia.

O Quadro 5, descreve o local de moradia de alguns dos vendedores de juçara, os meios de locomoção e as áreas cobertas por suas vendas. Percebe-se que a maioria dos vendedores mora em áreas de ocupação irregular surgidas no entorno das áreas atingidas pelas modernizações na metrópole São Luís nas últimas três décadas, revelando aspecto importante do modelo de urbanização desencadeado pela condição periférica da cidade de São Luís na divisão internacional do trabalho.

Quadro 5 – Vendedores volantes de Juçara

<b>Nome</b>	<b>Moradia</b>	<b>Locomoção</b>	<b>Vendas</b>
Luís Gonçalo da Silva	Maiobão	Bicicleta	Jardim Turu Vila Cafeteira Res. Novo Horizonte Paraná
Jonas Damaceno Santos da Silva (Negão da Juçara)	Divinéia	Bicicleta	Cohafuma Cohatrac Alto do Turu
Ednaldo	Residencial Alonso Costa	Motocicleta	Cohama Turu Vinhais
Irenilson	Vila do Povo	Motocicleta	Amaral de Matos Carlos Augusto Maiobão Vila do Povo

Fonte: Próprio autor, 2019.

Vejam os casos do vendedor Jonas, morador da Divinéia. O bairro surgiu após a ocupação, nos anos 1990, de uma área próxima às praias do Olho D'Água e Araçagy, ou seja, próxima ao tabuleiro litorânea (Figura 28) que passava e passa por intenso processo de transformação, com a instalação de novos objetos urbanos e construção de empreendimentos imobiliários de médio e alto padrão. O fato do Sr. Jonas estar locado no setor informal<sup>58</sup> da economia, morar numa área resultante de ocupação e usar meio de locomoção alternativo explícita, em um só personagem, três dimensões da urbanização nos países pobres: deficiência na geração de emprego e renda, negação do direito à moradia e deficiência no oferecimento de serviços básicos como o transporte. Dessa forma, o Sr. Jonas, como boa parte dos habitantes da metrópole São Luís, mora em áreas irregulares<sup>59</sup>, trabalha no setor informal e tem dificuldades de acesso à cidade.

<sup>58</sup> Embora a categoria informalidade seja repleta de obstáculos epistemológicos (BACHELARD, 1996), o termo informal do ponto de vista da economia está atrelado ao “atraso” econômico, assim sendo baseado em tecnologias caducas, alto índice de exploração, baixa rentabilidade e desorganização econômica (MOURA JÚNIOR, 2010).

<sup>59</sup> “No caso específico de São Luís, mapa recente da Prefeitura Municipal demonstra que metade de sua população vive atualmente em áreas irregulares” (BURNETT, 2012).

Figura 28 – Localização do Sítio Grande em relação ao bairro da Divinéia e ao tabuleiro litorâneo.



**Elaboração:** Cícero Lobo; Thomas Soares, 2019.

Atualmente, aproximadamente doze vendedores percorrem a metrópole São Luís vendendo a polpa de Juçara produzida no Sítio, sendo a venda do alimento amazônico a principal renda da família ou importante complemento a renda familiar, como no caso do vendedor Irenilson que trabalha também como jardineiro ou do vendedor Ednaldo que trabalha durante a semana como pedreiro e complementa a renda familiar vendendo juçara nos fins de semana.

Já o vendedor Jonas vive integralmente da venda da polpa, percorrendo de bicicleta quase 10 km diariamente, sem descanso nos fins de semana. Ainda assim, Jonas defende sua forma de ganhar a vida afirmando: *“Assim conheço pessoas, tenho minha clientela, posso conversar com todo mundo e ninguém passa fome lá em casa”*. Jonas não se vê como gerente de si mesmo, nem como empreendedor, diz apenas: *“ter sorte de ainda poder vender algo que brota da terra”*, mas têm consciência da fragilidade do ecossistema que produz a matéria prima do produto que comercializa, diz ele: *“Sô quando era novo banhava em todos esses rios, era água e igarapé para todo o lado. Hoje, eu ando por aí tudo, só água suja, ter juçara aqui é*



*quase um milagre*”. Milagre que, a julgar pela a especulação imobiliária e a invisibilidade da economia solidária da qual ele participa, parece estar com os dias contados.

Figura 29 – Vendedores de Juçara do Sítio Grande



Fonte: Próprio autor, 2019.

Outra atividade presente no Sítio Grande que é reveladora das consequências socioespaciais dos novos processos urbanos pelos quais passa o lugar, é a fabricação artesanal de farinha, como mostra a Figura 30.

Figura 30 – Fabricação de farinha no Sítio Grande



Fonte: Próprio autor, 2019.

Se a comercialização da polpa da Juçara no Sítio Grande é uma porta de entrada para discutir as transformações e consequências dos novos usos do território na metrópole São

Luís, a produção de farinha, além de revelar esses traços, ainda demonstra as dificuldades de manter atividades rurais numa área que se urbaniza aceleradamente.

A casa de farinha do Sítio Grande pertence ao Senhor João Miranda, cuja história de vida se confunde com a de milhares de maranhense que migraram do campo para cidade nas últimas décadas, posto que, o Sr João migrou da cidade de Paulino Neves, litoral Oriental do Estado, para São Luís, no início da década de 1980, em busca de tratamento médico para seu filho, serviço até hoje deficiente em vários municípios do Estado. Passados alguns meses de sua estadia na capital do Estado, o Sr João foi convidado cuidar de um terreno nas imediações da Trizidela da Maioba<sup>60</sup>.

Assim, com uma pequena renda garantida e dificuldades para retornar à Paulino Neves, o Sr João tratou de arrendar terrenos, na busca de comprar sua propriedade. Sobre esse momento, ele narra: *“Eu comecei a vender Juçara para os moradores do Maiobão, fazer roçados nos terrenos que alugava e vigiar o Sítio dos outros”*. Dessa forma, o Sr João comprou a atual propriedade onde encontra-se a casa de farinha.

Em posse de seu próprio terreno, o Sr João criou filhos e netos produzindo juçara, hortaliças, fabricando farinha, criando e comercializando animais como galinhas e suínos. No entanto, nos últimos anos, com o avanço da mancha urbana em direção ao Sítio Grande, os problemas ligados à manutenção do seu modo de vida começaram se intensificaram. Inicialmente, o paulinevense<sup>61</sup> teve problemas para manter as áreas de roçado, visto que as áreas no entorno foram compradas ou ocupadas por moradores que lutava pelo direito à moradia, numa cidade que ao se modernizar, exclui grande parte de seus habitantes. Depois, com a instalação objetos como postos de combustíveis e condomínios habitacionais fechados, nas proximidades do seu terreno, surgiram tensões entre as atividades econômicas do Sr. João e a dinâmica comercial urbana que se instalava nas proximidades.

Nas palavras do dono da casa de farinha: *A uns cinco meses chegaram duas senhoras conversando sobre meu Sítio, elogiaram a horta, comeram melancia e fizeram algumas perguntas, vieram aqui umas três vezes [...]. Estranhei quando uma delas disse que a pior coisa era perder o lugar onde você mora. Daí, uns vinte dias chegou um papel dizendo que não podia mais criar porcos porque poluía esse posto aí* (Falava apontando para o posto que fica ou funda da propriedade).

---

<sup>60</sup> A região do Sítio Grande é considerada, pelos moradores, parte integrante do território da Maioba. Esse território abrange uma grande área onde encontram-se comunidades Jenipapeiro, Trizidela, Sítio Grande, Maiobão, Bacuritiua, entre outros. Nos anos 1980, a região é composta fundamentalmente por sítios pertencentes ou aos moradores locais, ou a famílias abastardas da sociedade maranhense.

<sup>61</sup> Gentílico ou natural do município de Paulino Neves



Pressionado pela impossibilidade, via norma, de manter suas atividades econômicas, tanto pela proibição de criar animais, quanto pela redução das áreas de roçado, reduzindo o acesso a mandioca, matéria prima da farinha, o Sr. João recebeu nos últimos dias uma proposta de compra de seu terreno. Proposta surgiu do proprietário dos empreendimentos habitacionais e comerciais que instalaram no Sítio Grande, “*O dono desse posto bonito e dessas casas aí do Sítio Grande chegou aqui e perguntou por quanto eu vendia o Sítio [...]. Ele disse que o preço tava caro, mas que depois voltava*”, narrou o Sr. João, agora pressionado pela redução da renda e dificuldades na manutenção da propriedade.

Face ao exposto, o migrante de Paulino Neves que proveu toda a família lidando com a terra, atualmente cogita vender sua propriedade, entregar parte do dinheiro os filhos e voltar para sua cidade natal. Evidentemente, que a posição privilegiada do terreno do Sr. João, como atesta a figura 31, explica a pressão corporativa que asfixiou suas formas de sustento, abrindo caminho para possibilidade de vender, por baixo preço, a sua propriedade.

Nesse e em tantos outros casos, o jogo de forças é claramente hostil, “pois os instrumentos de poder são legalmente reservados a um certo tipo de ator e recusado aos outros” (SANTOS, 2002, p. 107), levando para a cidade a reprodução da lógica de desapropriação de terras típica do campo (MARICATO, 2011).

Figura 31 – Localização da Casa de Farinha em relação aos novos conteúdos no Sítio Grande



Elaboração: Cícero Lobo; Thomas Soares, 2019.

Fotos: Próprio autor, 2019.

Pela Figura 31, observa-se com nitidez a privilegiada posição do terreno da casa de Farinha, permitindo especular os ganhos possíveis ao transformar essa área produtora de farinha e horatilhas em mais um típico condomínios fechado acessível somente a seus moradores, reduzindo a cinturão verde da Ilha, enfraquecendo as formas as economias alternativas e a sociabilidade no espaço de mais uma área na metrópole São Luís.

A existência no Sítio Grande de atividades como: a extração e comercialização da juçara e produção de farinha expõe a necessidade de estimular o desenvolvimento local por intermédio da dinâmica social dos lugares (RIBEIRO, 2005), revelando a necessidade de se construir uma utopia urbana que leve em consideração as particularidades dos lugares, abandonando o paradigma da cidade como mercadoria, ao respeitar atividades e costumes que dão sentido à vida por meio das práticas cotidianas. Nos faz lembrar, que a preservação da natureza não deve ser uma perspectiva apenas futura, como advogada o vago conceito de desenvolvimento sustentável, mas algo que permita a emancipação da relação do homem com a natureza no presente. Nos evidencia que as cidades dos países pobres não são um todo homogêneo e a melhoria de vida dos cidadãos passa pela compreensão dos instrumentos construídos pelos pobres para garantir o sustento e a manutenção da vida nas mais variadas dimensões.

#### 2.4.3 O “Espaço Dividido” e o Circuito Inferior da Economia no Sítio Grande

Com o processo de urbanização acelerado, a dinâmica da pobreza e da riqueza no espaço urbano brasileiro se revela como “Espaço Dividido” (SILVA, 2017) sendo o circuito inferior da economia urbana uma dessas divisões. Segundo Santos (2008 [1979]), o “[...] circuito inferior compreende as atividades de fabricação tradicional, como o artesanato, assim como os transportes tradicionais e a prestação de serviços.” (SANTOS, 2008 [1979], p. 24).

As modernizações sobre o território delineiam os dois circuitos da economia urbana – circuito superior e o circuito inferior – porém, a escala de influência do circuito superior, ligado ao capital intensivo, comércios urbanos modernos, é maior em relação ao circuito inferior, gerando desigualdades nas estruturas dispensadas aos dois circuitos, bem como na organização espacial concernente a viabilização de empreendimento e estruturação do uso do território.

Entre as mudanças no sistema de ações e objetos que emergem no Sítio Grande devido sua situação geográfica, frente a expansão da mancha urbana de São Luís, está a chegada

de formas conteúdo como condomínios fechados, galeria de lojas (Figura 32), empresas privadas “organizando” o serviço de água e esgoto, caixas eletrônicos 24 horas. Esse conjunto indissociável de objetos e ações se soma a chegada de novos moradores, aumento do fluxo de veículos e intensificação da influência do meio técnico-científico-informacional no uso do território.

Figura 32 - Novas formas conteúdas: Posto de gasolina, galeria comercial e loja de conveniência no Sitio Grande



Fonte: Próprio autor, 2019.

A Figura 32, retrata um conjunto de novas atividades que chegaram ao Sitio Grande nos últimos 5 anos, tais como loja conveniência, serviço bancário por meio de caixa eletrônico, abastecimento de veículos, restaurantes, representações comerciais dentre outras.

Considerando que, até pouco tempo, as atividades econômicas do Sítio Grande estavam voltadas para o setor primário e a relação monetária entre os seus moradores podia ser mantida inclusive através da troca de mercadorias ou do crédito baseado na relação pessoal, é de se imaginar que a chegada dessa dinâmica mais próxima do circuito superior da economia tenha alterado as relações no lugar, especialmente entre os seus moradores.

Encontramos parte dessas alterações ao listarmos, por exemplo, os serviços disponíveis na galeria de loja anexa ao posto de gasolina e estrategicamente situada entre os condomínios fechados horizontais Júlia Campos e Lara Campos.

Quadro 6 - Lojas e serviços oferecidos na Galeria do Posto Júlia Campos

Circuitos da economia urbana – Galeria do posto Júlia Campos	
FIXOS	FUNÇÃO – ATIVIDADE
Luan Pinheiro Fotografia	Contratação de serviços fotográficos

Sousa Advogados	Serviços de advocacia
Via Escolta	Serviços de segurança privada
Sede PDT	Sede do Partidos dos Trabalhadores do Brasil – PDT
Pizza Holic	Pizzaria com serviços de tele entrega
PH Produtos Hospitalares	Representação de produtos hospitalares
Gmarpe produções	Gravação de mídias musicais Aluguel de Som e estrutura para Shows e eventos
Clube do Botão do Maiobão	Local para encontro de jogadores de botão do Maiobão
Brascom Empreendimentos	Aluguel de máquinas para obras em geral

**Elaboração:** Próprio autor, 2019.

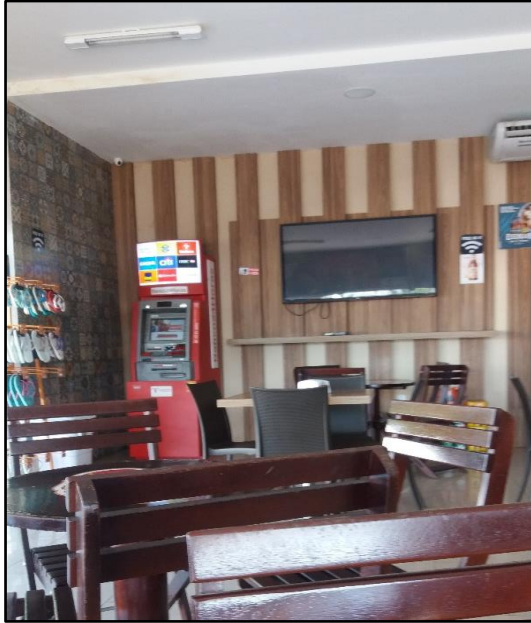
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2019.

Como o atual estágio da densidade técnica necessita, por exigência do circuito superior da economia, de modernizar certas porções da cidade (SILVEIRA, 2011), é possível perceber, a partir da listagem dos fixos instalados nas novas formas conteúdo do Sítio Grande, a concentração de atividades ligadas aos meio técnico-científico-informacional, como são os casos dos serviços de internet, incluindo rede wi-fi livre, sede laboratório fotográfico, caixa eletrônico 24 horas, empresas ligadas as mídias eletrônicas, empresas de segurança privada, justamente nas novas formas urbanas recém chegadas a localidade.

A intensa desigualdade na metrópole São Luís, como anteriormente já citado no trabalho, em muitos aspectos, decorre dessa estruturação do espaço para atender a interesses distantes, gerando na escala do lugar uma “coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferente” (SANTOS, 2008 [1979], p. 21). Logo, embora as lojas da galeria e a loja de conveniência ofereçam serviços similares ou iguais a outros comércios (Figuras 33 e 34) já existentes no Sítio Grande, nos novos objetos os produtos e serviços possuem outra significância, e por tanto outros valores.

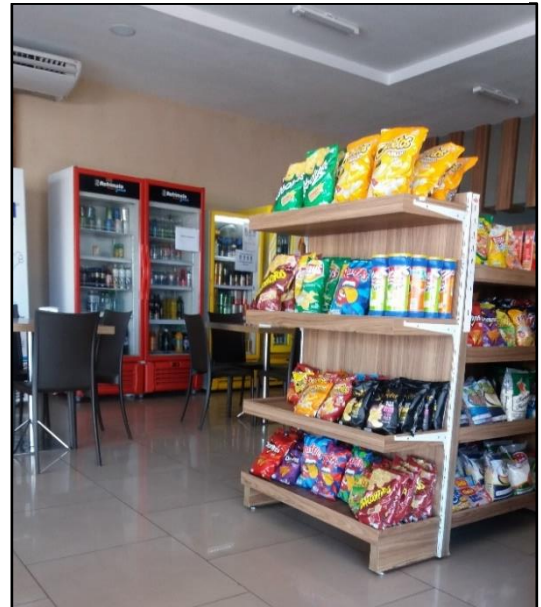


Figura 33 - Imagens dos serviços disponíveis na loja de conveniência



Fonte: Próprio autor, 2019.

Figura 34 – Imagem dos produtos à venda na loja de conveniência



Fonte: Próprio autor, 2019.

A comparação entre das Figura 33 e 34 com abaixo permite perceber a “coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes” defendida por Milton Santos. Pois, tanto na loja de conveniência quanto na padaria L. L. F temos serviços ligados a alimentação e bebidas.

Figura 35 - Padaria L.L.F



Fonte: Próprio autor, 2019.



Muito embora, a loja de conveniência e a Padaria L.L.F ofereçam serviços similares, a Padaria L.L.F pertencente ao senhor Luís Ferreira<sup>62</sup>, trabalha com produtos mais baratos aos similares vendidos na loja de conveniência. Enquanto a loja de conveniência conta com 4 funcionários, o comércio de Sr. Luís é tocado por ele mesmo no mesmo lugar que, também, lhe serve de moradia.

Outra diferença entre as dinâmicas dos comércios encontramos na forma de venda à crédito: na loja de conveniência tem-se a opção de compra com cartão de crédito ou mesma a opção de saque no caixa 24 horas instalado no lugar, porém à alguns metros dali (Figura 36), na Padaria do senhor Sr. Luís, só é possível comprar a crédito por intermédio do registro da dívida no caderninho, com direito a identificação por referência familiar.

Figura 36 - Fachada da Padaria L.L.F



Fonte: Próprio autor, 2019.

Mediante essas diferenças podemos dizer que tal qual na escala da cidade, o passado e o presente, o moderno e o “atrasado” andam lado a lado, na escala local, na situação geográfica do Sítio Grande e a partir do mosaico de atividade no lugar, a metrópole pode revelar mais claramente diversos usos do território em cooperação e concorrência (SILVEIRA, 2011). Reunindo as divisões territoriais do trabalho, os capitais, as tecnologias, os consumos, enfim os sistemas e ações que configuração e reconfiguração o território e, no caso do Sítio Grande, explicam a sua atual situação geográfica. Assim, apresentamos na Figura 37, as atividades econômicas ligadas ao circuito inferior da economia urbana no Sítio Grande.

---

<sup>62</sup> O Senhor Luís Ferreira é nascido e criado no Sítio Grande, personagem conhecido por toda a comunidade, especialmente por ter ajudado a criar vários filhos da comunidade e ser oriundo de uma das famílias mais antigas do Sítio Grande, a família Rubim.



Figura 38 – Circuito Inferior da Economia Urbana: a produção de hortifruti no Sítio Grande



**Fonte:** Próprio autor, 2019.

A apresentação das atividades ligadas ao circuito inferior da economia no Sítio Grande visou expor as contradições entre a redução do espaço para algumas atividades típicas do lugar e a ampliação de mercados para outras atividades. Fundamentalmente, o que fica aqui provado são as contradições geradas, a partir da reconfiguração do uso do território, pela expansão da mancha urbana em direção ao Sítio Grande, ameaçando o modo de vida de alguns de seus moradores, entretanto expandindo as formas de “resolver” a vida de parte de outros com a expansão de serviços ligados a nova dinâmica. Ressaltamos que não se trata de propagar as benesses da modernização do território, pelo contrário. Trata-se, apenas, de expor as várias dimensões do uso do território nesse espaço heterogêneo, diverso e fragmentado que é a metrópole.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões discutidas nesse trabalho não se esgotam com seu temporário ponto final. O próprio caminho percorrido na tentativa de explicar a dinâmica de uma fração do espaço urbano da metrópole São Luís, por intermédio da categoria território usado, com a aplicação da ideia de situação geográfica, já aponta para a momentaneidade das respostas encontradas e das análises feitas durante a presente pesquisa.

As modernizações sofridas pela metrópole São Luís durante todos os períodos de sua formação socioespacial se materializaram das mais variadas formas, desde a construção de Fortes para defesa, no contexto de disputa pela posse do território, no período mercantilista, passando pela articulação de vias e outros fixos visando o beneficiamento do algodão e a exportação de tecido, perpassando pela construção de portos para viabilizar a exportação de *commodities* como soja e minério de ferro.

Porém, apesar das peculiaridades de cada período, uma constante é irremediável: as modernizações do território usado visavam e visam atender demandas externas, sempre mantendo a metrópole São Luís numa condição periférica na divisão internacional do trabalho.

Do ponto de vista do espaço urbano, as maiores transformações ocorreram no período pós-Segunda guerra quando as políticas de desenvolvimento industrial do Estado brasileiro alocaram investimento na infraestrutura necessária para que a cidade recebesse um parque fabril voltado, mais uma vez, para atividades de baixo valor agregado. Assim, são construídas as pontes que liberaram para o capital imobiliário diversas glebas e alteraram o sentido do crescimento urbano da Ilha, introduzindo, por exemplo, a orla marítima à dinâmica urbana.

No mesmo período em que se ampliou a área urbana da Ilha do Maranhão, a construção de fixos como estradas de ferro e rodovias, provocavam valorização fundiária no interior do Estado e expulsavam trabalhadores rurais para os centros urbanos, especialmente para capital Maranhense, gerando acelerado crescimento populacional em São Luís. Entre 1960 e 2010 a população da capital cresceu quase 7 vezes.

Com estoque de terras, crescimento populacional e circulação do grande capital, a cidade de São Luís passou a contar com áreas nobres, bem articuladas as dinâmicas do meio técnico-científico-informacional, com o setor de serviços bem organizados, ao passo que se intensificavam as ocupações irregulares e os problemas urbanos para maioria da população. Em outras palavras, crescia a margem da lei, a “cidade ilegal”, sob os olhares complacentes do Estado (RABÊLO, 2012).

O estudo analisou as modernizações induzidas sob e a partir do território usado da cidade de São Luís no intuito de entender a formação da metrópole São Luís e as influências dessa nova realidade urbana para a configuração do território usado do Sítio Grande, no atual momento histórico. Através da pesquisa, foi possível perceber a importância da localização espacial para instalação de novas formas conteúdo nos territórios “eleitos”, bem como as transformações no modo de vida das comunidades atingidas pelas novas dinâmicas.

Em muitos aspectos a situação geográfica do Sítio Grande revela o logo caminho a ser percorrido para garantir o direito à cidade a maioria dos moradores da Metrópole São Luís. Certamente, não será possível ampliar a qualidade de vida na metrópole concentrando investimentos público em um reduzido setor urbano, como no caso das áreas próximas as praias, em prejuízo de quase a totalidade das áreas urbanas e rurais dos municípios da Ilha do Maranhão. Muito menos será possível reduzir a violência estimulando a apropriação, por parte dos agentes hegemônicos, de terras ociosas isolando pedaços de metrópole São Luís entre muros (BURNETT, 2012).

Do mesmo modo, os problemas com a carência de serviços básicos serão resolvidos com a entrega de direitos básicos a iniciativa privada e sua lógica mercadologia. Como a situação geográfica do Sítio Grande comprova os investimentos prometidos pela iniciativa privada concentram-se nas áreas onde se pode auferir maiores lucros, socializando apenas o aumento das tarifas, sempre justificadas com o discurso da modernização dos serviços.

Por fim, a melhoria da condição cidadina na metrópole São Luís não deve estar umbilicalmente articulada ao discurso do desenvolvimento econômico que sempre ancorou nós grandes projetos à solução para problemas como desemprego, deficiência de serviços públicos, reduzida renda per capita e carências infraestruturais. Tal assertiva ganha maior importância no momento em que, novamente, se discute a instalação de grandes projetos voltados para atender a necessidade de mercados distantes, como é o caso da construção de um novo porto na zona rural de São Luís, que nem começa a funcionar e já expulsa e ameaça a sobrevivência de comunidades rurais centenárias.

Face ao exposto, acreditamos que o direito à cidade, na metrópole São Luís, só será possível com o estímulo a economia solidária, com investimentos públicos que democratizem os transportes, com políticas territoriais que possibilitem a efetivação socioespacial da Região Metropolitana da Grande São Luís, com estudos que desvendem o território usado da urbe e permita a superação da visão politicamente espacializada de cidade mercadoria voltada prioritariamente para os investimentos e de costas para seus moradores.

Esperamos que, nos próximos, mediante instrumentos democráticos e democratizantes a realidade de pessoas como o Sr. João e o vendedor Jonas seja transformada pelo poder público. Dessa forma, pioneiramente, o uso desse território estará voltado para os interesses de seus moradores.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Elizabeth Sousa. São Luís Imperial: cotidiano e melhoramentos urbanos. In: ABRANCHES, Elizabeth Sousa; SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos (Orgs). **São Luís do Maranhão: novos olhares sobre a cidade**. São Luís: Ed. UEMA, 2012.
- ALVES, Cristiano Nunes. Da chegada do fenômeno esquizofônico à aurora do meio técnico-científico informacional (1890-1965): a música do Recife no tempo e no espaço. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**, v. 10, n.13, jul-dez. 2014, p. 93-121.
- ARENDT, H. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARBOSA, Marcelo Consiglio. **A obra de Adolf Franz Heep no Brasil**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BARROS, Valdenira. **Imagens do moderno em São Luís**. São Luís: Unigraf; Edgar Rocha, 2001.
- BERMAN, Marshall. **Aventuras no marxismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- BRKAMBIENTAL, 2019. Disponível em: [www.brkambiental.com.br/maranhao/quem-somos](http://www.brkambiental.com.br/maranhao/quem-somos)  
Acesso em: 19.10.2019
- BURNETT, Frederico Lago. **Planejamento e gestão de cidades no Maranhão: o executivo municipal e o controle do solo urbanos**. São Luís: EDUEMA, 2016.
- BURNETT, Frederico Lago. **São Luís por um triz: escritos urbanos e regionais**. São Luís: EDUEMA, 2012.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania**. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.
- CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Ação e presença dos portugueses na Costa Norte do Brasil no século XVII – a guerra do Maranhão: 1614 – 1615**. Teresina: EDUFPI; Ethos Editora, 2014.
- CASTRO, Maria Sousa. **Análises morfométricas da bacia do rio Paciência e seus impactos geoambientais - São Luís – MA**. 2017. 63 f. Monografia (Graduação). Curso de Geografia. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.
- CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**. Organizador André Rocha. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2014. (Escritos de Marilena Chauí, 3)



COELHO, Maria Célia Nunes. **Commodities minerais e a permanência do padrão** corredor-fronteira na Amazônia Oriental. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello. (Orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: especialidades contemporâneas -I**. Rio de Janeiro: Lamparina: ANPEGE, FAPERJ, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. Processos espaciais e a Cidade. In: CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajelórias geográficas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CURVELO-MATOS, Heloísa Reis. **Análise toponímica de 81 de bairros de São Luís/MA**. 2014. 347f. Tese (Doutorado) Doutorado em linguística. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

D' ABEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas (1632)**. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1975.

DEFESADAILHA. MOVIMENTO DE DEFESA DA ILHA. Pesquisador classifica ameaça à Zona Rural de São Luís prevista em novo plano diretor de escândalo. 2019. Disponível em: <http://defesadailha.hospedagemdesites.ws/defesadailha/2019/01/31/pesquisador-classifica-ameaca-a-zona-rural-de-sao-luis-prevista-em-novo-plano-diretor-de-escandalo/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

DINIZ, Juarez Soares. As condições e contradições no espaço urbano de São Luís (MA): traços periféricos. In: RODRIGUES, Sávio José Dias; SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos; COSTA, Carlos Rerrisson Rocha da. (Org.) **Temas da Geografia do Maranhão: território regional. lugar, educação e Cultura**. São Luís: Café & Lápis; EDUFMA, 2017.

DINIZ, Juarez Soares. **A dinâmica do processo de segregação socioespacial em São Luís (MA): O caso da Vila Cascavel**. São Luís: MPP/UFMA, 1999. (Dissertação) Mestrado em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1999.

DINIZ, Juarez Soares. **A expansão e organização do espaço urbano em São Luís (MA).1980/1990: uma abordagem sistêmica**. 1993. Monografia (Especialização em Planejamento Ambiental). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1993.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos**. 1960, 1970, 1980, 1991, 2010. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 15 mar. 2011.

FERREIRA, A. J. A. A dinâmica de ocupação espacial – uso do solo em São Luís no período de 1950 a 2000. **Caderno de Pesquisa**, São Luís, v. 13, n. 2, p. 25 – 36, 2002.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro**. São Luís: EDUFMA, 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Para governo, empresas de saneamento valem até R\$ 140 bi se privatizadas.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/10/para-governo-empresas-de-saneamento-valem-ate-r-140-bi-se-privatizadas.shtml>. Acesso: 13 out. 2019.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina.** Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.

GEIGER, Pedro. **Evolução da Rede Urbana Brasileira.** Brasília: CBPE/INEP – MEC, 1963.

GOMES, J. T. P. Revista FIPES, São Luís, v. 3, n. 2, p. 17-25, jul/dez, 1988.

GOMES, P. C. C. **Geografia fin de siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões.** In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. P. 13 – 42.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia,** Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-544, 2012.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano.** São Paulo: EDUSP, 1993.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções, 1789-1848.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem.** Rio de Janeiro: LCT, (2013; [1959]).

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** 12. ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Fortaleza: ABC Editora, 2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LENCIONI, Sandra. **Metrópole, metropolização e regionalização.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **Direito à cidade.** São Paulo: Centauro, (2001; [1979]).

MARANHÃO REVIVER. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1994.

MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. **Os franceses no Maranhão: La Ravardiére e a França Equinocial (1612 – 1615)**. São Luís: Instituto Geia, 2011.

MEIRELLES, Mário. **História de São Luís**. São Luís: Faculdade Santa Fé, 2012.

\_\_\_\_\_. **Holandeses no Maranhão: 1641-1644**. São Luís: Geia, 2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAIS, Natércia Crystina Freitas. A cidade de símbolos e projetos: “a Ponte da Esperança” e o nascimento da “cidade nova”. In: ABRANCHES, Elizabeth Sousa; SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos (Org.). São Luís do Maranhão: novos olhares sobre a cidade. São Luís: Ed. UEMA, 2012.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MARICATO, Ermínia. A ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARRANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MOURA JÚNIOR, Cosme Oliveira. **Economia, cotidiano e sociabilidade no comércio de rua: o caso de São Luís**. São Luís: Edufma, 2010.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias: relatório da atividade 1**. S.I. Projeto Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Rio de Janeiro, 2004. Contrato Ministério das Cidades, FASE. Trabalho realizado por IPPUR, FASE, IPARDES.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

PRIETO, Gustavo. A problemática da propriedade da formação nacional: da gênese aos fundamentos da propriedade privada. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto (Org.). **Geografia urbana crítica: teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018.

RABÊLO, Renata de Lima. **Direito à cidade capitalista: da luta pela terra ao impasse no acesso à propriedade e aos serviços públicos na Cidade Olímpica em São Luís.** 2012. 156f. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão.** São Luís: [s.n.], 2013.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís: 1612 – 1991.** São Luís: Ed. Do Autor/FUNC, 2001.

RIBEIRO, A. C. T. O desenvolvimento local e a arte de ‘resolver’ a vida. In: LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe. **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

RIBEIRO, A. C. T. A força do passado: nem tudo que é sólido desmancha no ar. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana. (Org.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios.** Salvador: EDUFBA, 2007, p. 21-36.

\_\_\_\_\_. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 10., 2005. **Anais...** São Paulo: FAPESP, 2005, p. 12458 – 12470.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Catia Antonia da. Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. In: **Território e ação social: sentidos da apropriação urbana.** Rio de Janeiro: Faperj/Lamparina, 2011. Pp. 19-34.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. **Estratégias do capital na produção do espaço urbano de São Luís: sobre verticalização e desigualdades socioespaciais (2000 – 2010).** 2013. 109f. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2013.

SANTOS, Milton. “O Período Técnico-científico e os Estudos Geográficos”. **Geografia**, (4):15-20, 1990.

SANTOS, Milton. **A formação socioespacial como teoria e como método.** Boletim Paulista de Geografia. n. 54, 1977. Pp. 81-100.

SANTOS, Milton. **O território e o saber local: algumas categorias de análise.** In Cadernos IPPUR, ano XIII, nº 2, 1999.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2013 [1993].

\_\_\_\_\_. **Por outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Papel Ativo da Geografia: um manifesto**. Texto apresentado no XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, 2000.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Edusp, (2003; [1979]).

SANTOS, Milton. **O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2ª ed. São Paulo, Edusp, 2008 [1979].

\_\_\_\_\_. **O Espaço do cidadão**. 7ª Ed. São Paulo: Edusp, 2014 [1987].

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1994].

\_\_\_\_\_. **Pobreza Urbana**. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2013 [1978].

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo, Edusp, 2017 [1996].

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARNEY, José. **Governo e Povo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.

SERRA, **Saneamento da Ilha do Maranhão: um estudo sobre conflitos no Município de Paço do Lumiar, a partir da privatização do abastecimento de água**. São Luís, 2014. 2018. 50 f. Monografia (Graduação). Curso de Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

SILVA, Fernando Antonio da. **A pobreza na Região Canavieira de Alagoas no século XXI: do Programa Bolsa Família à dinâmica dos circuitos da economia urbana**. Campinas, SP: [s.n.], 2017. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2017.

SILVEIRA, María Laura. Economia política e ordem espacial: circuitos da economia urbana. In: Catia Antonia da Silva (Org.). **Território e ação social**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVEIRA, María Laura. **Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade**. Revista Ciência Geográfica, ano XV, vol. XV, 2011. Pp 04 – 12.

SILVEIRA, María Laura. **Uma situação geográfica: do método à metodologia**. Revista Território, ano IV, nº 6, 1999. Pp. 21 – 27.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

SOMEKH, N. **A cidade vertical e o Urbanismo Modernizador**. São Paulo: EDUSP/ Nobel/ FAPESP, 1997.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2. ed. Bertrand: Rio de Janeiro, 2000.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Os ventos do norte não movem moinhos. In: **Boletim Goiano de Geografia, Goiânia**, v.28, nº 2, p. 15-32, 2008.

SPOSITO, M. E.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e a cidade: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão (1612-1895)**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, v. 1. 1954.